

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
CENTRO DE ESTUDOS GERAIS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

GUIDO COELHO DE MAGALHÃES BASTOS

ORDEM E JUSTIÇA SOCIAL: A IGREJA CATÓLICA E O PROJETO
DE REFORMA AGRÁRIA DO GOVERNO JOÃO GOULART (1961-64)

Niterói

2008

GUIDO COELHO DE MAGALHÃES BASTOS

ORDEM E JUSTIÇA SOCIAL: A IGREJA CATÓLICA E O PROJETO
DE REFORMA AGRÁRIA DO GOVERNO JOÃO GOULART (1961-64)

Dissertação apresentada ao Curso de
Pós-Graduação em História da
Universidade Federal Fluminense –
PPGH/UFF, como requisito para
obtenção do Grau de Mestre.

Orientadora: Prof. Dra. DENISE ROLLEMBERG

Niterói
2008

B327 Bastos, Guido Coelho de Magalhães.

Ordem e justiça social: a Igreja Católica e o projeto de reforma agrária do governo João Goulart (1961-1964) / Guido Coelho de Magalhães Bastos. – 2008.

128 f.

Orientador: Denise Rollemberg.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2008.

Bibliografia: f. 103-107.

1. Igreja Católica – Problema social - Brasil. 2. Goulart, João, 1918-1976. 3. Reforma agrária - Brasil. I. Rollemberg, Denise. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. III. Título.

CDD 261.83

GUIDO COELHO DE MAGALHÃES BASTOS

ORDEM E JUSTIÇA SOCIAL: A IGREJA CATÓLICA E O PROJETO
DE REFORMA AGRÁRIA DO GOVERNO JOÃO GOULART (1961-64)

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-
Graduação em História da Universidade
Federal Fluminense – PPGH/UFF, como
requisito para obtenção do Grau de Mestre.

Aprovada em agosto de 2008

BANCA EXAMINADORA

Prof.(a) Dra. DENISE ROLLEMBERG – Orientadora
UFF

Prof.(a) Dra. JESSIE JANE VIEIRA DE SOUZA
UFRJ

Prof. Dr. MARCELO TIMOTHEO DA COSTA
UNIVERSO/FGV-CPDOC

Niterói

2008

*Para meu pai, minha mãe e minha irmã;
Luiz Fernando, Sandra e Helga,
meus amores eternos.*

AGRADECIMENTOS:

Estamos chegando ao fim de uma longa e difícil jornada. Durante dois anos e meio estive envolvido com esta dissertação de mestrado, sempre procurando fazer o melhor, exigindo esforços redobrados, uma vez que tive que dedicar parte significativa do meu tempo em ministrar aulas em escolas, de forma a fazer frente à ausência de bolsa de estudos. Outro fator que também muito me ocupou foi a minha preparação para concursos públicos na área do magistério, pois há muito acalento o sonho de ensinar e aprender em sala de aula com os meus alunos, no intuito de contribuir para a construção de uma melhor educação para as crianças e adolescentes desse país.

Primeiramente, agradeço a Deus por me permitir vivenciar esse momento mágico e pela sua luz em minha vida.

Não obstante todos os problemas, agravados por outros de ordem pessoal, foi reconfortante possuir ao meu lado, dando-me forças para não desistir dos meus objetivos, uma família maravilhosa que amo mais que tudo no mundo: meu avô Murillo, a minha avó Emília, meu pai Luiz Fernando, minha mãe Sandra Maria e minha amada irmã Helga.

Além desses, contei com uma paciente e competente orientadora, a Prof. Dra. Denise Rollemberg, que conferiu zeloso apoio ao desenvolvimento do trabalho, com uma banca de qualificação composta por renomados professores, o Dr. Marcelo Timótheo da Costa e a Dra. Jessie Jane Vieira de Souza, e, também, com os professores amigos e conselheiros Luiz Felipe da Silva Neves e Anna Mariana Badará Pinheiro.

Ressalvo, que os professores Marcelo e Jessie, especialistas em História da Igreja, ao sinalizarem minhas falhas no texto da qualificação, esclarecendo-me várias dúvidas, apontaram o rumo certo para a redação final deste documento.

Não poderia deixar de registrar o apoio da minha namorada, Fernanda Morari, que buscou, a todo tempo, compreender a minha ausência em diversos finais de semana, motivada pelos estudos e pesquisas necessários a esse trabalho.

Merecem também agradecimentos especiais, os meus amigos de fé e meus irmãos camaradas, carinhosamente chamados de “Pleth”, “Moscão”, “Vitone”, “El Caduzon de Los Presepeiros”, “Caramujo” e “Marco Pólo do séc. XXI”, respectivamente nomeados: Juan Pablo, Felipe Fraga, Victor Coelho, Carlos Eduardo Marconi, Alessandro Ferreira e Rodolfo Caravana, dentre outros com apelidos exóticos e nomes estranhos.

Agradeço muito, também, aos professores Ruy do Espírito Santo, Maria Olímpia França e ao Frei Carlos Josaphat, todos ex-diretores do jornal “Brasil, Urgente” (1963-64),

por concederem-me excelentes, longas e detalhadas entrevistas, que me possibilitaram compreender melhor a dinâmica do periódico.

Enfim, obrigado a todos vocês que me ajudaram a realizar esse sonho, tornar-me mestre em História pela UFF e, ao mesmo tempo, um eterno estudante em meio a mentes tão brilhantes.

RESUMO:

A questão social que emergia das contradições inerentes ao capitalismo, marcada pelo aprofundamento das desigualdades entre as classes sociais, tornou-se objeto de atenção e análise por parte da Santa Sé, a partir de Leão XIII (1878-1903). Com os avanços do comunismo e dos conflitos sociais capitalistas, a Igreja Católica no Brasil dos anos 1950 e 1960 começava a se aproximar dos pobres em busca da justiça social, movimento advindo da sua “ala progressista”, encontrando abertura em pleno processo de articulação do Concílio do Vaticano II (1962-65). No intuito de contribuir para a melhor compreensão do papel da Igreja (não homogênea, permeada por diversas tendências) neste cenário, essa dissertação analisará as trajetórias e os discursos de dois periódicos católicos, o “Brasil, Urgente” (BU, 1963-64) e a “Revista Eclesiástica Brasileira” (REB, 1961-64), destacando suas aproximações e distanciamentos, principalmente no tocante à Reforma Agrária, em pleno processo de radicalizações política e social entre esquerda e direita, durante o Governo João Goulart (1961-64). A fim de enriquecer ainda mais este estudo, serão pontuadas informações oriundas de uma entrevista concedida ao seu autor pelo Frei Carlos Josaphat, fundador e ex-diretor do “Brasil, Urgente”. Como o BU e a REB receberam os apontamentos das encíclicas de João XXIII (1958-63)? Como o BU e a REB se posicionaram frente ao governo Goulart e ao seu projeto de Reforma Agrária? Quais eram as propostas de Reforma Agrária defendidas pelo BU e pela REB? Essas questões e algumas outras serão aqui tratadas.

Palavras-chave: Igreja Católica, Governo Goulart e Reforma Agrária.

ABSTRACT:

The social matter that emerges from the contradictions inherent to capitalism, marked out by the deepened of the inequalities between the social classes became an object of attention and analysis by the Holy See, starting with Leão XIII. With the advances of communism and capitalism social conflicts, the Brazilian Catholic Church, in the decades of the fifties and the sixties, starts to approach to the poor class, a movement coming from its progressive wing, and found and opening during the process of articulation of the Vatican Council II (1962-65). Aiming at contributing for a better comprehension of the Catholic Church's role (not homogeneous, and with plenty of tendencies) in this scenario, this essay will analyze the courses and speeches of two catholic periods, the first being called "Brazil Urgent" (BU, 1963-64) and the second "Revista Eclesiástica Brasileira" (REB, 1961-64), highlighting its approaches and distances, mainly when it comes to the Agrarian Reform during the process of political and social radicalization between the right and left political wings during the government of João Goulart (1961-64). Aiming at enriching this study even more, information from an interview given by Frei Carlos Josaphat will be presented. He is the founder and former director of "Brasil, Urgente". How did "Brasil, Urgente" and the "Revista Eclesiástica Brasileira" received the information from the encyclical of João XXIII (1958-63)? How did "Brasil, Urgente" and the "Revista Eclesiástica Brasileira" take position before president Goulart and his Agrarian Reform project? What were the proposals of "Brasil Urgente" and the "Revista Eclesiástica Brasileira" concerning the Agrarian Reform in Brazil? This matter and others ones will be dealt here.

Keywords: Catholic Church, Goulart Government and Agrarian Reform.

SUMÁRIO:

Introdução	11
 Capítulo 1 - A Igreja Católica Apostólica Romana no alvorecer dos anos 1960.	
1.1- A Igreja Católica no final do século XIX e na primeira metade do século XX, um panorama.....	15
1.2- O “Cristianismo da libertação” na América Latina nas décadas de 1950 e 1960.....	19
 Capítulo 2 - O “Brasil, Urgente” (BU) como “o jornal do povo a serviço da justiça social”.	
2.1- O “Brasil, Urgente” (BU) às portas do Concílio Vaticano II.....	27
2.2- Perseguições silenciam o “Brasil, Urgente” (BU).....	57
 Capítulo 3 - O BU e a REB (Revista Eclesiástica Brasileira) frente à questão agrária.	
3.1- O BU e a REB e o desafio da Reforma Agrária de Goulart: aproximações e distanciamentos.....	83
Conclusão	98
Referências Bibliográficas	103
 Anexos	
Anexo 1- Entrevista com o Frei Carlos Josaphat, fundador do “Brasil, Urgente” (BU)	108
Anexo 2- Primeiras páginas de algumas edições do “Brasil, Urgente” (BU)	120

Introdução

A presente dissertação objetiva traçar o perfil dos posicionamentos de setores da Igreja Católica no Brasil frente ao governo de João Goulart (1961-64), pautando-se, principalmente, na participação de leigos católicos e clérigos nas discussões das Reformas de Base propostas, notadamente, no que se refere à Reforma Agrária. Naquele período, a Igreja apresentava-se nitidamente não homogênea, polarizando-se entre “progressistas e conservadores”¹, organizados em diversas tendências², com ações e pronunciamentos distintos no tocante às esferas política, econômica e social brasileiras.

No intuito de melhor entender as complexas divisões vivenciadas no âmago da Igreja, observar-se-á neste trabalho a recepção das idéias e interpretações dos clérigos e leigos católicos a respeito das diretrizes contempladas pela Doutrina Social Cristã, iniciada por Leão XIII (1878-1903), aprofundadas nas encíclicas dos papas posteriores, como as de João XXIII (1958-1963) e no Concílio do Vaticano II (1962-65).

Neste contexto, no que se refere às reformas citadas, registram-se posturas divergentes no jornal católico “Brasil, Urgente” (BU), fundado em São Paulo em 1963, por frei Carlos Josaphat e na “Revista Eclesiástica Brasileira” (REB), organizada pelos franciscanos de Petrópolis.

O primeiro periódico (BU), apesar de não oficial da Igreja, expressava as posições de parte importante da Ordem Dominicana de São Paulo e de leigos católicos envolvidos em um programa de luta pela justiça social. O segundo (a REB, reconhecida pela CNBB como da Igreja) refletia os pensamentos de teólogos, padres e bispos oriundos de discussões e debates sobre questões internas da Igreja, e, também, a respeito de temas marcantes presentes na sociedade brasileira no período.

¹ Os setores progressista e conservador são divididos em algumas tendências e os próprios “rótulo de progressista” e “rótulo de conservador” dados a alguns clérigos devem ser concebidos com precauções, porque um bispo pode ser ao mesmo tempo progressista em relação ao apoio a greves de trabalhadores e conservador no tocante à teologia moral.

² **BOTAS**, Paulo Cezar Loureiro. “*A Bênção de Abril – Brasil Urgente: memória e engajamento católico 1963-64*”. Petrópolis: Vozes, 1983. p. 17. Segundo frei Paulo Cezar Loureiro Botas, a Igreja neste período está dividida em: uma minoria **ultra-reacionária** representada pelos bispos D. Sigaud e D. Castro Mayer, de Diamantina e de Campos; uma maioria **conservadora** que representava uma grande parte dos católicos nas Congregações Marianas e na Associação de Educação Católica, tendo como porta-voz o Cardeal Barro Câmara do Rio de Janeiro; os **moderados** sob a liderança do Cardeal Mota de São Paulo que apoiava as Reformas de Base do Governo Goulart, mas temia o comunismo e a legalização do PCB; a **ala avançada** liderada por Dom Helder Câmara, bispo auxiliar do Rio e secretário da CNBB.

Compreendendo melhor as trajetórias e discursos destes dois periódicos, o BU (de março de 1963 a março de 1964) e a REB (de março de 1961 a junho de 1964), analisando as suas aproximações e distanciamentos em relação ao governo Goulart, mais especificamente no tocante à Reforma Agrária, será possível esclarecer algumas questões que permeiam este trabalho: como o BU e a REB recebem os apontamentos das encíclicas de João XXIII? Como o BU e a REB se posicionam frente ao governo Goulart e ao seu projeto de Reforma Agrária? Quais as propostas de Reforma Agrária defendidas pelo BU e pela REB?

No fito de um concatenamento mais adequado dos fatos que regem toda essa temática, tratada nos capítulos 2(dois) e 3(três), apresentaremos no capítulo 1(um) um panorama da história da Igreja no Brasil e no mundo, no final do século XIX e na primeira metade do século XX, período em que se defronta com desafios do mundo moderno e com divisões internas, procedendo ações junto aos clérigos e leigos católicos em defesa da tradição e manutenção da hierarquia.

Pensaremos a Igreja como instituição que *“se move no tempo com um profundo sentido de permanência e atua no campo do político com uma lógica própria a seus objetivos de hegemonia no campo do transcendente”*³, como sendo um *“corpo místico”* que possui um projeto *“teológico-político”*, dotado de coerência própria, construindo um discurso sobre o mundo. Dessa forma, entende-se que a Igreja não deve ser concebida como aparelho ideológico, menos ainda como de hegemonia política do Estado, já que ela se comporta como uma instituição, estabelecendo as alianças de cunho temporal, tendo sempre em vista a idéia de salvação espiritual do homem. Assim, a Igreja não almeja ser o aparelho de hegemonia do Estado, mas sim que o Estado seja seu aparelho, pois ela não abre mão de sua tradição doutrinária, incorporando alguns elementos novos vivenciados no seu tempo, trazendo o Estado para lutar pelos seus interesses.

Nosso corte cronológico começa em setembro de 1961, com ascensão de Goulart à presidência da República sob um sistema de governo parlamentarista e termina em 1964, com a reação de segmentos da sociedade à sua forte disposição em realizar as Reformas de Base⁴, indicada no Comício da Central do Brasil (Rio de Janeiro) de 13 de março de 1964.

A partir desse comício intensificaram-se as divisões no interior da Igreja, observando-se entre alguns bispos, posições contrárias a Goulart, registradas na Revista Eclesiástica Brasileira (REB), apoiando, gradativamente, uma intervenção militar para a manutenção da

³ ROMANO, Roberto. *“Brasil: Igreja contra estado: crítica ao populismo católico”*. São Paulo: Kairós, 1979.

⁴ Ver *“Discurso do Presidente João Goulart no Comício da Central de 13 de Março de 1964”*. In: FICO, Carlos. *Além do golpe. Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004. p. 283-291.

ordem no país, como também, favoráveis, objeto do BU, que defendia a implementação das reformas. Ocorrido o golpe civil-militar de 1964, o BU seria levado ao silêncio, ao contrário da REB, que formaria um discurso de alinhamento à nova ordem que se instaurava.

O conceito de *cultura política*⁵ como desenvolvido por Almond e Verba, torna-se importante para este trabalho, no momento em que a Igreja se insere tanto no plano cultural quanto nos político e econômico em defesa de seus interesses, da manutenção da hierarquia e da ordem internas, manifestando, via CNBB⁶, um discurso que denote um clero em consenso, muito embora evidências em contrário.

A fim de enriquecer as análises dos periódicos REB e BU e, ao mesmo tempo, preencher algumas lacunas no entendimento da dinâmica deste último periódico, serão pontuadas no decorrer dessa dissertação, informações obtidas diretamente em uma entrevista com o Frei Carlos Josaphat (seu fundador e ex-diretor), após comparadas com as expostas no próprio periódico. Hoje, Josaphat vive no Convento da Sagrada Família, na cidade de São Paulo. A entrevista na íntegra está no Anexo 1 deste trabalho.

Essa pontual contribuição da entrevista estará referenciada na obra de Marieta de Moraes Ferreira e Janaína Amado (org.) intitulada “*Usos e abusos da História Oral*”, na qual compartilha a idéia de história oral como metodologia que “estabelece e ordena procedimentos de trabalho - tais como os diversos tipos de entrevista e as implicações de cada um deles para pesquisa, as várias possibilidades de transcrição de depoimentos, suas vantagens e desvantagens, as diferentes maneiras de o historiador relacionar-se com seus entrevistados e as influências disso sobre o seu trabalho – funcionando como ponte entre teoria e prática”.⁷ Além disso, considerar-se-ão as palavras do Frei como em construção de uma memória baseada em seus interesses no presente, objetivando a “preservação intencional” de uma determinada concepção de passado.

⁵ Ver: **KUSCHNIR**, Karina e **PIQUET-CARNEIRO**. “*As dimensões subjetivas da política: Cultura Política e Antropologia da Política*”. In: *Revista Brasileira de História*. 1999. p. 1

Os autores analisam o conceito de cultura política a partir da referência às obras de Almond e Verba (1963 e 1980) e Pye e Verba (1998), Krischke (1997) e Rennó (1998). **ALMOND G. & VERBA, S.** *The civic culture*. Princeton: Princeton University Press, 1963. Apud: **KUSCHNIR**, Karina e **PIQUET-CARNEIRO**, Leandro. “*As dimensões subjetivas da política: Cultura política e Antropologia da política*”. *Revista Brasileira de História*, 1999.

⁶ A CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) é concebida neste trabalho como um órgão colegiado de discussão dos bispos do Brasil em relação às diversas questões nas esferas religiosas, política, econômica e social, presentes no Brasil e no Mundo. Dessa forma, o órgão não pode impor coisa alguma a seus bispos, pois não possui essa autoridade. A estrutura católica é Roma, os bispos e as paróquias.

⁷ **FERREIRA**, Marieta de Moraes e **AMADO**, Janaína (org.). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. xvi

Enfim, procurarei ao longo desse trabalho elucidar as questões aqui lançadas, contribuindo para o melhor entendimento das relações entre Igreja, Estado e sociedade, no período de 1961 a 1964.

Capítulo 1 - A Igreja Católica Apostólica Romana no alvorecer dos anos 1960.

1.1- A Igreja Católica no final do século XIX e na primeira metade do século XX, um panorama.

No fim do século XIX e início do XX, a Igreja Católica Apostólica Romana passava por um difícil processo de centralização, enfrentando os desafios do Mundo Moderno e da nova ordem liberal burguesa, que ascendia na Europa. A Igreja de Leão XIII (1878-1903), diferentemente da de Pio IX (1846-1878) que não buscava compreender a modernidade racionalmente⁸, iniciava estudos sobre o novo contexto histórico, admitindo o diálogo com o liberalismo e analisando seus males, como a questão social. Dessa maneira, em 1884, por ordem do Papa, organizou-se, sob a orientação do cardeal Mermillod, em Friburgo, na Suíça, um grupo de estudos católicos com o objetivo de traçar um diagnóstico da questão social, visando uma versão adaptada para sua época da doutrina corporativa da sociedade. Assim, foi criada a União de Friburgo, que de 1884 a 1891 trabalhou para estipular bases de doutrinas, divulgando ações no campo social.⁹

Neste sentido, o Papa Leão XIII priorizou a questão social, focando as relações de exploração dos operários pela burguesia industrial, sob a égide do liberalismo, visto por Roma como individualista e anti-cristão. A atuação da Igreja nesse campo enfrentava sérias dificuldades, não só pelas divisões internas de seus membros, como também pela sua ínfima penetração junto aos trabalhadores, ampliando assim, o terreno fértil para o comunismo, em crescimento pós 1848.

Com o Concílio Vaticano I (1869-1870), vencida a dura batalha pela aprovação da “infallibilidade Papal”, a Igreja se mostrava mais unida, com menos divergências internas, tendo o Papa como a chave unificadora e inquestionável.

No que concerne à questão social, cabia à Igreja se pronunciar oficialmente sobre as relações entre capital e trabalho, tão conflituosas e ameaçadoras à ordem social, observando-

⁸ AUBERT, Roger. “A Igreja na Sociedade Liberal e no Mundo Moderno”, 1º ed., Rio de Janeiro: Vozes, 1975. p. 8. Pio IX, no início do pontificado, via as convulsões políticas como apenas “um novo episódio da luta entre Deus e Satã”.

⁹ SOUZA, Jessie Jane Vieira de. “Círculos Operários: a Igreja e o mundo do trabalho no Brasil”, Rio de Janeiro: FAPERJ, 2002, p. 80. Doutrina essa que buscava na cooperação entre patrões e empregados a felicidade de ambos e a harmonia social, reconhecendo a existência de classes, mas não admitindo lutas entre elas.

se claramente tal manifestação na encíclica de Leão XIII, *Rerum Novarum* de 1891, principalmente nesse trecho:

“A sede de inovações, que há muito tempo se apoderou das sociedades e as tem numa agitação febril, devia, tarde ou cedo, passar das regiões da política para a esfera vizinha da economia social. Efectivamente, os progressos incessantes da indústria, os novos caminhos em que entraram as artes, a alteração das relações entre os operários e os patrões, a influência da riqueza nas mãos dum pequeno número ao lado da indigência da multidão, a opinião enfim mais avantajada que os operários formam de si mesmos e a sua união mais compacta, tudo isto, sem falar da corrupção dos costumes, deu em resultado final um temível conflito.”¹⁰

Essa carta demonstrava o interesse da Igreja em se aproximar do operariado contrapondo-se aos avanços dos movimentos comunistas. Além disso, a Igreja diminua sua luta em favor do Antigo Regime, notadamente monarquias européias, algumas já decadentes, e iniciava diálogos com as Repúblicas, objetivando, principalmente, dispor da liberdade de atuar nas esferas educacional e espiritual, reconhecendo, entretanto, o poder do Estado na esfera temporal. Essas trocas de apoio se davam através de Concordatas (acordos), nas quais, “verifica-se, de fato, uma interferência de soberania num único território estatal, pois os artigos de uma concordata referem-se aos cidadãos de apenas um dos Estados contratantes, sobre os quais o poder soberano de um estrangeiro justifica reivindicar determinados direitos e poderes de jurisdição”.¹¹

A partir dessa aproximação da Igreja desenvolvida de maneira dinâmica e consciente, com ações nas diversas áreas de interesse da sociedade, cunhou-se, ainda em Leão XIII, a Doutrina Social da Igreja (Doutrina Social Cristã).

Com base nesta Doutrina, os Papas seguintes a Leão XIII dialogariam, ao longo do século XX, com as forças vigentes no tocante às lutas entre capital e trabalho. No entanto, com crescimento do comunismo na primeira metade do XX e com a Guerra Fria, a Igreja passaria a criticar menos o capitalismo, principalmente no que se referem às suas desigualdades sociais, e mais o comunismo. Esta ênfase na condenação do comunismo se dava em função do medo de novas Revoluções Socialistas no mundo, nos moldes da de outubro de 1917 na Rússia.

¹⁰ A carta Encíclica *Rerum Novarum*, de Leão XIII lançada em 1891, foi a primeira a abordar a questão social na formação da Doutrina Social da Igreja. Ver: www.vatican.va

¹¹ **GRAMSCI**, Antonio. “Maquiavel, a Política e o Estado Moderno”, 2º ed., São Paulo: Civilização Brasileira, 1976, p. 303.

Muito embora estruturada em bispados regionais e respectivas paróquias, durante a primeira metade do século XX, a Igreja Católica no Brasil buscava um discurso comum perante o Estado, não obstante, os bispos possuírem autonomias uns em relação aos outros, estabelecendo seus entendimentos com governadores e líderes políticos locais.

Em paralelo, na Europa, *“na primeira metade do século XX, apesar dos olhares atentos da hierarquia, vêm a lume importantes movimentos que, de uma maneira ou outra, semearam entre as hostes católicas princípios afinados com a modernidade. Refiro-me à “nova teologia” e aos movimentos bíblicos litúrgicos, de leigos e dos padres operários.”*¹² Com isso, parte da Igreja objetivava uma aproximação com as preocupações do homem contemporâneo.

A “nova teologia” se construía a partir do maior diálogo da Igreja com as áreas científicas, uma espécie de racionalização da fé, buscando uma compreensão histórica e processual das verdades por ela encerradas. Dessa forma, seus precursores entendiam que *“os dogmas católicos poderiam sofrer evolução e não estão condenados ao fixismo e formalismo de sua letra.”*¹³

Oportunamente, Pio XI (1922-1939) reconhecia que o maior pecado da Igreja durante a industrialização fora a perda da classe operária.¹⁴ Nesse enfoque, surge o movimento dos padres operários – sacerdotes que insertos no meio dos trabalhadores de indústrias, trabalhando e vivendo como operários, tentavam testemunhar seu cristianismo em novas bases. No entanto, em 1954, no bojo da repressão a iniciativas modernizantes, o movimento dos padres operários foi oficialmente proibido pela Santa Sé.¹⁵

Essa Igreja envolvida em conflitos internos entre grupos que apoiavam a maior abertura da instituição perante as questões do mundo moderno e outros que defendiam o combate à secularização, chegaria aos conclaves após a morte de Pio XII em 1958, buscando um consenso. Divididos, os cardeais objetivavam um meio termo, ou seja, um Papa que trouxesse harmonia à Igreja, mas que não apontasse para mudanças profundas.

Entre 1952 e 1961, no Brasil, a CNBB (criada em 1952) teria poucas assembléias, quatro ao todo, que envolviam, de início, apenas os cardeais e os arcebispos, excluindo os

¹² COSTA, Marcelo Timotheo, *“Um Itinerário no século: mudança, disciplina e ação em Alceu Amoroso Lima”*, São Paulo: PUC Rio, edições Loyola, 2006, p. 117.

¹³ Ibid., p. 119.

¹⁴ Ibid., p. 123.

¹⁵ Ibid., p. 123-125.

bispos, não propiciando a criação de um laço estável e firme entre o conjunto dos bispos do país e nem a formação de um rosto próprio da Igreja no Brasil.¹⁶

Apesar dos poucos encontros, o alto clero brasileiro se dedicava a estudos e pronunciamentos sobre relevantes pontos da realidade brasileira do período, como a Reforma Agrária, a postura da Igreja perante a opinião pública e no tocante as influências das estruturas sociais na vida religiosa do povo brasileiro. Dessa forma, a Igreja estrategicamente defendia seus interesses, à luz das encíclicas que retomavam os pontos da *Rerum Novarum* de Leão XIII, como a *Quadragesimo Anno* de Pio XII, de 1931.

¹⁶ **BEOZZO**, Jose Oscar. “Padres Conciliares Brasileiros no Vaticano II: participação e prosopografia 1959-65.” São Paulo, 2001, 463 f. Tese de Doutorado, USP, 2001, p. 33. A criação da CNBB realizou-se com a presença dos cardeais e arcebispos ou seus delegados, em número de 20 metropolitanas, de 14 a 17 de outubro de 1952, no palácio São joaquim, sede do arcebispado, Rio de Janeiro. Falavam em nome das 20 províncias eclesiásticas do país que congregavam 115 dioceses ou prelazias; a 1º Assembleia aconteceu em Belém do Pará, de 17 a 20 de agosto de 1953, tendo como temas centrais, um *Plano nacional de Combate ao Espiritismo e Igreja e a Reforma Agrária*; a 2º, de 9 a 12 de setembro de 1954, em Aparecida do Norte, SP, tratando da *Situação da Família Brasileira e da Ajuda Espiritual, Cultural e Econômica ao Clero*; a 3º, de 10 a 12 de novembro de 1956, em Serra Negra, SP, abordando dois temas, *Paróquias ajustadas ao nosso tempo e ao nosso meio e Formação da Opinião Pública através da Publicidade*; 4º, em Goiânia, GO, de 03 a 11 de julho de 1958, dedicando-se à *Renovação Paroquial e Influência das Estruturas Sociais sobre a Vida Religiosa*.

1.2- O “Cristianismo da libertação” na América Latina nas décadas de 1950 e 1960.

As encíclicas de Pio XI (1922-39) e Pio XII (1939-58), além de apontarem as posições da Igreja frente às questões de seu tempo, renovavam as palavras de Leão XIII no tocante à questão social.¹⁷ Não obstante, seria na *Mater et Magistra* (de João XXIII) publicada em maio de 1961, que os problemas sociais e a questão da função social da propriedade privada da terra entrariam no foco das atenções da Igreja.

Em Roma, o comprometimento da Igreja Católica com a questão social avançava com a encíclica *Quadragesimo Anno* (1931), lançada por Pio XI em homenagem aos quarenta anos da *Rerum Novarum* (1891), tecendo críticas às estruturas do capitalismo, ao denunciar a descristianização da ordem social e econômica, apontando o mal da ganância exacerbada do homem na acumulação incansável de riquezas materiais em detrimento dos mais pobres:

“...enquanto as grandes fortunas se acumulam nas mãos de poucos ricos, para provar à evidência que as riquezas, produzidas em tanta abundância neste nosso século de industrialismo, não estão bem distribuídas pelas diversas classes da sociedade.”¹⁸

Dessa forma, Roma apontava para os excessos do capitalismo, que aumentavam as diferenças sociais, levando muitos trabalhadores a se aproximarem do comunismo. A solução seria mudar de prioridades, o mercado servir ao homem e ao seu bem e não o inverso. A encíclica propunha uma “reforma dos costumes” e a “restauração da ordem social” com base nas virtudes cristãs como a moderação e a caridade, objetivado eliminar uma ordem social apoiada no enfrentamento entre classes.¹⁹

A partir da década de 1950, setores significativos da Igreja Católica na América Latina e em especial no Brasil, intensificariam os movimentos de análise das realidades sócioeconômicas de seus povos, ampliando um método marxista-cristão de interpretação e transformação dessas realidades, o “cristianismo da libertação”.²⁰

¹⁷ O primeiro Papa a tratar da questão social, trazendo-a para uma análise da Igreja Católica Apostólica Romana foi Leão XIII, em sua encíclica *Rerum Novarum* de 1891.

¹⁸ Ver *Quadragesimo Anno* no site: www.vatican.va

¹⁹ CAMACHO, Ildelfonso. “*Doutrina Social da Igreja, abordagem histórica*”, São Paulo: Edições Loyola, 1995, p. 121-123

²⁰ LOWY, Michael. “A Guerra dos Deuses”, Petrópolis: Vozes, 2000, p. 69-74. O autor, mediante uma sociologia da cultura inspirada em Marx e Weber, propõe uma interpretação renovada desse movimento teológico, por ele designado como “cristianismo da libertação”, levando em consideração os conflitos de classes e as tensões entre a ética católica e o espírito do capitalismo.

Estes movimentos, que se tornaram diversos entre clérigos e leigos católicos frente à realidade específica de seu povo, não obstante, convergem em seu olhar para os pobres, não como apenas dignos de caridade e compaixão, mas capazes de agir na sociedade por uma vida mais justa e cristã, ou seja, tornar os pobres sujeitos de suas vidas e da mudança social, protagonistas do seu próprio desenvolvimento.

Para Lowy, a “*gênese do cristianismo da libertação como movimento social na América Latina: ou seja, que ele é resultado de uma combinação ou convergência de mudanças internas e externas à Igreja que ocorreram na década de 50, e que ele se desenvolveu a partir da periferia e na direção do centro da instituição.*”²¹ Dessa forma, o início da emergência da “Igreja dos pobres” se dava em um contexto de intensa e rápida industrialização de alguns setores produtivos, em países da América Latina, propiciado pelo capital estrangeiro por meio de multinacionais²², sem contudo, traduzir se em melhoria de vida para a maior parte da população, ou seja, o capitalismo enriquecia apenas pequenos grupos de privilegiados.

O Brasil, de 1956 a 1960, experimentava o processo de “nacional desenvolvimentismo de Juscelino Kubitschek (JK)” que, porém, não melhorava a distribuição de renda e sim, intensificava as desigualdades sociais, principalmente no campo, mantendo a questão da Reforma Agrária como objeto de discussões, cujo ápice dos debates deu-se no governo Goulart (1961-64).

O campo, forte cenário das desigualdades sociais, tornava-se meio de ação de comunistas como Francisco Julião através do movimento das Ligas Camponesas (não exclusivas de Julião, pois possuíam outras vertentes). Desse modo, cabia a Igreja fortalecer o seu controle político-espiritual no meio rural, reavendo os fiéis perdidos, que abandonavam suas paróquias, desenvolvendo ações de combate aos comunistas no campo, principalmente apoiando a reforma agrária, que compensasse o grande fluxo da população rural para as grandes cidades.

No médio prazo, Igreja esperava os seguintes resultados com este apoio e implementação da Reforma Agrária: assegurar a sobrevivência imediata dos expropriados e garantir a produção de bens fundamentais para repor a força de trabalho; preparar a população para a reforma, dando-lhe consciência dos seus direitos, fazendo com que se organize e apóie as instituições representativas de classe, sem a interferência do Estado; assegurar a terra aos posseiros segundo as leis federais vigentes e garantir a pequena propriedade, ameaçada pelo capitalismo de ponta; acabar com a superexploração do trabalho e com o regime de quase

²¹ LOWY, Michael, op. cit., p. 69-73

²² Ibid., p. 70-72

escravidão empregado pelas modernas companhias rurais. Algumas dessas expectativas seriam elevadas, posteriormente, à lei no Estatuto da Terra, publicado no governo Castelo Branco em 1964.²³

Parte da Igreja no Brasil, no intuito de buscar soluções para o fim da pobreza no país, aproximava-se da “Igreja dos pobres”, que surgiu da periferia para o centro, como aponta Lowy, com legitimidade teológica advinda de Roma, a partir da carta *Mater et Magistra* de 1961 (João XXIII – 1958 a 1963). Tal encíclica representava uma auto-compreensão da Igreja em seu papel na sociedade moderna, refletindo a sua sensibilidade aos problemas sociais, sobretudo quanto às desigualdades sociais oriundas do capitalismo e destacava como principais pontos: a preocupação com o bem-estar material dos povos; que as atividades econômicas devem basear-se na harmonia entre iniciativa privada e o poder público; que a distribuição do produto social precisa ser justa; que a propriedade privada seja um bem natural de sua função social, exigindo o esforço para que chegue a todos; atenção à agricultura, ao êxodo rural e as suas causas e ao desequilíbrio entre populações e meios de subsistência.²⁴

Além desses critérios, também arrolou-se: o trabalho não é uma mercadoria; o Estado não pode permanecer à margem das atividades econômicas e deve, antes de mais nada, fiscalizar as condições de vida dos trabalhadores e os contratos de trabalho; o direito natural dos trabalhadores de formar associações próprias ou mistas; as relações entre trabalhadores e empresários devem fundamentar-se nos princípios da solidariedade humana e fraternidade cristã.²⁵

Especificamente sobre a ordem econômica capitalista, a *Mater et Magistra* (1961) registrava:

“...se o fundamento e as estruturas econômicas de um sistema produtivo põem em perigo a dignidade humana do trabalhador, ou debilitam seus sentido de responsabilidade, ou impedem a livre expressão de sua iniciativa própria, é preciso afirmar que esta ordem econômica é injusta, mesmo no caso de, por hipótese, a riqueza nela produzida alcançar um alto nível e distribuir-se segundo critérios de justiça e igualdade.”²⁶

De maneira ativa, a Igreja de João XXIII focava as questões do subdesenvolvimento e das desigualdades sociais entre povos e nações e propunha uma ordem econômica mundial voltada para a dignidade de todos os homens. Para isso, a Santa Sé escrevia para os crentes e

²³ ROMANO, Roberto. op. cit. p. 225-226

²⁴ CAMACHO, op. cit., p. 186-190

²⁵ Ver *Mater et Magistra*, In: CAMACHO, op. cit., p. 183-190

²⁶ *Ibid.*, p. 201

não crentes, com o objetivo de reuni-los por uma causa muito maior que suas desavenças: o desenvolvimento da humanidade calcado na justiça social entre os povos. Esse clamor, pela paz, harmonia e justiça, valorizando o homem, enquanto “natureza humana”, acima de crenças ou ideologias, era o tom da Doutrina Social da Igreja, que soaria pela América Latina, entre os membros do cristianismo da libertação, como um aval para suas lutas “em favor dos pobres”.

O movimento progressivo de tomada de consciência de muitos leigos e clérigos no Brasil sobre as desigualdades sociais cada vez mais claras, deu-se, não apenas pelas palavras de Roma, mas, como aponta Lowy, também pela formação de um aparelho intelectual leigo da Igreja e na própria instituição, por meio de ordens religiosas, como a Jesuíta e os Dominicanos, como verdadeiras redes de “intelectuais orgânicos”, envolvidos em um intercâmbio e em diálogos constantes com o mundo intelectual acadêmico e “profano” – um mundo em que na América Latina, é substancialmente influenciado pelo marxismo.²⁷

Essa influência também alcançava as Igrejas Católicas na Europa, do pós Segunda Guerra Mundial, com formas de cristianismo social (os padres operários) e uma abertura crescente às preocupações da filosofia moderna e das ciências sociais. O pontificado de João XXIII (1958-63) e o Concílio do Vaticano II (1962-65) legitimaram e sistematizaram essas novas orientações, lançando as bases para uma nova era na história da Igreja.²⁸

No caso do Brasil, nas décadas de 1950 e 1960, a “Igreja dos pobres” reunia alguns setores da CNBB e leigos católicos, assumindo uma dinâmica própria oriunda da Ação Católica (AC)²⁹, por meio das ações especializadas, basicamente, das Juventudes Católicas: Juventude Agrária Católica (JAC), Juventude Estudantil Católica (JEC), Juventude Independente Católica (JIC), Juventude Operária Católica (JOC) e Juventude Universitária Católica (JUC). Na década de 1960, esses movimentos em contatos com bispos católicos progressistas³⁰, como Dom Helder Câmara, formavam um braço leigo católico na sociedade, com intuito de “ver, julgar e agir” pela justiça social.

No Brasil, as palavras do sumo pontífice propiciariam interpretações mais radicais e moderadas, entre leigos católicos e o clero, no tocante à questão mais polêmica do governo Goulart (1961-64), a Reforma Agrária.

²⁷ LOWY, Michael, op. cit., p. 72-74

²⁸ Ibid., p. 70

²⁹ A Ação Católica introduziu o método ver-julgar-agir, da Juventude Operária Católica (JOC) que introduzia toda uma maneira diferente de compreender a realidade, através do desenvolvimento da consciência crítica dos cidadãos, através da constatação (ver), da tomada de um posicionamento, baseado em orientações do evangelho (julgar) e a ação efetiva para a transformação da realidade (agir).

³⁰ Esclarecimento: o setor progressista é dividido em diversas tendências e o próprio “rótulo de progressista” dado a alguns bispos deve ser concebido com precauções, porque um bispo pode ser ao mesmo tempo progressista com relação ao apoio a greves de trabalhadores e conservador no tocante à teologia moral.

Setores da Igreja atuavam junto aos camponeses e trabalhadores urbanos, no intuito de conscientizá-los de sua situação de pobreza e que deveriam “lutar” por uma condição de vida mais digna, processo que se desenvolveu por meio dos sindicatos rurais no campo, que formariam líderes próprios cristãos e nas cidades pelas CEBs (que surgem no contexto do Concílio do Vaticano II).

Alguns clérigos e leigos católicos iriam fazer uso de conceitos marxistas de compreensão histórica, como o de “luta de classes”, para delinear essa percepção da pobreza, agora não mais calcada, apenas, em dar “esmolas” aos pobres, mas sim em uma visão crítica sobre sua origem e na busca de formas para superá-la.

Tal olhar sobre o marxismo não se resumia à frase de Marx: “A religião é o ópio do povo”, pois essa leitura seria muito superficial, sendo que na realidade, segundo Lowy, Marx pensava o duplo caráter da religião (de manutenção e de protesto) ³¹:

“A angústia religiosa é ao mesmo tempo a expressão da angústia real e o protesto contra essa angústia real. A religião é o suspiro da criatura oprimida, o coração de um mundo sem coração, assim como o espírito de uma situação sem espiritualidade. A religião é o ópio do povo.”³²

Dessa forma, o cristianismo da libertação encontrava uma abertura no marxismo, pois a sua avaliação sobre religião, guardava duplo aspecto, de protesto contra as desigualdades sociais, com base no amor ao próximo, solidariedade e fraternidade, e conservador, pela manutenção da ordem política vigente.

O “cristianismo da libertação” se aproximava do marxismo em leituras de Gramsci, talvez, um dos melhores a relacionar, em análise, o marxismo e o cristianismo. Gramsci, a partir de sua análise da Igreja na Itália, percebia a Igreja não como homogênea ou completamente conservadora, mas como um espaço de lutas internas pelo poder e que influía enormemente na política e na cultura, ou seja, uma Instituição que deveria ser compreendida e não desprezada.

Em João XXIII, com relação à propriedade privada, a encíclica *Mater et Magistra* (1961) é em parte inovadora, principalmente, ao analisar a doutrina da propriedade:

“necessidade de difundir a propriedade privada, aproveitando as oportunidades oferecidas pelo desenvolvimento econômico; compatibilidade entre propriedade pública e privada, como consequência das exigências do bem comum; e a função social da propriedade privada,

³¹ Ver mais em: **LOWY**, Michael, op cit., p. 31-34.

³² **LOWY**, Michael. “Marxismo e Teologia da Libertação”, São Paulo: Cortez, 1991. p. 11

como uma aplicação do destino universal dos bens, que se deve continuar a afirmar, apesar da maior amplitude da intervenção estatal.”³³

Dessa maneira, a Igreja focava não no conflito direto de classes, como na formação de sindicatos, partidos e suas lutas políticas, mas sim na origem primordial desses choques, o mau uso da propriedade. Essa deveria se estender a todos, sob a gerência do Estado em prezar pela ordem, pela justiça social, pelo equilíbrio com os valores da livre iniciativa e pela liberdade limitada do homem na esfera econômica.

Esta encíclica resgatava como princípio fundamental da Doutrina Social da Igreja, a dignidade humana:

“O princípio capital dessa Doutrina, sem dúvida, afirma que o homem é necessariamente fundamentado, causa e fim de todas as instituições sociais; o homem, repetimos, enquanto é sociável por natureza e foi elevado a uma ordem sobrenatural.”³⁴

Com base nesse princípio, a Igreja frisava a união de todos:

“A partir desse transcendental princípio, que afirma e defende a sagrada dignidade da pessoa, a santa Igreja, com a colaboração de sacerdotes e seculares competentes, deduziu, principalmente no último século, uma luminosa doutrina social para iluminar as mútuas relações humanas, de acordo com os critérios gerais que respondem tanto às exigências da natureza e às distintas condições da convivência humana, como ao caráter específico da época atual, critérios que, por isso mesmo, podem ser aceitos por todos.”³⁵

Com essas palavras, Roma legitimava uma “aliança” entre leigos e clérigos católicos, além de clamar pelos não-crentes, objetivando a construção de um mundo mais humano, fraterno e solidário, ou seja, as semelhanças são maiores que as diferenças, no momento em que, todos fazem parte da mesma “natureza humana”.

Assim, o Ecumenismo, o desenvolvimento mútuo dos povos e o combate às desigualdades seriam os pontos centrais a serem discutidos no encontro mundial das partes continentais do corpo católico, o Concílio do Vaticano II (1962-65).

³³ Ver *Mater et Magistra*, In: CAMACHO, op cit., p. 203

³⁴ *Ibid.*, p. 210.

³⁵ *Ibid.*, p. 210.

Para o esse Concílio, a encíclica “Mater et Magistra” de João XXIII, surgia como uma referência, ao tratar especificamente dos problemas do terceiro mundo, o subdesenvolvido, retomando os princípios sociais da carta *Quadragesimo Anno* de Pio XI (1931).

Essa carta influenciou sobremaneira a CNBB, que atuava cada vez mais na sociedade brasileira, intensificado as ações do MEB (Movimento de Educação de Base) que atuaria no campo com apoio de Goulart, tendo como objetivo, através do aumento progressivo de sua rede-radiofônica, levar a educação para os camponeses desprivilegiados de escolaridade.

A preocupação com o desenvolvimento dos povos, a paz na Terra em plena Guerra Fria e a dignidade da pessoa humana mereceram aos olhos de João XXIII, uma encíclica específica denominada “*Pacem in Terris*”, de 11 de abril de 1963.

A partir dessa carta, a Igreja se posicionava no mundo pela Paz, alegando que os conflitos entre os homens nas esferas nacionais, e aí incluído os conflitos internos de classes, não estavam isolados em suas fronteiras, mas se apresentavam, também, imersos nas relações de negociações e conflitos entre as nações em pleno mundo bipolar. Assim essa encíclica estabelecia uma gradação das relações de convivência entre as pessoas, partindo do âmbito mais particular até o mais universal, com essas palavras:

“... as nações são sujeitos de direitos e deveres mútuos e, suas relações devem ser reguladas pelas normas de verdade da justiça, da ativa solidariedade e da libertação. Porque a mesma lei natural que rege as relações de conveniência entre cidadãos deve regular, também, as relações mútuas entre comunidades políticas.”³⁶

Essa passagem demonstrava que a idéia do bem comum e a de superação dos conflitos de classes em prol da harmonia entre os homens e justiça social, estendiam-se para a esfera mundial, ou seja, internacionalizavam-se. Com isso, a Igreja percebia que o desenvolvimento das nações ricas estava intimamente ligado ao subdesenvolvimento das pobres, como um reflexo do crescimento desigual do mundo capitalista. A proposta de Roma era de “ajuda mútua” entre as nações, como uma obrigação dos ricos colaborarem para o desenvolvimento dos pobres.

Dessa forma, o movimento do “cristianismo da libertação”, considerado por Lowy da periferia para o centro, encontrava uma “base legitimadora” nos escritos da Santa Sé, muito embora tais palavras fossem, posteriormente, usadas para a radicalização com base marxista

³⁶ CAMACHO, op cit., p. 230

na figura do movimento “Cristão pelo Socialismo”³⁷. As discussões feitas por alguns clérigos e leigos católicos sobre marxismo e cristianismo frente à pobreza da maioria do povo na América Latina, dentro e fora da Igreja, que levariam a posições divergentes, buscavam uma mesma base teológica e, por isso, colocavam-se como verdadeiras e dignas de representarem o evangelho.

Nesse contexto, setores da “ala progressista” chamavam para si, parte da responsabilidade por este estado desumano do povo e se apresentava na luta pela mudança e justiça social, enquanto setores da “ala conservadora”, também reconhecendo a absurda desigualdade social, iriam procurar um caminho diferente, o da conciliação com o Estado, preferindo não intervir muito na esfera temporal.³⁸

No tocante a essas questões, a Igreja se mostrava com diversas tendências³⁹, muito embora, buscasse consensos entre os bispos presentes na CNBB, que possuíam certa margem de liberdade para “discussões internas”, no momento em que a própria abertura do Concílio do Vaticano II, em 1962, propiciava um diálogo com as diversas correntes filosóficas, mas ainda afirmando a verdade católica, em um tom de tolerância e respeito pelas diversidades.

³⁷ **LOWY**, Michael. “A Guerra dos Deuses”, Petrópolis: Vozes, 2000. p. 80. Lowy observa esse movimento com seu início na década de 1970, em todo o continente latino americano, influenciado por dois jesuitas chilenos, o teólogo Pablo Richard e o economista Gonzalo Arroyo, e com o apoio do bispo mexicano Sergio Mendez Arceo. Esse movimento ecumênico, composto de católicos e protestantes, representou a forma mais radical da teologia da libertação, chegando ao extremo de tentar elaborar uma síntese entre marxismo e o cristianismo, o que fez o episcopado chileno logo o permissasse com uma proibição.

³⁸ Esclarecimento: tanto o setor progressista e o setor conservador são divididos em várias tendências e os próprios “rótulo de progressista” e “rótulo conservador” dado a alguns bispos devem ser concebidos com precauções, porque um bispo pode ser ao mesmo tempo progressista com relação ao apoio a greves de trabalhadores e conservador no tocante à teologia moral.

³⁹ **BOTAS**, Paulo Cezar Loureiro, op. cit., p. 17. Segundo frei Paulo Cezar Loureiro Botas, a Igreja neste período está dividida em: uma minoria **ultra-reacionária** representada pelos bispos D. Sigaud e D. Castro Mayer, de Diamantina e de Campos; uma maioria **conservadora** que representavam uma grande parte dos católicos nas Congregações Marianas e na Associação de Educação Católica, tendo como porta-voz o Cardeal Barro Câmara do Rio de Janeiro; os **moderados** sob a liderança do Cardeal Mota de São Paulo que apoiava as Reformas de Base do Governo Goulart, mas temia o comunismo e a legalização do PCB; a **ala avançada** guiada por Dom Helder Câmara, bispo auxiliar do Rio e secretário da CNBB.

Capítulo 2 - O “Brasil, Urgente” (BU) como “o jornal do povo a serviço da justiça social”.

2.1- O “Brasil, Urgente” (BU) às portas do Concílio Vaticano II.

Em 25 de janeiro de 1959, o Papa João XXIII celebrava na Basílica de São Paulo, a conclusão da semana de Oração pela Unidade dos Cristãos, reunindo, em seguida, os cardeais e com um gesto audacioso, os deixaria estupefados e perplexos, causando grande impacto no mundo ao anunciar:

“Pronuncio perante vós, certamente tremendo um pouco de emoção, mas também com humildade resolução de propósito, o nome e a proposta de dupla celebração: a de um Sínodo diocesano para a Urbe e a de um Concílio Ecumênico para a Igreja universal. (...) decisão tomada para evocar algumas formas antigas de afirmação doutrinal e de sábias regulamentações de disciplina eclesiástica, que na história da Igreja em períodos de renovação, deram frutos de extraordinária eficácia para a densidade da unidade religiosa e o maior afervoramento cristão.”⁴⁰

Esse pronunciamento, recebido com cautela pelos “conservadores” da Igreja e com euforia pelos “progressistas”, refletia um gradual avanço desta ala no interior da Santa Sé, apesar de a Cúria Romana ainda ser predominantemente conservadora.

Quando o Papa falava em “afervoramento cristão”, referia-se ao aumento da importância do laicato na Igreja, incentivando a participação dos leigos junto à hierarquia na missão de construir a justiça social.

No mesmo mês do anúncio do Concílio Vaticano II, Fidel Castro assumia o poder na ilha de Cuba, após derrubada de Fulgêncio Batista do governo, iniciando uma Reforma Agrária, fato que constituiu em um novo desafio para a Igreja, conter o avanço do comunismo na América Latina.

⁴⁰ BEOZZO, Jose Oscar, op. cit. p. 42

Como resposta à Revolução Cubana e à ameaça de novas revoluções socialistas no continente, em 1959, João XXIII incentivaria o episcopado latino-americano a elaborar um Plano Pastoral para discutir os novos acontecimentos na ilha de Fidel.⁴¹

Dessa forma, em abril de 1962, os bispos brasileiros discutiram e votaram o Plano de Emergência, cujos aspectos mais importantes eram a explícita ruptura da Igreja Católica com a Revolução Cubana e a tomada de consciência de que são entre males do capitalismo que prolifera o socialismo marxista. Assim, a CNBB criticava a ditadura de Estado marxista e, ao mesmo tempo, apontava para a desumanidade e à inoperância das soluções capitalistas para o combate a pobreza e a fome da maior parte da população brasileira.⁴²

Ainda em João XXIII, na encíclica *Mater et Magistra* (maio de 1961), reafirmava e adaptava à luz de sua época a encíclica de Leão XIII, de nome *Rerum Novarum*, de fins do XIX (1891), nos itens 9 e 13 da encíclica:

09- “E hoje, apesar de Ter passado tanto tempo, ainda se mantém real a eficácia dessa mensagem, não só nos documentos dos papas sucessores de Leão XIII, os quais, quando ensinam em matéria social, continuamente se referem à encíclica leonina, ora para nela se inspirarem, ora para esclarecerem o seu alcance, e sempre para estimular a ação dos católicos; mas até na organização mesma dos povos. Tudo isso mostra como os sólidos princípios, as diretrizes históricas e as paternais advertências contidas na magistral encíclica do nosso predecessor conservam ainda hoje o seu valor e sugerem, mesmo, critérios novos e vitais, para os homens poderem avaliar o conteúdo e as proporções da questão social, tal como hoje se apresenta, e decidir-se a assumir as responsabilidades daí resultantes”.

13 – “Enquanto, em mãos de poucos, se acumulavam riquezas imensas, as classes trabalhadoras iam gradualmente caindo em condições de crescente mal-estar. Salários insuficientes ou de fome, condições de trabalho esgotadoras, que nenhuma consideração tinham pela saúde física, pela moral e pela fé religiosa. Sobretudo inumanas as condições de trabalho a que eram freqüentemente submetidas as crianças e as mulheres. Sempre ameaçador o espectro do desemprego. A família, sujeita a contínuo processo de desintegração.”⁴³

Estas palavras que guiariam a Igreja na retomada da Doutrina Social Cristã originária em Leão XIII, mas que se deparava com questões novas da década de 1960. Com isso, a Igreja tentava recuperar o tempo e terreno perdidos para os comunistas, entre os

⁴¹ CAMARGO, Cândido Procópio Ferreira de. “Igreja Católica: 1945-1970”, In: H.G.C.B.. Tomo III, “O Brasil Republicano – Economia e Sociedade (1930-64), org. Boris Fausto, São Paulo: Difel, 1984, p. 361-362.

⁴² *Ibid.*, p. 361-363.

⁴³ Ver encíclica no site: <http://www.vatican.va>

trabalhadores rurais e urbanos. O Papa era crítico ao marxismo e à desumanidade do capitalismo, em sua economia liberal e preceitos individuais.

João XXIII incorporava à Igreja uma sensibilidade em relação aos problemas contemporâneos, ao diálogo com outras ideologias e à preocupação pastoral com a miséria e o subdesenvolvimento.⁴⁴

Um pouco antes, em agosto de 1961, o Brasil mergulhava em uma séria crise política, que ameaçava a sua democracia em reconstrução no pós Segunda Guerra Mundial (1945). Esse grave momento se iniciava com a leitura, em pleno Congresso Nacional, no dia 25 de agosto daquele ano, da carta renúncia do presidente Jânio Quadros, na qual afirmava:

“Cumprir meu dever, mas baldaram-se os meus esforços para conduzir esta nação pelo caminho de sua verdadeira libertação política e econômica, o único que possibilitaria o progresso efetivo da justiça social, a que tem direito seu generoso povo. (...) Sinto-me, porém, esmagado. Forças terríveis levantam-se contra mim e intrigam ou difamam, até a desculpa da colaboração. Se permanecessem, não manteria a confiança e a tranquilidade, ora quebradas e indispensáveis ao exercício da minha autoridade. Creio mesmo, que não manteria a própria paz pública.”⁴⁵

Após a renúncia do presidente, as divisões no Congresso ficavam claras, dois grupos se formavam com força, os que defendiam a posse do vice-presidente João Goulart como presidente (os legalistas), em respeito ao artigo 79 da Constituição⁴⁶, e os contra, liderados pelos ministros militares sob a liderança do Ministro da Guerra, o Marechal Denys.

Os ministros militares acusavam Jango de:

“...ser um notório agitador dos meios operários e de ter entregue a agentes do comunismo internacional posições chave nos sindicatos, assim como ter enaltecido o sucesso das comunas particulares durante sua recente visita à China Comunista.”⁴⁷

⁴⁴ SEMERARO, Giovanni, *“Esquerda Católica do Brasil: Formação na Prática Político-Educativa e no Horizonte Teórico dos Anos 1959-64”*. Rio de Janeiro, 1991. 325 f. Dissertação de Mestrado - Departamento de Filosofia da educação, Instituto de Estudos Avançados em Educação, Fundação Getúlio Vargas (FGV), Niterói, 1991. p. 10

⁴⁵ SKIDMORE, Thomas, *“Brasil: de Getúlio a Castelo”*, 8º ed., São Paulo: Paz e Terra, 1985. p. 253-257

⁴⁶ **Constituição Federal de 1946**. Art 79 - Substitui o Presidente, em caso de impedimento, e sucede-lhe, no de vaga, o Vice-Presidente da República. Ver no site: www.planalto.gov.br

⁴⁷ SKIDMORE, loc. cit.

Na opinião do alto comando das Forças Armadas, Jango era uma ameaça à democracia, pois poderia levar à instalação de “uma república sindicalista no Brasil” inclinada ao comunismo soviético e, portanto, devia ser impedido de assumir a presidência do Brasil.

Em contrapartida, a maior parte dos baixos escalões do exército, muitos movimentos populares e sindicais, importantes partidos como o PTB e o PCB pressionavam pela posse de Goulart, a favor da legalidade e do respeito às normas constitucionais, contando também, com o apoio da Igreja Católica no Brasil, que via CNBB, prezava pela manutenção da harmonia social.

A sociedade se polarizava e exigia do Congresso uma solução definitiva. Jornais em circulação no país, com forte influência na formação da opinião pública, apoiavam a posse de Goulart, exceções do “O Globo”, a “Tribuna da Imprensa do Rio de Janeiro”, e “O Estado de São Paulo”, que se colocavam veementemente contra, sendo que o periódico paulista defendia a convocação das Forças Armadas como garantia da manifestação da vontade popular, “*preservando o Brasil dos golpes que as forças subversivas se esforçarão por desfechar contra a democracia e a dignidade nacional*”.⁴⁸

Finalmente, em setembro de 1961, o Congresso e os militares chegavam a uma solução de compromisso ao adotar a emenda instituindo um sistema parlamentarista no Brasil, ou seja, Goulart assumia presidência, sem plenos poderes, tendo sido escolhido Tancredo Neves como primeiro ministro.

Segundo Jorge Ferreira:

“A solução de compromisso, portanto, foi a de restringir os poderes de Goulart com o parlamentarismo, impedindo o golpe, mas também frustrando os grupos nacionalistas de esquerda que lutavam pelas reformas de base.”⁴⁹

Nos primeiros seis meses na presidência, Goulart trabalhava para consolidar sua posição política e com o objetivo de demonstrar ímpeto para solucionar a crise financeira do país, foi aos Estados Unidos convencer Washington a liberar novos empréstimos ao Brasil, garantindo os esforços do governo no combate sério a inflação. Este seu gesto não fora bem

⁴⁸ **ABREU**, Alzira Cheibub Figueiredo, “*A participação da imprensa na queda do Governo Goulart*”, In: FICO, Carlos e outros, “1964-2004: 40 anos do Golpe, Ditadura Militar e Resistência no Brasil”, Rio de Janeiro: FAPERJ e 7 Letras, 2004, p. 17

⁴⁹ **FERREIRA**, Jorge, “O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964”. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). “*O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*”. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Coleção “O Brasil Republicano”, V.3. p. 348

sucedido, pois o FMI não confiava no desejo e no poder do governo brasileiro em implantar um duro programa antiinflacionário, sendo que também nessa viagem, no intuito de agradar o centro e a direita, Jango declarou-se anticomunista e defensor da democracia, retornando ao Brasil com grande prestígio, mas sem os recursos externos esperados.⁵⁰

A situação econômica do Brasil era péssima, a inflação disparava, as instabilidades política e social se refletiam na luta fracassada do presidente contra a UDN e parte do PSD para elevar ao cargo de primeiro ministro San Tiago Dantas, em substituição a Tancredo Neves, ao final, o Congresso achou mais prudente aceitar para o cargo Brochado da Rocha, pela sua condição de membro do PSD e de ser uma figura menos conhecida na política nacional.

Entre setembro de 1961 e janeiro de 1963, Jango angariava apoio em diversos setores da sociedade a fim pressionar o Congresso pela aprovação do plebiscito que decidiria pela volta ou não do presidencialismo antes da data marcada, em 1965, alegando que apenas com plenos poderes poderia reverter a situação de crise e encaminhar suas reformas de base.

Contra Goulart vinham os ataques da direita, tendo como grande expoente o jornalista anti-getulista ferrenho Carlos Lacerda, que o acusava de estar comprometido com os comunistas e de tramar um golpe, enquanto que pela esquerda, havia a voz de Brizola a favor do presidente, que ameaçava o Congresso com a intervenção armada, caso não aprovasse a lei marcando o plebiscito para dezembro de 1962.⁵¹

A Igreja não ficaria indiferente a esta crise republicana, com uma sociedade que se polarizava em direita e esquerda radicais em conflito, onde os movimentos sociais de ambos os lados cresciam.

Os conflitos no meio rural se acirravam, cabendo à Igreja se envolver mais no campo, por temer perder os camponeses, dando incentivo maior aos Sindicatos Rurais Católicos (SRC) e ao Serviço de Assistência Rural (SAR), que visavam diminuir a penetração dos comunistas, conscientizando os camponeses de sua situação desumana, porém, organizando-os para lutar por seus direitos, calcados em preceitos cristãos de não violência e de criação dos seus próprios líderes frente ao poder público.

Essas ações da Igreja no campo acolhiam mais inspiração na encíclica *Mater et Magistra* de 1961, na qual João XXIII tratava especificamente dos problemas do terceiro mundo subdesenvolvido, retomando os assuntos sociais da carta *Quadragesimo Anno* de Pio

⁵⁰ FERREIRA, Jorge, “O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964”. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). op. cit., p. 351

⁵¹ SKIDMORE, Thomas, op cit. p. 270

XI (1931) e enfatizando outras questões como a função social da propriedade privada, a participação dos trabalhadores nos lucros das empresas, a socialização dos meios de produção e a reforma agrária.⁵²

Na esfera educacional, a Igreja no Brasil incentivava o crescimento do MEB (Movimento de Educação de Base), que atuaria no campo, com o objetivo de, através de aumento progressivo de sua rede-radiofônica, levar a educação (alfabetização) para os camponeses desprivilegiados de escolaridade. Assim, estava em construção uma educação de base cristã no meio rural, diminuindo a sedução comunista, abastecendo de líderes a JAC, os SRC, as Frentes Agrárias e a Liga Agrária Católica (LAC).⁵³

Neste contexto social e político foi lançado em 13 de março de 1963, o jornal Brasil, Urgente (BU), tendo como proposta a criação de um espaço de notícias e opiniões independentes tanto da Instituição Igreja Católica (não seria o jornal da Igreja, mas apenas calcados em princípios cristãos-democráticos), como da grande mídia, que, para o BU, *respondia aos interesses da alta burguesia nacional, em associação com o capital estrangeiro*.⁵⁴ Além disso, o jornal objetivava transmitir informações (notícias, pesquisas, opiniões, entrevistas, discursos e pareceres) sobre o Brasil da época, sob um foco jornalístico próprio, associando religião católica e política, no intuito de formar uma opinião pública a favor das reformas de base e pela justiça social com base cristã.

Dessa forma, nascia um periódico afirmando-se pelo povo “a serviço da justiça social”, contra as elites privilegiadas e dominantes brasileira, tendo num primeiro momento, o apoio da Ordem Dominicana (ordem do líder Frei Carlos Josaphat) e de cardeais importantes, como o de São Paulo, Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta.

Os meios de subsistência do jornal eram os de uma sociedade de capital aberto, havendo 8.000 acionistas em média, edição de 60.000 exemplares com venda de cerca de 48.000 unidades (o preço de cada exemplar variava entre 30 e 50 cruzeiros) e, ainda arrecadações em palestras e conferências do Frei Josaphat em varias regiões do país.

⁵² CAMARGO, op. cit., p. 365

⁵³ KADT, Emanuel, “*Católicos radicais no Brasil*”, ed. Universidade UFPB, 2003, p. 119; p. 185-217.

⁵⁴ Maiores informações foram adquiridas por meio de uma entrevista com o fundador e diretor do jornal “Brasil, Urgente”, Frei Carlos Josaphat realizada no dia 31/10/07, no Convento da Sagrada Família, em São Paulo. Hoje, Josaphat ainda celebra missas e mora neste convento. A entrevista na íntegra ao autor está no Anexo 1 desta dissertação.

Não obstante, ao longo de sua trajetória, o BU também encontraria outras formas de financiamento, como doações de particulares, venda de espaço para propagandas,⁵⁵ fato que ensejaria discórdias entre alguns de seus diretores.

A política do BU, gradativamente, identificava-se com a das esquerdas, baseada na mobilização da opinião pública e na pressão parlamentar para a aprovação das Reformas de Base. Dessa forma, havia uma preocupação em exercer trabalhos de conscientização nas bases, através de publicações de plataformas de políticos da “*esquerda pelas reformas*”, do PDC (Partido Democrata Cristão), PSB (Partido Socialista Brasileiro) e PTB (Partido Trabalhista Brasileiro).

Nesta análise do jornal “Brasil, Urgente”, em seus 55 números (13/03/63 a 28/03/64) destacar-se-ão as progressivas mudanças de discurso, ora moderado, ora mais radical, em seu envolvimento histórico-social numa sociedade extremada entre direita e esquerda, em conflitos.

Em cada edição, esse periódico, cuja editora era a Veritas LTDA, situada, na época na Rua Cincinato Braga 172/São Paulo, abrangia em média, 23 páginas, distribuídas, em geral, da seguinte maneira: a 1º página trazia em grandes letras a Manchete⁵⁶ e os títulos dos principais artigos do caderno; a 2º contemplava o Editorial; a 3º apresentava um primeiro artigo; a 4º mostrava as “Notas e Informações gerais” sobre políticas interna e externa do Brasil; entre a 5º e a 17º páginas eram expostos os artigos, entrevistas, pesquisas e propagandas; a 18º expunha a seção de Artes Plásticas; a 19º era de Teatro e Televisão; a 20º possuía desenhos das aventuras do “Zé”, um menino pobre envolvido em diversas situações do cotidiano, normalmente sem conotação política; a 21º apresentava uma seção sobre futebol ou música popular ou a seção Feminina; as 22º e 23º páginas eram do Arapuã (pseudônimo de Roberto Freire, um dos diretores do BU), um escritor que construía um humor crítico, ironizando figuras políticas da direita por meio de palavras ou caricaturas. Tendo como referencial o livro “Evangelho e Revolução Social”, do Frei Carlos Josaphat, lançado em 1962, o BU entrava na luta pelas Reformas de Base, e estas palavras estavam presentes em sua inspiração teológico-política:

“Acima dos mitos da direita e da esquerda, superando a exploração capitalista e a opressão comunista, essa concepção integral do homem

⁵⁵ Essas informações foram adquiridas por meio de uma entrevista com o fundador e diretor do jornal “Brasil, Urgente”, Frei Carlos Josaphat realizada no dia 31/10/07, no Convento da Sagrada Família, em São Paulo. A entrevista na íntegra está no Anexo 1 desta dissertação.

⁵⁶ Algumas primeiras páginas do periódico estão reproduzidas no Anexo 2 desta dissertação.

constitui o elã animador da atual revolução cristã. Porque nós cremos neste corolário social da Encarnação Redentora, não descremos das aspirações de nossas elites por uma civilização solidária. Admitimos um sentido providencial para a história humana, e, na civilização do trabalho que vem despontando, saudamos a oportunidade concreta para a promoção e a ascensão do conjunto dos homens. Cremos na capacidade de nossos trabalhadores das cidades e dos campos de lutarem por um mundo de justiça e de paz. Cremos que vai expirando um triste passado de egoísmo e de misérias, herança do velho paganismo. E vem surgindo a verdadeira esperança, cujo penhor é o Sangue de Cristo que valoriza o suor de uma infinidade de batalhadores.”⁵⁷

Por ocasião de sua fundação, o BU se colocava fora dos paradigmas da esquerda e da direita no Brasil, pois se via um defensor da justiça social em liberdade e democracia plenas, além de, buscar a “revolução cristã”⁵⁸, ou seja, a volta da participação dos cristãos nos mundos político, social e econômico, a fim de combater a democracia de privilégios sociais para poucos (mostra do capitalismo), como também, a opressão da ditadura do proletariado (base do socialismo em passagem para o comunismo), em prol da defesa do “bem comum”. Entretanto, com a intensificação das atividades extremas da direita e da esquerda entre 1961 e 1964, o “Brasil, Urgente”, vai tomando uma posição paulatinamente, a favor das esquerdas.

No editorial do seu 1º número, de 13 de março de 1963, o jornal mostrava sua independência e compromisso na luta pela justiça social neste trecho:

“Este jornal não nasceu de interesses econômicos. Não surge bafejado por grupos políticos ou financeiros. Nem brota do beneplácito de trustes, nacionais ou internacionais. Começa a existir, porque oito mil acionistas brasileiros de todas as camadas sociais, particularmente trabalhadores e homens da classe média, estão convencidos de que se faz necessário um “jornal livre, a serviço exclusivamente da verdade e da justiça social.”(...) Liberdade, verdade e justiça.”⁵⁹

Frei Josaphat e, com ele, o “Brasil, Urgente”, clamavam pela entrada dos cristãos na luta por uma sociedade mais justa, explicitando que deveriam deixar seu estado de passividade e omissão frente ao mundo e partir para mudá-lo através do Evangelho. Dessa forma, para o Frei, o desenvolvimento do marxismo e sua afirmação de que “a religião é o ópio do povo”, bem como do capitalismo em sua expressão máxima de exploração da maioria

⁵⁷ JOSAPHAT, Frei Carlos, “*Evangelho e Revolução Social*”, 1ª edição, São Paulo: Duas Cidades, 1962, p. 6

⁵⁸ A idéia aqui proposta é do “cristianismo e revolução”, ou seja, são revolucionários porque são cristãos, pois compreendem que ser radicalmente cristão é ser revolucionário.

⁵⁹ “**Brasil, Urgente**”; n.º 1, p. 2. Periódico encontrado no Convento Sagrada Família, São Paulo.

por uma minoria, provinham de um escândalo profundo que atravessou os séculos: o da falta de testemunho cristão.

Josaphat admitia, no entanto, a importância do marxismo, uma vez que trouxe novas questões para a Igreja, ao agir em duas dimensões, a terrena e a histórica, destacando que a Igreja e seus cristãos precisavam de uma visão “cristã da História” para a mudança do mundo.

Neste trecho, Josaphat, fazia uma análise histórica cristã:

“Desde que a evolução econômico-social engendrou a distinção de classes, infelizmente envenenada e transformada em antagonismos de classe, cumpre à justiça e à caridade, em suas dimensões sociais, retificar e sacralizar a fraternidade no interior das camadas sociais, sem exclusão, ao contrário, em referência ao conjunto da comunidade. O trabalhador se sentirá mais irmão, mais próximo do trabalhador, mais empenhado na procura do bem-estar desde – próximo mais próximo – e na defesa de seus direitos; mas sem esquecer o amor universal aos homens, a necessidade de promover o bem comum, de referir a este bem comum as vantagens e interesses de sua pessoa, de seu grupo ou de sua classe.”⁶⁰

Sob esta reflexão teórica o “Brasil, Urgente” exerceria sua prática política de maneiras seqüencial e hierarquizada buscando: num primeiro momento, agir nos meios políticos tradicionais apoiando alguns políticos de partidos como o PDC (Partido Democrático Cristão) e o PTB em questões do seu interesse; em segundo, atuar em denúncias de corrupção e desmoralizações de políticos que se posicionavam contra as reformas de base; em terceiro, agir em colaboração com setores capazes de organizar greves e outras manifestações e, em quarto, no extremo, a revolta armada contra o governo tirânico.

O BU divulgava as ações da Igreja no campo (como os SRC e SAR) e as apoiava, pois defendia a idéia de uma instituição atuante no mundo em defesa dos pobres e do “bem comum”, e, ainda, buscava aliados para suas idéias nacionalistas, anti-imperialistas, em prol da emancipação econômica do Brasil frente ao FMI (Fundo Monetário Internacional) e em prol da Reformas de Base.

Dessa forma, o periódico criava uma teoria própria sobre o estado de subdesenvolvimento do Brasil, alegando que as causas advinham de processos arcaicos de produção no campo, mão-de-obra pouco especializada e a existência de grupos (alta burguesia e latifundiários) que se beneficiavam desta situação e, por isso, eram adversários das Reformas de Base do governo.

⁶⁰ JOSAPHAT, op. cit., 53-54.

A partir dessa análise, o BU propunha soluções através dos incentivos à produção, à industrialização, principalmente a de base, importação de equipamentos, política externa independentes dos dois blocos (Capitalista e Comunista) e valorização das exportações, como nossas matérias-primas.

Para o jornal, as reformas estruturais brasileiras eram fundamentais e emergenciais, pois os setores desprivilegiados (pobres e miseráveis) do campo e da cidade estavam se organizando, inclusive com a ajuda de setores da Igreja, como dos aliados de Dom Helder Câmara, para lutar pelos seus direitos de uma vida digna com justiça social. Isso significava que estes homens e mulheres estavam radicalizando cada vez mais suas lutas, com razão, no momento em que, as elites não cediam qualquer de seus privilégios.

Dessa maneira, para o BU, cabia o recuo das elites, atendendo as reivindicações imediatas desses setores, na idéia de “ceder os anéis para não perder os dedos”, aceitando aprovar no Congresso as Reformas de Base e a proposta do Plano Trienal de Goulart, calcado numa Política de Desenvolvimento.

O jornal via com bons olhos o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico Social (1963-65) lançado em Dezembro de 1962 por Celso Furtado, principalmente, neste trecho que apontava um dos objetivos básicos do governo:

“Eliminar progressivamente os entraves da ordem institucional, responsáveis pelo desgaste de fatores de produção e pela lenta assimilação de novas técnicas, em determinados setores produtivos. Dentre esses obstáculos de ordem institucional, destaca-se a atual estrutura agrária brasileira, cuja transformação deverá ser promovida com eficiência e rapidez.”⁶¹

Após o retorno do presidencialismo em janeiro de 1963, antecipado em função de um plebiscito, inicialmente previsto para ser realizado somente em 1965, o BU, ao criticar o subdesenvolvimento do Brasil, apontava a urgência da Reforma Agrária, a fim de reverter todo esse quadro de instabilidade e resgatar a tranqüilidade das populações camponesas, trazendo paz e justiça ao campo. Neste sentido, em seu segundo número (24 de março de 1963), publica o editorial intitulado “Com Reforma Agrária não se brinca”, acreditando na capacidade de Goulart em implementar as reformas, expressa neste trecho:

⁶¹ Texto: Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico Social (1963-65) lançado em Dezembro de 1962 por Celso Furtado. In: MUNTEAL, Oswaldo, VENTAPANE, Jaqueline e FREIXO, Adriano (orgs.), “O Brasil de João Goulart: um projeto de nação”, ed. PUC Rio, 2006. p. 52

“Restabelecido o sistema presidencialista, julgado como o que melhores tem condições tem de ajustar-se à realidade nacional, as reformas de base voltaram à pauta das discussões e inquietações. (...) O presidente da República, que inúmeras vezes destacara a necessidade de tais reformas, acrescentando que sem elas o processo de desenvolvimento brasileiro estaria comprometido e a ação administrativa federal, estrangulada, criou órgãos estatais para o exame da matéria. (...) Anunciou-se que a reforma agrária deixaria de ser promessa, para construir-se em medida inicial na reformulação das arcaicas e desajustadas estruturas do País.”⁶²

Defendendo os interesses dos trabalhadores e afirmando que a reforma agrária não ia de encontro à paz e ao bem comum pregado pela Igreja, o Editorial continuava:

“Os trabalhadores também apresentam direitos incontestáveis. Nenhuma reforma agrária será verdadeira se não permitir a posse da terra ao camponês que a trabalha. Eles devem participar dos lucros das empresas agrícolas e igualmente, dos benefícios do desenvolvimento. A reforma agrária que o país reclama deve atender às exigências do bem comum, sendo instrumento do nosso desenvolvimento rápido e harmonioso.” (...)

“Medidas concretas deverão ser adotadas: extensão dos serviços públicos aos campos, financiamento e crédito, amparo e estímulo à produção, preços justos, valorização do homem e da terra, todo um complexo de medidas que, rejeitadas ou diminuídas, invalidarão a reforma e a transformarão a grande reivindicação numa frustração que poderá levar o País à revolta e ao caos.”⁶³

Não obstante ainda confiar na força de Goulart em implementar a reforma agrária, o BU alertava ao povo:

“O povo deve ficar alerta. Ele sabe que a reforma agrária nem pode ser adiada, nem pode ser unilateral. Não poderá ser tímida, sob pena de ser um arremêdo e uma farsa que a Nação não está em condições de aceitar. Terá de ser integral, atendendo às exigências da justiça, maleável, para acomodar-se às diversidades regionais e corresponder aos direitos legítimos de todos. (...)”⁶⁴

Para o BU era inaceitável uma reforma agrária tímida, cabendo ao povo o dever de pressionar o Congresso por uma mudança estrutural no campo brasileiro. Havia a certeza de que o povo estava preparado e amadurecido para exercer tal tarefa, e o BU se colocava como incentivador no cumprimento desse desafio e acrescentava:

⁶² “**Brasil, Urgente**”; n°. 02, p. 02. Periódico encontrado no Convento Sagrada Família, na cidade de São Paulo.

⁶³ “**Brasil, Urgente**”; n°. 02, p. 02

⁶⁴ “**Brasil, Urgente**”; n°. 02, p. 02

“É indispensável que o presidente da República, os senadores e os deputados federais compreendam que a Nação acompanha os seus passos e que com a reforma agrária não se brinca. Porque não se brinca com as maiores e mais justas aspirações de todo um povo.”⁶⁵

O “Brasil, Urgente” buscava, neste primeiro momento, um consenso nacional em torno das Reformas de Base, acreditando que ao pressionar o Congresso, com o imprescindível apoio de Goulart, *as elites cederiam pelo crescimento do país e da justiça social*.

Apesar da confiança em Goulart e no Congresso evidenciarem-se em matérias de alguns números do BU, em entrevista concedida ao autor desta dissertação (em 31 de outubro de 2007), o frei Carlos Josaphat afirmava: “*Bem, não havia uma confiança no parlamento na ocasião que era majoritariamente conservador, não havia também uma confiança no Presidente Goulart que fizesse as Reformas.*”⁶⁶

Essas palavras de Josaphat, quarenta e quatro anos após a fundação do “Brasil, Urgente” (março de 1963 a março de 1964), denotam uma construção de memória, que resguarda o jornal como autônomo frente a quaisquer forças políticas e com um projeto próprio de implementação da reforma agrária, a partir da confiança de que, através das urnas (previsão de eleições para 1965) *o povo mudaria o Congresso (taxado pelo BU de conservador), pois entendia que somente um novo parlamento faria as reformas de base propostas por Goulart*.

Ainda no seu segundo número, o BU, apesar de se declarar independente de qualquer poder político, defendia e divulgava as ações de políticos comprometidos com as reformas (alguns do PTB e do PDC), sem recorrer ao comunismo ou a modelos socialistas estrangeiros, como foi o caso do apoio ao governador de Goiás, Mario Borges, através do artigo intitulado “Reformas a curto prazo ou soluções violentas”:

“A revolução pacífica e democrática da reformulação, da modernização de nossas estruturas, do apelo do povo para que participe do progresso nacional que o sr. Mario Borges defende para o Brasil, está sendo realizada em Goiás.”⁶⁷

⁶⁵ “**Brasil, Urgente**”; nº. 02, p. 02

⁶⁶ A entrevista de Frei Carlos Josaphat ao autor está, na íntegra, no Anexo 1 desta dissertação.

⁶⁷ “**Brasil, Urgente**”; nº. 02, p. 10-11

Na entrevista que o governador Mário Borges concedeu ao jornal, ficavam evidentes as idéias comuns entre ele e o BU:

“Podemos resolver as nossas dificuldades por intermédio de uma democracia autêntica, socialmente justa e adequada à realidade brasileira. Não precisamos importar sistemas. Façamos nós a nossa própria fórmula, consoante a nossa individualidade.”⁶⁸

E concluindo:

“Sejam quais forem as variantes internas adotadas devemos manter no plano internacional uma política de absoluta independência e soberania, contribuindo com as nações não comprometidas em relação às duas superpotências que se digladiam, na gradativa superação dos antagonistas que intranquilizam a terra.”⁶⁹

Não obstante, compartilhando dessas idéias de independência, de autonomia nacional, soberania e de afastamento das querelas que envolviam as superpotências, o BU, em números posteriores, acompanharia e apoiaria as ações da Revolução Cubana, pois condiziam com as suas expectativas para o Brasil, como a Reforma Agrária e a luta contra o imperialismo norte-americano na América Latina.

Apesar de apostar nas mudanças progressivas da sociedade pelo “bem comum”, o jornal sabia do poder da extrema direita no país, fortalecida pela sua associação explícita com o governo norte-americano, através do conservador embaixador dos EUA no Brasil, Lincoln Gordon.

O tom das críticas ao capitalismo liberal se acentuava, pois não se acreditava em sua eficácia na promoção da igualdade social, tendo o BU, em seu segundo número, apresentado o artigo “*É preciso desatrear a Igreja do Equívoco capitalista*”, do Padre Francisco Lage,⁷⁰ soando como um apelo à Igreja:

⁶⁸ “**Brasil, Urgente**”; n.º. 02, p. 10-11

⁶⁹ “**Brasil, Urgente**”; n.º. 02, p. 10-11

⁷⁰ Mineiro de nascimento, o padre Francisco Lage ordenou-se lazarista após ter feito o curso de Teologia em Petrópolis. Depois disso, foi vigário da Paróquia da Vila dos Marmiteiros, onde organizou os favelados contra uma ordem de despejo coletivo. Mais tarde, fundou a Associação de Defesa Coletiva que depois se transformou na Federação dos Trabalhadores Favelados de Belo Horizonte, estendendo suas atividades por 40 favelas da capital Mineira. Ver: “**Brasil, Urgente**”; n.º. 02, p. 15

“Antes de mais nada, gostaria de renovar um apêlo aos meus irmãos de sacerdócio de todo o Brasil: é preciso que se formem, ante os cadentes problemas sociais do nosso tempo, cristãos corajosos, capazes de assumir a liderança dos assuntos econômicos, combatendo até, se preciso fôr, ombro a ombro com os comunistas. É preciso aderir à libertação dos povos e desatrelar a Igreja do equívoco capitalista. (...)”⁷¹

E após ser interrogado a propósito das reformas de base o padre Lage respondeu:

“Acredito seja absolutamente necessário reformar para melhor as estruturas vigentes, sem esquecer a mentalidade e os homens, em uma ação integral, que costumamos chamar de: promoção da classe trabalhadora. Quero, como o povo, a Revolução que, essencialmente, consiste na mudança de relações de produção, a começar pela luta contra o imperialismo e o latifúndio.”

Interpelado sobre se a sua linguagem não seria comunista, esclareceu:

“Em geral, em matéria econômica, enquanto não tomam o Poder, os comunistas acertam. Em tática de luta, também. Se as duas maiores causas do subdesenvolvimento são a espoliação de que somos vítimas pelo capital estrangeiro e a estrutura feudal e opressora da agricultura, são estes os males que teremos de atacar primeiro, pouco nos importando se esta é ou não uma posição comunista. Teremos de lutar a mesma luta deles, apesar de divergirmos frontalmente nos motivos fundamentais e finalidades últimas de nossas atividades.”⁷²

Essas palavras do Padre Lage refletiam bem a posição do jornal, que se afirmava católico, mas aberto a filosofias exteriores ao cristianismo e apto a aprender com o comunismo, principalmente, concepções de história e realidade social envolta em luta de classes.

Nesse mesmo artigo, Lage anunciava, para 1965, a sua candidatura a deputado federal pelo PTB e a justificava:

“Foi com grande hesitação que dei êsse passo decisivo. Sempre ensinei, como sacerdote, que nossa missão é prevalentemente de ordem sacral e a missão dos leigos é também, prevalentemente, de ordem temporal: uns e outros, em íntima conexão, encarregados de implantar Deus

⁷¹ “**Brasil, Urgente**”; n.º 02, p. 15

⁷² “**Brasil, Urgente**”; n.º 02, p. 15

no coração dos homens e, portanto, fazê-los mais homens, seguindo a dignidade da sua origem e a grandeza do seu destino.”⁷³

Dessa maneira, Lage reconhecia a importância tanto do sacerdote quanto do leigo na construção de uma sociedade mais justa, por meio de “homens com Deus no coração”, além de prezar pelas esferas de atuação espiritual e temporal, podendo um sacerdote se dispor da batina, se dessa forma continuar seguindo a Deus, e, como o homem católico ser político e agir no mundo com base no cristianismo.

Ao ser questionado sobre a capacidade de o Governo Goulart aprovar, via Congresso, as Reformas de Base, apontava:

“Não acredito que as reformas se façam facilmente. Por isto é que falo em luta. (...) Por isso acho que o povo terá de se unir e organizar cada vez mais. Só assim êle conquistará, palmo a palmo, essas reformas. Conquistá-las-á, mas de baixo para cima.”⁷⁴

O BU corroborava com as palavras de Padre Lage, acreditando que apenas a mobilização de setores da sociedade, seja pela direita ou pela esquerda, mas que possuíssem o propósito de justiça social, poderia pressionar o governo e o Congresso pelas Reformas de Base.

Com atuação crítica em relação a alguns órgãos e partidos, o BU, nos seus primeiros 24 números, elegeu como alvos o IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática) e o IPES (Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais), por entender que estas instituições se alinhavam com o imperialismo e segmentos burgueses nacionais e internacionais, em detrimento do povo.

Cada vez mais o BU se envolvia nas questões políticas, sociais e econômicas do país, por meio de críticas severas e denúncias de corrupção e, também, por meio de elogios, com destaque especial para o ministro da educação, Paulo de Tarso, forte defensor das reformas.

Nas discussões sobre a Reforma Agrária, Frei Josaphat reafirmava a necessidade de alteração do artigo 141 da Constituição Brasileira ⁷⁵, calcado na mensagem de Pio XII, de 1º de setembro de 1944:

⁷³ “**Brasil, Urgente**”; n.º 02, p. 15

⁷⁴ “**Brasil, Urgente**”; n.º. 02, p. 15

⁷⁵ **Ver Constituição de 1946. O art. 141 parágrafo 16** dizia: É garantido o direito de propriedade, salvo o caso de desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante prévia e justa

“O Estado pode, no interesse comum, intervir para regulamentar o seu uso ou conteúdo (da propriedade privada); se não for possível prover eqüitativamente de outro modo, deve decretar a expropriação, oferecendo a indenização conveniente”.⁷⁶

Através deste trecho, Josaphat embasava sua crítica cristã ao artigo 141, que previa a indenização em dinheiro nas desapropriações a fim da Reforma Agrária, não negando contudo, o direito natural do homem sobre a terra, frisando a função social da propriedade, com base nos ensinamentos da encíclica Mater et Magistra de João XXIII (de maio de 1961, em comemoração do 70º aniversário da encíclica Rerum Novarum).

A crítica de Josaphat foi veiculada na edição de nº. 3 do BU, de 31 de março de 1963, em seu artigo “Reformas de Base sem medo nem impostura”:

“Para promover a justa distribuição de propriedade com igual oportunidade para todos” como prescreve o artigo 141 da constituição, e para que a reforma agrária e urbana alcance a necessária profundidade, urge modificar o parágrafo 16 do número 141 da mesma Carta Magna, estabelecendo um critério justo e exequível de indenização, em caso de desapropriação por interesse social. (...) Liberdade. Franqueza. Objetividade. São os primeiros imperativos simples e claros de uma atitude verdadeiramente democrática e cristã face às reformas de base.”⁷⁷

Não se afastando da Igreja, o BU, em seu 6º número (21/04/1963) dava enfoque à nova encíclica de João XXIII, a Pacem in Terris (de 1963), com o artigo: “Mundo (Unânime) aplaudiu nova Encíclica de João XXIII”, analisando sua repercussão pelo mundo:

“A leitura cuidadosa do texto original da nova Encíclica, Pacem in Terris, publicado pelo Observatore Romano de 11 de abril de 1963, permite-nos compreender a razão de sua repercussão tão universal e de sua aceitação unânime, no Oriente e no Ocidente, de parte de correntes e grupos dos mais diversos. A paz, tema central da Encíclica, já fora abordada em vários documentos papais, particularmente por Pio XII, mas em nenhum deles fora focalizada com tanta amplitude e profundidade. (...)”

“A nova Encíclica se caracteriza pela harmonia de sua construção, chegando a ser um documento, de real beleza literária, dentro dos moldes de austeridade, usuais no estilo do Vaticano. Comparada com a Mater et

indenização em dinheiro. Em caso de perigo iminente, como guerra ou comoção intestina, as autoridades competentes poderão usar da propriedade particular, se assim o exigir o bem público, ficando, todavia, assegurado o direito a indenização ulterior. **Ver também o art. 147** que dizia: O uso da propriedade será condicionado ao bem-estar social. A lei poderá, com observância do disposto no art. 141, § 16, promover a justa distribuição da propriedade, com igual oportunidade para todos. Ver: www.planalto.gov.br

⁷⁶ **BOTAS**, Paulo Cezar Loureiro, op. cit., p. 56

⁷⁷ “**Brasil, Urgente**”; nº. 03, p. 15

Magistra, que ela vai confirmar e complementar, a nova Carta apresenta um plano mais simples e mais claro, uma vez que não se detém em apanhados históricos como a primeira Encíclica.”⁷⁸

Com relação a essa carta Papal, muito embora tenha ensejado diversas formas de interpretação por parte do clero e dos leigos católicos no Brasil, o BU lhe tinha uma concepção muito clara:

“Passado em silêncio a condenação dos erros, o que João XXIII considera já suficientemente realizados nos Documentos precedentes, a Encíclica *Pacem in Terris*, visa unir todos os homens numa tarefa construtiva, que é a procura da ordem em todas as Relações Humanas, dentro da Verdade, da Justiça, do Amor e da Liberdade.”⁷⁹

O BU percebia as palavras do Pontífice como um aval à luta pacífica pela justiça social, que no caso do Brasil, estava vinculada à transformação da estrutura agrária, além de entender a continuidade dada à tradição herdada de Santo Agostinho, na qual a Paz provinha da ordem vinda dos mandamentos de Deus aos homens, conforme o texto:

“Com efeito, prosseguindo na linha duma Tradição que remonta a Santo Agostinho, o Papa define a paz como a tranqüilidade que resulta da ordem estabelecida por Deus e reconhecida pelos homens. No entanto, o que permite ao papa abrir o diálogo com todos os homens de boa vontade, é a maneira feliz como define esta ordem divina, reconhecendo-a já expressa e promulgada na própria natureza humana. (...)”

“Dessa forma, determinado os direitos invioláveis e inalienáveis da pessoa humana, encontra o papa numa base comum para se fazer entender mesmo dos não cristãos e mais ainda, oferece um fundamento para a colaboração comum na construção da Paz Mundial.”⁸⁰

A partir dessa interpretação, o periódico objetivava atrair para sua luta pelas reformas de base toda a sociedade, independente da classe social, pois a busca pela Justiça Social na formação de uma democracia plena, era vista como condição fundamental para a construção da Paz no Brasil e a partir da Paz em cada país, enraizada na justiça social, abrangeria o Mundo.

Analisando a repercussão da “*Pacem in Terris*” no Mundo, o artigo continuava:

⁷⁸ “**Brasil, Urgente**”; n.º. 06, p. 05

⁷⁹ “**Brasil, Urgente**”; n.º. 06, p. 05

⁸⁰ “**Brasil, Urgente**”; n.º. 06, p. 05

“A encíclica *Pacem in Terris* alcançou repercussão em todo o mundo. O documento pontifício, antes mesmo de ser conhecido no seu original latino, passou a ser examinado em tôdas as partes do mundo e a receber de todos os homens comentários e aplausos.” (...)

“Cristãos e não cristãos fizeram uma pausa nas suas atribulações e disputas de tôdas as horas, para opinar sobre a Palavra respeitável do autor da *Mater et Magistra*, do Papa que convocou o Concílio Ecumênico Vaticano II e que é líder visível de toda a humanidade católica”.⁸¹

Em meio às crises econômica e política pela qual o Brasil passava, atreladas às dúvidas quanto a capacidade de Goulart em aprovar as reformas de base via Congresso, os movimentos de esquerda e direita radicais se manifestavam dentro e fora do Parlamento, a favor e contra o presidente, respectivamente.

O maior líder político da esquerda radical era sem dúvida Leonel Brizola, deputado federal pelo PTB da Guanabara, ao valer-se de uma linguagem violenta contra seus inimigos ameaçava uma ação extra-parlamentar contra o Congresso pelas reformas.⁸²

Apesar desses movimentos, caracterizando a instabilidade em que se encontrava o país, o BU ainda levantava a bandeira de uma Reforma Agrária pacífica, através da alteração do artigo 141 e da Constituição de 1946.

Dessa maneira, no artigo intitulado “Direito de Propriedade” (ainda em seu número 6º de 21 de abril de 1963) o diretor e fundador do BU, Frei Carlos Josaphat defendia a Reforma Agrária pela via constitucional, esclarecendo que essa reforma proposta por Goulart não ia de encontro à palavra do evangelho, muito menos em via oposta aos mandamentos do Papa João XXIII e de outros anteriores. Nessas palavras, o Frei reiterava a defesa da alteração do artigo 141, parágrafo 16 da Constituição⁸³:

“No clima de reformas ou de revolução em que vive o País, ganhou atualidade o dispositivo constitucional sôbre o direito de propriedade.” (...)

“Por certo, não consideramos nem cremos que alguém considere, esta justa distribuição ou redistribuição da propriedade, como a única medida ou

⁸¹ “**Brasil, Urgente**”; n.º. 06, p. 05

⁸² SKIDMORE, Thomas, op cit., p. 276

⁸³ **Ver Constituição de 1946. O art. 141 parágrafo 16** dizia: É garantido o direito de propriedade, salvo o caso de desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante prévia e justa indenização em dinheiro. Em caso de perigo iminente, como guerra ou comoção intestina, as autoridades competentes poderão usar da propriedade particular, se assim o exigir o bem público, ficando, todavia, assegurado o direito a indenização ulterior. Ver: www.planalto.gov.br

mesmo a principal, reclamada para a reestruturação do país, dentro das normas da justiça social.”⁸⁴

Continuando o artigo, Josaphat denunciava o falso discurso da direita sobre a reforma agrária de Goulart, classificando-a como socializante, confiscatória e de cunho comunista:

“Brandam por aí que atingir êste sagrado parágrafo 16 do artigo 141 significaria para o País bandear as medidas socializantes e confiscatórias, e renunciar ao conceito cristão de propriedade.”⁸⁵

Não obstante, o Frei elucidava o caráter cristão da reforma nesta parte:

“De fato, o conceito genuíno de propriedade, fundado no direito natural, que a Igreja confirma e consagra com sua autoridade, tem uma dimensão social e pessoal, devendo ser regulamentada pela lei positiva, de maneira a se difundir efetivamente entre todas as camadas sociais. Como nos lembra Pio XI, na “Quadragésimo Anno”, que é uma lição evidente da história, o regime de propriedade não é mais imutável do que qualquer outra instituição. Um sistema econômico e o regime jurídico da propriedade nele incorporado, só serão justos na medida em que satisfizerem aos seguintes pontos fundamentais:

Primeiramente, a destinação providencial dos **terrenos para uso de todos os homens.**”⁸⁶

Dessa forma, após sintetizar a doutrina social cristã sobre a propriedade privada reportando-se a Pio XII e a João XXIII, Josaphat trazia essa concepção para a realidade brasileira, questionando a indenização em dinheiro exposta na Carta Magna de 1946, em sua conclusão:

“Sempre que este Papa (**João XXIII**) ou seus predecessores reconhecem a necessidade ou utilidade da expropriação por interesse social, -- e proclama tal necessidade sempre que a distribuição vigente da propriedade é inadequada e injusta, -- afirmam igualmente a obrigação de uma indenização justa, a ser calculada conforme as exigências das circunstâncias concretas. Não incluem a modalidade de **indenização em dinheiro** que os nossos constituintes de 46 anexaram à nossa Carta Magna, por outras razões que não a exigência do direito natural ou da Doutrina Cristã.”⁸⁷

⁸⁴ “**Brasil, Urgente**”; n.º 06, p. 09

⁸⁵ “**Brasil, Urgente**”; n.º 06, p. 09

⁸⁶ “**Brasil, Urgente**”; n.º 06, p. 09. O grifo é do autor do artigo.

⁸⁷ “**Brasil, Urgente**”; n.º 06, p. 09. O grifo é nosso.

Com isso, Josaphat e com ele o BU, construíam uma base teológico-política em apoio às Reformas de Base, enquanto que Goulart, começava a tomar medidas concretas na implementação das reformas, tendo incluído no plano econômico do governo, o Plano Trienal (de Dezembro de 1962), a reforma agrária ao lado das reformas administrativa, financeira e fiscal.⁸⁸

No tocante à reforma agrária, a posição do governo foi exposta na Mensagem enviada ao Congresso Nacional, em março de 1963, sendo que dois de seus pontos provocaram reações contrárias dos partidos conservadores, principalmente da UDN e de parte do PSD, tornando-se foco de negociações e de pressões de movimentos populares contrários e a favor, pois exigiria uma emenda constitucional. Os dois pontos polêmicos tratavam do arrendamento compulsório, que obrigava a renovação dos contratos de parceria e arrendamento vigentes, como um estágio transitório para a desapropriação efetiva e da indenização das terras desapropriadas com títulos da dívida pública, sujeitos a uma correção monetária de no máximo 10% ao ano.⁸⁹

Nesse contexto, os discursos nacionalistas, anti-imperialistas, contra os bancos e as empresas estrangeiras acentuavam-se no BU, que, também, conclamava a Igreja a se envolvesse mais ainda na luta pelos pobres do Brasil e da América Latina, como um todo.

Em sua 7ª edição (28/04/63), o BU apresentava um artigo do Padre (operário) François Huidobro⁹⁰, denominado: “América Latina exige uma Igreja de mãos calejadas”, no qual contava sua trajetória, como viajante pela América Latina:

“Dizendo que encontrou na América Latina ação da Igreja por toda parte onde andou, mas que ela em geral se destina a favorecer os ricos e a dar ensino somente aos que podem pagar muito enquanto os pobres ou dela descrêem (como os operários) ou apenas esperam sua esmola (como os subproletários).”⁹¹

François Huidobro cobrava uma ação mais efetiva da Igreja junto ao povo:

⁸⁸ SKIDMORE, Thomas, op. cit., p. 288-289

⁸⁹ FIGUEIREDO, Argelina Cheibub, “Estruturas e escolhas: era o golpe de 1964 inevitável?”, In: FICO, Carlos e outros, “1964-2004: 40 anos do Golpe, Ditadura Militar e Resistência no Brasil”, Rio de Janeiro: FAPERJ e 7 Letras, 2004, p. 30

⁹⁰ Padre francês que viveu sete meses na América do Sul, um pouco nas “villas miserias” da Argentina, uns tempos nas “callampas” chilenas, depois nas “barricadas” peruanas e nas favelas do Brasil. Ajudou outros padres em suas missões, trabalhou em fábricas e, especialmente observou e pensou muito. Ver em “**Brasil, Urgente**”; n.º 07, p. 07.

⁹¹ “**Brasil, Urgente**”; n.º 07, p. 07.

“Bem ou mal, sempre ou por etapas, a Igreja está em todos os lugares na América Latina. (...) Em qualquer canto há sempre a Missa e outras solenidades da Igreja, mas os padres são muito poucos e estão sempre muito ocupados.” (...)

“Encerrados na vida eclesiástica, presos pela burocracias e por formalismos não têm tempo para o apostulado livre junto ao povo. Sem dedicar-se com a amizade gratuita e desinteressada necessária para a conquista da confiança do povo, sem presença entre os homens e sem participação nos seus problemas, o padre se arrisca e se isola, tornar-se simplesmente um homem de Deus.”⁹²

Ainda, exigindo maior participação da Igreja em meio aos pobres, reconhecia:

“É preciso reconhecer com bastante humildade e muito sinceramente que na América Latina a ação da Igreja é mínima no mundo dos pobres.” (...)

“Este mundo rejeitado, abandonado, sem padres e sem Igreja. Para dois milhões de subproletários, nas principais capitais da América Latina, há uns vinte padres verdadeiramente encarnados e vivendo nos meios desumanos.” (...)

“A Igreja exerce uma atividade caridosa: distribui víveres, medicamentos, mantém escolas. Esse paternalismo é aceito pelo subproletariado, mas recusado pela classe trabalhadora, consciente de sua dignidade.”⁹³

A preocupação maior era a perda do operariado para os comunistas que, em parte, não estavam abertos a diálogos com os católicos, com François Huidobro denunciando:

“No mundo operário nada se espera dela (**Igreja**). O operário tem consciência de estar engajado na luta pela sua libertação de um estado de injustiça e sabe que a Igreja está ausente dessa luta, que está preocupada com os problemas do Céu. Assim, enquanto ela se esforça mais e mais por crer no Céu o operário crê sempre mais na terra.” (...)⁹⁴

A partir dessa percepção, o padre francês apontava o problema:

“O problema é que a Igreja precisa encontrar novas fórmulas de diálogo e para isso deve começar aceitar um diálogo com o mundo novo a fim de não ficar à margem.” (...)

⁹² “**Brasil, Urgente**”; n.º 07, p. 07.

⁹³ “**Brasil, Urgente**”; n.º 07, p. 07.

⁹⁴ “**Brasil, Urgente**”; n.º 07, p. 07. O grifo é nosso.

“Deve recordar-se de sua missão salvadora encarnar-se no Cristo e seguir suas pegadas para realizar a vontade de Deus, diz que tem, porém, muita esperança num grupo de padres.”⁹⁵

Dessa forma, François Huidobro, e o BU ao apoiá-lo, iam ao encontro das encíclicas de João XXIII e da sua proposta no Concílio do Vaticano II (1962-65) rumo ao diálogo com outras filosofias, ao ecumenismo e ao reconhecimento do poder dos leigos na missão comum de espalhar os mandamentos do evangelho pelo mundo.

Retornando às esferas políticas e econômicas, observa-se Goulart aflito com a crise financeira e com as altas da inflação, razão de dar mais ênfase às reformas, alegando que a Reforma Agrária era urgente para aumentar a produção no campo de gêneros alimentícios, propiciar empregos e, com isso, aumentar a oferta e consumo internos.

Em apoio ao esforço do presidente estava a CGT, a UNE e parte do PTB, seu partido e segundo mais forte no Congresso, apenas atrás do PSD.

Engrossando as fileiras contra o presidente, destacava-se a UDN, com posição contrária à qualquer tipo de reforma ou alteração na Carta Magna, considerada inviolável. Assim, a UDN também se tornava inimiga do jornal “Brasil, Urgente” (BU), que no editorial de seu oitavo número, intitulado “União pelas Reformas”, de 5 de maio de 1963, denunciava:

“A convenção nacional da UDN, consolidou a união das forças que se opõem às reformas de base. Em Curitiba, sob a direta inspiração do Governador Carlos Lacerda, o udenismo aceitou comandar a batalha antipopular e antirracional em favor do atual estado de coisas, malgrado seja ele responsável por todos os males que vêm aflingindo, em assustadora progressão, este País.” (...)

“Mesmo porque a nação sabe – como sabem os udenistas e os seus muitos aliados e patrocinadores de agora – que sem a alteração da Carta de 1946, não chegaremos às reformas de base em geral e muito menos à radical reforma agrária que o País necessita e exige. É ponto pacífico aqui e em qualquer parte deste planeta, que reforma agrária com indenização prévia em dinheiro, é esbulho, grosseiro engodo com o qual se desrespeita a opinião pública e se desserve ao Brasil.”⁹⁶

O BU compreendia a forte organização da direita contra as reformas, presidida pela UDN, levando-o a intensificar seu trabalho na conscientização da importância das reformas e a incentivar o povo a se unir e pressionar o Congresso a fim de implementá-las, nesta parte do artigo:

⁹⁵ “**Brasil, Urgente**”; n.º 07, p. 07

⁹⁶ “**Brasil, Urgente**”; n.º 08, p. 02

“Cabe agora ao povo, seguindo o exemplo de seus adversários, unir-se em volta de seus interesses que são igualmente os interesses nacionais, para conquistar as reformas de base. Forme-se em um bloco que reúna os que não aceitam a eternização de um estado de monstruosas desigualdades e certamente a causa brasileira sairá vitoriosa. E não se venha dizer amanhã, quando o povo organizado estiver lutando pelas aspirações do País, que a ele não cabe manifestar a sua opinião e exigir para ela o competente atendimento. Ele é a peça mais importante e decisiva nesta luta e irá exigir de seus representantes, no uso de um direito democrático irrefutável, cumpram os seus deveres, voltados para as necessidades da Pátria e fiéis àqueles dos quais receberam mandatos.”⁹⁷

A mensagem expressa no artigo era de que a sociedade se polarizava em conflitos, cabendo aos cristãos e a todo o povo se colocarem ao lado das reformas, contra as elites, que não queriam abrir mão de seus privilégios. Todos deveriam se definir a favor ou contra as reformas, como fazia a UDN, de forma a permitir ao povo saber a quem realmente apoiar, pela conquista da justiça social. Esse chamado pelo posicionamento, pois entendia-se que acabara a hora da demagogia e falsidades, vinha nesse fragmento:

“Homens de todos os partidos, de todas as condições sociais, de todos os pensamentos desde que sem outros compromissos senão com a verdade, tem o dever de unir-se para exigir as reformas nas estruturas brasileiras, sem as quais o Brasil irá ao caos, êle próprio conhecerá os sofrimentos mais orosos e será levado ao desespero e ao desvario que sabemos péssimos conselheiros.” (...)

“Que cada homem público, governante parlamentar e líder, defina a sua posição – como fez a UDN – para que o povo, identificando os seus amigos e inimigos, leve adiante a sua grande luta, a batalha vitoriosa, que garantirá o desenvolvimento nacional, a participação de todos no progresso do País, através da humanização das estruturas sôbre as quais se assenta o Brasil.”⁹⁸

Na conclusão, o editorial ressaltava o pedido de definição de Jango perante as reformas:

“Definição também é reclamada, nesta hora, ao presidente da República, aos seus ministros e aos partidos que o apoiam. Não basta patrocinar as teses reformistas, mas provar a sinceridade dessa posição, levando-as a vitória. O desafio feito à nação atinge diretamente o seu presidente e dá ensejo a que possamos verificar, sem margens para dúvidas, se as reformas de base defendidas pelo povo e por êle patrocinadas, são apenas armas demagógicas com as quais pretende atender a determinadas

⁹⁷ “**Brasil, Urgente**”; n.º 08, p. 02

⁹⁸ “**Brasil, Urgente**”; n.º 08, p. 02

conveniências político-eleitorais ou se objetivam fazer justiça e salvar o País.” (...)

“O povo já adotou a sua posição e aguarda a palavra daqueles que estão no Parlamento sob o título de seus representantes. Mesmo porque a decisão deles é também um teste de legitimidade e a realidade dessa representação popular.”⁹⁹

Mostrava-se nítida a posição do BU com relação à democracia brasileira, ou seja, ela apresentar-se-ia legítima caso o Congresso ouvisse os clamores da população pelas reformas. Pela primeira vez em seus números, o BU colocava em dúvida o processo democrático parlamentar, pois começava a não ver vontade política para concretização das reformas de base, nem mesmo por parte do Senhor Presidente João Goulart.

Nesse mesmo número vinha um artigo intitulado “Bispos e o povo na linha das Reformas”¹⁰⁰, referindo-se ao encontro de Goulart com Cardeal Motta, arcebispo de São Paulo, e alguns bispos de sua arquidiocese, ocasião em que esses membros do clero apoiaram as intenções das reformas.

Em uma postura alinhada ao ecumenismo pregado por João XXIII e com os princípios do Concílio do Vaticano II, o 9º número do BU, de 12 de maio de 1963, destacava dois artigos: “Cardeal: bispos definiram apoio a Igreja”¹⁰¹ e “Evangélicos entram na luta pelas reformas de base”¹⁰², sendo que neste último, a ênfase era unir todos pelas reformas, independente de crenças, pois a luta pela justiça social devia ser de todo ser humano.

O “Brasil, Urgente”, cada vez mais se aproximava de outros jornais como o “Classe Operária” (do PC do B, de linha chinesa, dissidente do PCB, a partir de 1962) e o “Novos Rumos” (do PCB de linha soviética), irmanados no objetivo comum, acabar com a miséria do povo¹⁰³, postura que implicaria no aumento da oposição ao jornal, dentro e fora da Igreja.

Dessa maneira, ainda no seu 9º número, no manifesto “Povo dirá em Congresso como quer as reformas”, o BU resumia a situação do Brasil de então, segundo sua percepção:

“O Brasil vive um momento dramático: o da autodeterminação de seu destino porque o povo, despertado pelas crises, começa a tomar consciência do seu papel. O povo está desiludido com seus dirigentes e procura com seus próprios meios garantir-se contra qualquer violação de suas conquistas democráticas.” (...)

⁹⁹ “**Brasil, Urgente**”; n.º. 08, p. 02

¹⁰⁰ “**Brasil, Urgente**”; n.º. 08, p. 08

¹⁰¹ “**Brasil, Urgente**”; n.º. 09, p. 06

¹⁰² “**Brasil, Urgente**”; n.º. 09, p. 15

¹⁰³ **BOTAS**, Paulo Cezar Loureiro, op. cit., p. 72

“A Nação sabe que suas dificuldades vêm da espoliação que os trustes imperialistas lhe fazem e que as nossas classes produtoras estão a eles aliadas para explorar o povo. É evidente que a dois Brasis – um rico e opulento e outro que vegeta na miséria – situação inconciliável e que não pode ser mantida.” (...)

“Convencido de que tem dever indeclinável de participar do estudo e da solução desses problemas, o povo reivindica, a partir de agora, o direito inalienável de expor seus pontos de vista, exigir providências. E isso começará a ser feito a partir do Congresso.”¹⁰⁴

Esse manifesto agradava muitas tendências políticas, pois apelava pela autodeterminação brasileira dos nacionalistas, à crítica sem esperanças ao Congresso feita pela esquerda radical, à denúncia do imperialismo e ao direito do povo brasileiro de reivindicar e expor seus pontos de vista, constantemente lembrado por católicos progressistas e pelos movimentos populares, sindicais e estudantis como CGT e UNE.

A partir de um documento da CNBB ¹⁰⁵, no qual os bispos assumiam posições políticas favoráveis ao conjunto das decisões reformistas do governo, o jornal, entre os números 9 e 14, correspondentes ao período de 12/05/63 a 22/06/63, publicava a “Cartilha da Reforma”. Essa cartilha, com linguagem simples, visando alcançar o máximo de leitores e induzí-los a apoiar as reformas, também tinha como objetivo esclarecer, pedagogicamente os problemas sobre o tema sobre a reforma agrária, em torno dos quais giravam as discussões no Congresso.

Em seu 10º número, o periódico continuava sua luta na conscientização do povo pelas reformas e em seu editorial “Pressão popular é legítima”, reafirmava:

“O comportamento negativo e intransigente de setores inacessíveis aos reclamos nacionais, no Congresso ou fora dele, está provocando e justificando um amplo movimento de mobilização popular, destinado a levar às elites dirigentes do país os anseios das camadas menos representadas e menos ouvidas nas deliberações que a elas mais de perto atingem e interessam. Chama-se isto de pressão. E é pressão de fato. Pressão legítima.”¹⁰⁶

Ratificando essa união pelas reformas, que deveria se dar independentemente das diferenças menores entre os grupos sociais, o editorial do 11º número, “O Brasil quer as reformas”, dizia:

¹⁰⁴ “**Brasil, Urgente**”; n.º. 09, p. 17

¹⁰⁵ **BOTAS**, Paulo Cezar Loureiro, op. cit., p. 58- 65

¹⁰⁶ “**Brasil, Urgente**”; n.º. 10, p. 02

“A luta pela conquista das reformas de base, já não pertence a ninguém a nenhum partido e a nenhum grupo. É agora um patrimônio de todo o povo brasileiro e a sua principal e maior causa.” (...)

“O povo compreendeu que o Brasil não poderá desenvolver-se bem e atingir o ápice de sua desejada grandeza sem reformar as estruturas ineficientes e caducas que emperram a vida nacional. O que antes seria o pensamento de uma minoria mais politizada e mais consciente, agora é uma convicção Popular, inabalável e indiscutível.” (...)¹⁰⁷

Esse trecho demonstrava a esperança do BU na efetiva mobilização da população pelas reformas, que transcendesse as classes sociais, pois o crescimento econômico e a melhor distribuição de renda atingiriam a todos, que passariam a viver melhor, com maior dignidade.

Oportunamente, alertava aos leitores sobre a minoria contrária ao desenvolvimento do país:

“Contra as reformas, apenas uma minoria. Tão só aqueles notoriamente vinculados a privilégios iníquos que as reformas irão sepultar, em nome da justiça social e da verdadeira caridade cristã.” (...)

“Afora essa minoria reacionária, furiosa e inseqüente na defesa de um mundo de injustiças e monstruosa miséria, toda a Nação, como um homem só, falando a mesma e vibrante linguagem, exige a alteração constitucional que possibilitará a reforma agrária, reclama uma reforma agrária autêntica e todas aquelas outras reformas indispensáveis e urgentes.”¹⁰⁸

A “autêntica reforma agrária” apontada pelo periódico, envolvia uma distribuição de terras produtivas, associada à construção de toda uma infra-estrutura, compreendendo escolas, centros médicos, estradas de acesso, energia elétrica, ou seja, condições mínimas para fixar o homem à terra e viver de seus frutos. Além disso, dever-se-ia atrelar a reforma no campo à reforma urbana, pois a miséria nas cidades também precisava ser combatida, a partir do direito cristão à propriedade privada.

O artigo terminava, com a certeza da vitória do povo:

“Já não se pode, felizmente, duvidar da vitória da causa do povo. Porque é inadmissível que os reclamos do Brasil, as exigências do povo não sensibilizem os homens que integram o Congresso nacional, levando-os à compreensão de que entre os principais deveres as suas intrínsecas e

¹⁰⁷ “**Brasil, Urgente**”; n.º. 11, p. 02

¹⁰⁸ “**Brasil, Urgente**”; n.º. 11, p. 02

específicas obrigações está a contribuir para a grandeza nacional e no Parlamento representar a vontade do povo.”¹⁰⁹

Ainda no 11º número, nesse clima de intensa cobrança ao Congresso e a Jango pela implementação das reformas, o jornal publicava uma pesquisa própria na qual perguntava ao povo: “É direito do povo derrubar um mau governo?”, concluindo:

“Setenta e um por cento dos paulistanos inquiridos pela pesquisa de BRASIL, URGENTE afirmara que seria justa a destituição de um governo corrupto pelo povo.” (...)

“Os resultados da pesquisa são impressionantes e têm um indisfarçável tom de advertência aos dirigentes do país. As frases não raro são violentas e traduzem a insatisfação da massa. Quase todos disseram que o povo tem o direito de derrubar o governo que elegeu”.¹¹⁰

O 12º número trazia os seguintes textos, dentre outros: “O povo é quem quer: ninguém segura a Reforma” (na página 3); “Cristãos buscam Unidade” (na página 4) e “Donos de Jornais e Privilégios investem contra a Igreja – Estadão: farisaísmo e impostura” (na página 5), sendo que nesse último, o BU denunciava as posturas reacionárias do jornal “O Estado de São Paulo”, contrárias as Reformas de Base e agressivas à Igreja, que as apoiava.

O BU sofria muitos ataques do jornal “O Estado de São Paulo” e contra-atacava, legitimando suas palavras a partir dos ensinamentos da Santa Igreja e de seu Pontífice, tendo em seu 13º número, de 9 de junho de 1963, após o falecimento do Papa, circulado com a manchete: “João XXIII: herança de paz para o mundo”, destacando as palavras de Paz deixadas para toda a humanidade, cristãos e não cristãos. Josaphat se despediu de seu Papa no editorial “Que todos sejam um”:

“Como o Papa, falou magistralmente à Igreja. Mas sua maior glória foi de querer ouvir a Igreja. E saber despertar e coordenar tôdas as vozes. No Concílio, reunido e presidido pelo papa da abertura e da jovialidade, a Igreja se encontrou na sua amplidão universal e sua diferenciação de tendências.” (...)¹¹¹

¹⁰⁹ “Brasil, Urgente”; n.º 11, p. 02

¹¹⁰ “Brasil, Urgente”; n.º 11, p. 02

¹¹¹ “Brasil, Urgente”; n.º 13, p. 09. O grifo é nosso. Ver primeira página deste número no Anexo 2 desta dissertação.

Apontava, ainda, como o maior legado deixado por João XXIII, a tolerância e a abertura ao diálogo com outros povos, religiões e ideologias diferentes ao catolicismo. Isso se tornou uma forma de legitimar a divulgação e o apoio do BU, aos acontecimentos em Cuba pós Revolução de 1959 (principalmente a Reforma Agrária de Fidel), a algumas ações das Ligas Camponesas, às greves do CGT que se intensificavam em 1963, aos manifestos da UNE, às palavras de generais nacionalistas, às críticas ao IBAD e ao IPES, dentre outros a favor das Reformas de Base.

O Frei Josaphat prosseguia:

“Forte e suave, discreto e audaz, fez o grande Pontífice com que estivesse presentes e pudessem falar os **progressistas** e os **conservadores**. Para que a Igreja se reúna tal qual ela é. Escute a todos. E escolha o melhor. Atenta à verdadeira Tradição. É aberta ao autêntico progresso.”¹¹² (...)

Dessa maneira, clamava pela união da Igreja, pregada por João XXIII e concluía:

“João XXIII despertou no coração de todos a nostalgia da bondade. Nêle como que se encontram os sonhos e as aspirações dos crentes e dos ateus.”(...)

“Foi grande, precisamente por suscitar no mundo a fascinação pelo bem. Deixando-nos a sensação de que é possível a vitória do Amor sobre tôdas as forças dos egoísmos humanos.” (...)¹¹³

Ainda no nº. 13, a primeira página dizia “General Pery Garante: O povo terá as reformas”¹¹⁴, apresentando entrevista com o Comandante do II Exército de São Paulo, General Pery Bevilacqua, que mostrava que parte do exército nacionalista se posicionava pelas reformas, ao lado do povo, que viria mais tardar por meio das urnas, com um tom de decisão:

“O povo conseguirá as Reformas de Base que almeja e necessita”. (...)

“Serão poucos os sobreviventes da batalha campal que o povo travará nas urnas em 1965.”¹¹⁵

¹¹² “**Brasil, Urgente**”; n.º 13, p. 09. Grifo é do autor, Frei Carlos Josaphat.

¹¹³ “**Brasil, Urgente**”; n.º 13, p. 09

¹¹⁴ “**Brasil, Urgente**”; n.º 13, p. 01

¹¹⁵ “**Brasil, Urgente**”; n.º 13, p. 10

Para o jornal, as reformas estavam asseguradas e seriam viabilizadas até 1965, pois o povo se mobilizava para acabar com os anti-reformistas nas urnas.

O nº. 14 (16 de junho de 1963) trazia a manchete “Nova força à serviço das Reformas”, confiando no “dispositivo militar”¹¹⁶ de Goulart, dando-lhe capacidade para avançar com o povo pela reforma agrária.

Na página 10, no artigo “Sargentos querem as Reformas que o povo quer”, o BU dava voz aos sargentos nacionalistas:

“Ademais, o momento que vive a nação brasileira exige de todos os brasileiros se pronunciem, para que sejam definidos os interesses do povo brasileiro, através de drásticas reformas, se comecem a reparar as injustiças de que é alvo a maioria da nação em benefício de uma minoria de privilegiados.”¹¹⁷

No nº. 15 (de 23 de junho de 1963), o editorial “Ministério da 25ª hora” analisava a reforma ministerial de Goulart ¹¹⁸, como uma virada para a esquerda, não obstante, criticava o presidente, chamando-o de: “*Grande mistificador porque promete as reformas. Quer as reformas. Pensa nas reformas. Mas não reforma. Culpa o Congresso. O Ministério.*” (...) ¹¹⁹

Em sua página 22, Arapuã trazia sua ironia, nessas palavras: “*Eles vivem falando no governo do povo, pelo povo, para o povo: o diabo é que nunca dizem quando isso vai acontecer.*”¹²⁰

O BU intensificava seu discurso, pregava que o Brasil só sairia do seu estado de subdesenvolvimento com as reformas de base, denunciava a ação dos latifundiários contra a reforma agrária e organização dos trabalhadores do campo, publicava que evangélicos eram aliados nas reformas, apontava os males do capitalismo para o povo latino americano, por meio dos seguintes artigos: “*Cartilha do Desenvolvimento: Mudança da estrutura agrária para eliminar subdesenvolvimento.*”¹²¹; “*Pregação Social apavora reação*”¹²²; “*Grileiros:*

¹¹⁶ Esse “dispositivo militar” foi a nomeação de oficiais notoriamente pró - Jango para postos de importância nas Forças Armadas. Ver mais: SKIDMORE, Thomas, op. cit., p. 287-289

¹¹⁷ “**Brasil, Urgente**”; nº. 14, p. 10. Ver primeira página deste número no Anexo 2 desta dissertação.

¹¹⁸ A nomeação de Carvalho Pinto para o Ministério da Fazenda e de Furtado para o novo órgão de Coordenação do Planejamento Nacional (substituto do Ministério do Planejamento). Após essa reforma ministerial de junho, o presidente voltava agora seus limitados poderes de concentração: as reformas de base (administrativa, financeira, tributária e agrária). Ver mais em: SKIDMORE, Thomas, op. cit., p. 312-317

¹¹⁹ “**Brasil, Urgente**”; nº. 15, p. 02.

¹²⁰ “**Brasil, Urgente**”; nº. 15, p. 22

¹²¹ “**Brasil, Urgente**”; nº. 16, p. 05

¹²² “**Brasil, Urgente**”; nº. 16, p. 07

*Reformas às avessas com terras devolutas do Brasil central*¹²³; *“Fazendeiros reagem com armas à sindicalização de Camponeses.”*¹²⁴; *“América Latina: 70 anos para poder dobrar a renda per capita – Males econômicos não são transitórios, são mesmo estruturais.”*¹²⁵

Paralelamente a isso, o periódico, também, mostrava a mobilização de vários setores em favor das mudanças estruturais na sociedade e os apoiava nos artigos: *“Consciências não se calam: Revolução na América Latina.”*¹²⁶; *“Bispo de Santo André apóia Congresso da UNE e seminário na Bahia.”*¹²⁷; *“JOC quer reformas”*¹²⁸; *“Camponeses do Brasil exigem reforma agrária”*¹²⁹; *“Estudantes levam o povo a participar da vida pública.”*¹³⁰; *“Camponês faz greve contra deputado que não cumpre a lei.”*¹³¹; *“Trabalhadores unidos pelas reformas e Contra o Golpe.”*¹³²

O BU atravessava os limites de São Paulo, alcançando outros estados (como Rio Grande do Sul, Pará, Pernambuco), conquistando leitores em diversas partes do país e mais recursos para sobreviver, e, em grande parte de seus artigos, procurava aumentar o engajamento do povo na luta pelas reformas de base, mostrando a sua viabilidade.

Gradativamente, o BU radicalizava seus posicionamentos em favor da Reforma Agrária marcando um tom de “guerra entre projetos de país” (um a favor e outro contra as reformas) e percebia que não podia contar com o Congresso para implementá-las, defendendo assim, uma espécie de “terceira via” em oposição ao capitalismo e ao comunismo, a construção de uma democracia social, a partir de uma Revolução Social Cristã.¹³³

Em decorrência dessa radicalização, a CNBB, a Ordem dos Dominicanos de São Paulo sob o mando da Santa Sé e leigos católicos conservadores, começariam a desarticular o periódico, questão objeto do próximo item deste capítulo.

¹²³ “**Brasil, Urgente**”; n.º 17, p. 05

¹²⁴ “**Brasil, Urgente**”; n.º 17, p. 06

¹²⁵ “**Brasil, Urgente**”; n.º 17, p. 08

¹²⁶ “**Brasil, Urgente**”; n.º 18, p. 02

¹²⁷ “**Brasil, Urgente**”; n.º 18, p. 09

¹²⁸ “**Brasil, Urgente**”; n.º 18, p. 12

¹²⁹ “**Brasil, Urgente**”; n.º 20, p. 10 e 11. Ver primeira página deste número no Anexo 2 desta dissertação.

¹³⁰ “**Brasil, Urgente**”; n.º 20, p. 13.

¹³¹ “**Brasil, Urgente**”; n.º 21, p. 03.

¹³² “**Brasil, Urgente**”; n.º 21, p. 09.

¹³³ A idéia aqui proposta é do “cristianismo e revolução”, ou seja, são revolucionários porque são cristãos, pois compreendem que ser radicalmente cristão é ser revolucionário.

2.2- Perseguições silenciam o “Brasil, Urgente” (BU).

Em setembro de 1963, o Supremo Tribunal Federal julgou e considerou inelegíveis os sargentos eleitos em 1962, provocando movimentos entre os militares contrários a essa medida.

O Prof. Jorge Ferreira esclarece:

“O sargento do Exército Prestes de Paula, presidente do Clube dos Suboficiais, Subtenentes e Sargentos das Forças Armadas e Auxiliares do Brasil, com sede em Brasília, convocou os seus colegas para discutirem formas de protesto. O resultado da assembléia não foi apenas realizar um - protesto armado – mas sim desencadear uma insurreição popular armada de âmbito nacional. Tomar o poder pelas armas, eis a decisão.”¹³⁴

Esse levante militar tomou conta de Brasília, prendendo o presidente da Câmara dos Deputados e um ministro do Supremo Tribunal, sendo que, em poucas horas, as tropas legalistas retomaram o controle da capital, detendo os principais líderes do movimento.

A sociedade se mobilizava a favor e contra a anistia dos sargentos, observando-se no segmento político, os apoios da Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), da CGT e da UNE, pois consideravam suas reivindicações justas, enquanto a direita, liderada pela UDN, exigia de Goulart uma punição rigorosa aos amotinados, de forma a preservar a manutenção da hierarquia militar.

No decorrer do episódio, que evidenciou a fragilidade da capital, uma vez que um pequeno grupo de soldados foi capaz de isolar Brasília de todo o país, Jango estrategicamente se posicionou de forma neutra, haja vista o desgaste crescente do seu governo.

O BU, juntamente com a esquerda, manifestava-se a favor dos sargentos e em seu n.º 27 (15 de setembro de 1963) com o artigo “Os Sargentos e a Nação”, apontava:

“Seria uma superficialidade, ver na revolta dos sargentos, apenas um ato de insubordinação. Desafio à decisão da justiça ou tentativa de subverter a ordem pública, em instante de tão intensa perplexidade nacional.”(...)

“Há que entendê-la como protesto. Violento mas fundamentalmente justo, contra a impostura que se acoberta sob o falso manto da legalidade.

¹³⁴ FERREIRA, Jorge , “O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964”. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.), op. cit., p. 370

Uma exegese estritamente literal do texto da carta Magna, poderia, talvez, autorizar a decisão judicial, no sentido de ineligibilidade de um texto ambíguo e contrário à realidade brasileira.”¹³⁵

Dessa maneira, o jornal apoiava uma manifestação violenta contra a ordem legal, pois a considerava justa em meio a uma democracia que se ilegítimava, na medida em que não atendia os clamores populares e de seus sargentos nacionalistas.

O mesmo artigo considerava as reivindicações dos sargentos importantes para uma reflexão sobre a Constituição em suas ambigüidades, nesse trecho:

“Não se compreende que dentro do espírito da Constituição que se pretende popular, e na vigência de uma democracia que se afirma autêntica, se permitiam restrições aos direitos cívicos de cidadãos, pelo simples fato de estarem mais diretamente a serviço do País. Evidencia-se a contradição interna da Constituição Federal, que, de uma parte, proclama formalmente a igualdade de todos perante a lei, e em outra, estabelece um conjunto de discriminações dos postos eletivos aquela parcela do povo que constitui a base de nossas Forças Armadas.”¹³⁶

Com isso, o BU pedia alterações na Constituição que a tornassem realmente justa e coerente, pois deveria trabalhar para o povo. Destaque-se, que esta visão de povo era restrita àqueles que se posicionavam a favor das reformas de base, que na voz do periódico, segundo pesquisas próprias, representava a maioria dos brasileiros.¹³⁷

A Constituição por ser dúbia, segundo o BU, legitimava os sargentos insurgentes, nestas palavras:

“Os sargentos foram compelidos à revolta, não por espírito de rebeldia e sim pelo inatendimento de reivindicações justas e pacientemente reclamadas. O episódio sirva aos legisladores como prova de urgência da reestruturação político-social do Brasil, a partir da reforma de uma Constituição que todos reconhecem eivada de erros, equivocados e omissões, incapaz de refletir a realidade do País e mesmo comprometedor do desenvolvimento nacional em todos os seus sentidos.”¹³⁸

Dessa maneira o BU se posicionava ao lado dos sargentos, exigindo a extensão dos direitos democráticos a todos os brasileiros e a lucidez das autoridades no atendimento das aspirações destes militares.

¹³⁵ “**Brasil, Urgente**”; n.º 27, p. 20.

¹³⁶ “**Brasil, Urgente**”; n.º 27, p. 20.

¹³⁷ Ver pesquisa do **Brasil, Urgente**; n.º 11, p. 02.

¹³⁸ “**Brasil, Urgente**”; n.º 27, p. 20.

Frente à essas radicais posturas do BU, a CNBB, em circular assinada pelo Cardeal Jaime Câmara presidente da Confederação, declarava que o jornal não era da Igreja e nem católico, fato que ensejou o frei Carlos Josaphat e os demais diretores do BU a procurarem o Cardeal Motta, Arcebispo de São Paulo, para esclarecer a relação entre o periódico e a Igreja. Assim, no texto –“Cardeal Motta interpreta circular dos bispos”¹³⁹, Motta apontava:

“Na qualidade de membro da Comissão Central da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil fui consultado pelo atual presidente, o Cardeal Câmara, sobre aquela circular. Manifestei o meu acordo com a afirmação de que o BRASIL, URGENTE não é um jornal da Igreja, lembrando que na mesma data em que eu estava sendo consultado, elê, em editorial se declarava jornal de católicos mas não o porta-voz da hierarquia ou intérprete do clero. Rejeitei, no entanto, a expressão – não é um jornal católico - , porque ela daria a entender que o jornal não é fiel aos princípios da Igreja ou que não o sejam os seus diretores. Para mim outro não é o sentido da nota assinada pelo cardeal Arcebispo do Rio de Janeiro.”¹⁴⁰

Situando o problema em uma perspectiva mais ampla e enfatizando a proposta do BU, Motta esclarecia:

“Com exceção de – O São Paulo -, a Igreja não tem outro órgão oficial nesta arquidiocese. Os jornais que se ocupam de temas políticos e sociais podem ser, como é o caso de BRASIL, URGENTE, jornais de cristãos, jornais de católicos, mas não merecerão no sentido estrito, o nome de jornais católicos.”¹⁴¹

Com essa manifestação Motta alcançava dois objetivos, não se indispunha diretamente com o Cardeal Câmara e registrava a sua simpatia com o BU pela sua linha cristã e católica, em busca da justiça social.

Por parte de membros da alta hierarquia da Igreja, não houve apoio oficial ao BU, muito embora existissem simpatias de alguns clérigos da Ordem Dominicana de São Paulo e de alguns Cardeais, como o Motta, a suas propostas.

Apesar dos esclarecimentos de Motta, as críticas e ameaças ao BU se exacerbavam, acusando o periódico de comunista. Essas acusações ganhavam maior expressão em virtude do clima anticomunista pregado pela grande imprensa, pelos partidos de direita (como a UDN) e movimentos civis conservadores, como a Tradição Família e Propriedade (TFP).

¹³⁹ “**Brasil, Urgente**”; n.º 28, p. 05. Datado de 22 de setembro de 1963.

¹⁴⁰ “**Brasil, Urgente**”; n.º 28, p. 05

¹⁴¹ “**Brasil, Urgente**”; n.º 28, p. 05

Em pleno processo de radicalização, com conflitos entre esquerda e direita, o BU se aproximava ainda mais dos discursos da esquerda e publicava o artigo “Igreja, socialismo e socialismos”¹⁴², no qual defendia o diálogo próximo entre socialismo e catolicismo, em função da idéia comum de se construir uma sociedade mais justa para todos, podendo ser superada a concepção puramente materialista e alheia às verdades cristãs, de alguns socialistas.

Após a fracassada tentativa de Jango ao solicitar ao Congresso Nacional, no dia 4 de outubro de 1963, a instauração do Estado de Sítio por trinta dias, atendendo aos seus ministros militares, preocupados com a crescente onda de greves e incidentes de violência com motivação política, especialmente no interior, representantes de diversas tendências a esquerda reuniam-se para discutir a conjuntura.¹⁴³

Com a derrota, Goulart buscava restituir sua base política de centro, reaproximando-se do PSD e se afastando da ala radical do PTB comandada por Leonel Brizola, manobras que não surtiam efeito, ficando o presidente praticamente isolado de todos os seguimentos políticos, direita, centro e esquerda.

Na esfera militar, Goulart, por meio de seu ministro da Casa Militar, o general Assis Brasil, articulava o “dispositivo militar” com o objetivo de isolar, dentro do Exército os militares conspiradores, repelindo qualquer tentativa de golpe.

A atmosfera era de radicalização crescente, destacando-se Brizola que se utilizava da Radio Mayrink Veiga para pregar, por horas a fio, a necessidade de reformas imediatas e, em contrapartida, os empresários Roberto Marinho, Nascimento Brito e João Calmon, articulando as mensagens políticas de suas rádios, respectivamente, Globo, Jornal do Brasil e Tupi, criavam a “Rede Democracia”, com discursos unificados, denunciando o perigo comunista, a política econômica do governo e o próprio Goulart. Ao mesmo tempo, ainda em outubro de 1963, alguns intelectuais brasileiros de esquerda fundaram o Comando dos Trabalhadores Intelectuais, com o objetivo de participar da formação de uma frente única nacionalista e democrática com as demais forças populares arregimentadas na marcha por uma estruturação melhor da sociedade brasileira.¹⁴⁴

Com foco em São Paulo, as greves organizadas pelo CGT se intensificavam, exigindo as reformas de base. O BU se envolvia nas questões operárias e dava voz às suas

¹⁴² “**Brasil, Urgente**”; n.º 30, p. 12. Ver primeira página deste número no Anexo 2 desta dissertação.

¹⁴³ SKIDMORE, Thomas, op cit. p. 318

¹⁴⁴ FERREIRA, Jorge, “O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964”. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.), op. cit.. p. 374

reivindicações, incentivando os católicos sindicalizados a atuarem nas greves e divulgando as ações dos grevistas. O BU (10/11/1963) no artigo “Operários Católicos: nós somos a revolução”, divulgava o slogan e comentava:

“Nós somos revolucionários. Somos a Revolução”. (...)

“Eis o slogan dos operários católicos de São Paulo que, com tais conclusões, pretendem concretizar a juventude trabalhadora e torná-la e participante efetiva do movimento de libertação nacional que, dia a dia, vem ganhando todas as consciências.”¹⁴⁵

O BU acreditava que a mobilização social pelas mudanças estruturais na sociedade brasileira crescia rapidamente e, assim, reunia-se com líderes da UNE (União Nacional dos Estudantes) e da JOC (Juventude Operária Católica) para trocar informações e publicava seus encontros e congressos. No mesmo artigo apontava:

“No Congresso da JOC (**o seguinte estava marcado para dezembro de 1963**), não há discriminações político-religiosas e os vários conclaves vem participando, com atuação muito destacada, moços de vários partidos de diversas confissões religiosas. O objetivo é comum: discutir e aprofundar os conhecimentos sôbre os problemas do Brasil.”¹⁴⁶

Além disso, o jornal reforçava o discurso nacionalista e criticava duramente a direita anti-jango (comparando-as aos nazistas), por meio dos seguintes artigos: “Petrobrás – meta é o monopólio total”¹⁴⁷ e “Direita brasileira copia o nazismo”.¹⁴⁸

Em 16 de novembro de 1963, o BU informava aos seus leitores sobre a iminente partida para a França de seu mentor e fundador, no editorial – “Frei Carlos Josaphat”, nessas palavras:

“Frei Carlos Josaphat, fundador, ex-diretor e colaborador desse jornal, atendendo às determinações de seus superiores, viajará dentro de alguns dias para a Europa, devendo demorar-se na capital da França.”¹⁴⁹

¹⁴⁵ “**Brasil, Urgente**”; n.º 35, p. 07. Datado de 10 de novembro de 1963.

¹⁴⁶ “**Brasil, Urgente**”; n.º 35, p. 07. A informação em negrito é nossa para fins de esclarecimento e não do original do artigo.

¹⁴⁷ “**Brasil, Urgente**”; n.º 35, p. 13

¹⁴⁸ “**Brasil, Urgente**”; n.º 35, p. 03

¹⁴⁹ “**Brasil, Urgente**”; n.º 36, p. 02

Em seguida, o artigo demonstrava o significado da ausência próxima do grande inspirador:

“Estamos conscientes, nós de BRASIL, URGENTE, do que significará a ausência do grande inspirador de nossa luta. Sabemos o que significa para nós, a presença de Frei Carlos Josaphat e o quanto para nós tem valido a sua atuação. Sabemos, ainda, que tal ausência desfalecerá o País de um dos homens mais lúcidos, mais sinceros e respeitáveis. De alguém que recebendo de uma imensa parcela do povo brasileiro, o ônus de uma pesada liderança, soube, em todos os instantes desempenha-la com indiscutível talento numa demonstração a mais das suas grandes virtudes de religioso e de suas admiráveis qualidades de patriota e homem público.”¹⁵⁰

Enquanto o BU vinha em defesa de seu mentor no intuito de mantê-lo no Brasil, os conservadores da Ordem Dominicana de São Paulo, sob pressões da Nunciatura e da Santa Sé, viam Josaphat como um membro pouco disciplinado e que se afastara muito dos assuntos internos da Igreja para se inserir quase que plenamente nas querelas políticas, econômicas e sociais do período.

Além disso, para eles, os discursos do Frei incentivavam seus leitores e seguidores que assistiam suas missas, palestras, cursos e aulas, à criticarem as estruturas social e política vigentes no país, no momento em que a Igreja buscava a conciliação e se preocupava com os avanços da esquerda e direita radicais que, gradativamente, colocavam-se dispostas a romper com o processo democrático.

O BU afirmava que suas *lutas pelas reformas de base, contra o capital estrangeiro e pela emancipação econômica do país*, continuaria:

“Prosseguiremos sendo o jornal do povo a serviço da justiça social. Jornal desvinculado de grupos econômicos, políticos, sociais e religiosos. Portavoz das aspirações de um povo acossado pela impostura publicitária, esmagado sob a exploração dos trustes internacionais e dos privilegiados brasileiros e ainda assim, decidido a alcançar a sua libertação, através da emancipação econômica de sua pátria.”¹⁵¹

O BU negava influências exteriores e divergências internas, estando convencido de que a saída iminente de Josaphat poderia trazer ainda mais união entre os defensores e leitores do jornal, nesta passagem do mesmo artigo:

¹⁵⁰ “**Brasil, Urgente**”; n.º 36, p. 02

¹⁵¹ “**Brasil, Urgente**”; n.º 36, p. 02

“Neste registro, fique também anotada a nossa confiança no povo, a certeza de que continuaremos a merecer a sua colaboração. A convicção cada vez maior de que o Brasil necessita de um jornal livre para o seu povo, e de que o povo tem condições efetivas de manter vivo e independente, o órgão que nasceu para defendê-lo. Estamos certos de que a saída de Frei Carlos Josaphat unirá ainda mais os nossos amigos em torno de seu jornal. Os apoios que recebemos serão intensificados e toda a multidão brasileira sensibilizada por BRASIL, URGENTE e pela luta de seu eminente fundador e líder, formará como um homem só, na defesa do Brasil, na defesa do Povo, e na defesa do BRASIL, URGENTE, o jornal de Frei Carlos Josaphat.”¹⁵²

O BU percebia processos de radicalização e de ameaças à democracia tanto da esquerda quanto da direita, e defendia as reformas sem golpe, através do artigo “Reformas, sim – Golpe Não”, objeto da sua edição de n.º 38, de primeiro de dezembro de 1963:

“O Brasil está vivendo a mais longa e mais perigosa crise política de toda a sua história republicana. A reação brasileira condenou este país a viver na intranquilidade, de forma a não alcançar, em tempo hábil, solução para qualquer dos seus mais graves problemas.”¹⁵³

O jornal denunciava as movimentações de grupos subversivos da extrema direita que impediam Goulart de administrar o país e fazer as reformas de base, aptos a romper com a democracia alegando o combate ao comunismo, rasgar a Constituição e instalar uma ditadura no Brasil, neste trecho:

“A politicagem dominante retira qualquer possibilidade de ação administrativa. Sente-se, cada vez mais poderosamente, que este país vai aos trancos e barrancos, desamparado e em desvario, para situações singularmente trágicas. O poder público é impedido de cumprir os seus deveres administrativos, porque tem de gastar o seu tempo no jogo político decretado pelos agentes da subversão da ordem democrática e, se de tal tarefa lhe resta ainda algum tempo, tem que empregá-lo, rigorosamente, em medidas que acautelem a ordem pública, por que os seus adversários estão empenhados na conspiração para rasgar a Constituição, depor as autoridades legalmente constituídas e substituir por uma ditadura fascista, o regime democrático vigente.”¹⁵⁴

Culpando a direita pela não efetivação das reformas e, ao mesmo tempo, incentivando a mobilização do povo a favor de Jango e rejeitando qualquer proposta de golpe, o artigo concluía:

¹⁵² “**Brasil, Urgente**”; n.º 36, p. 02

¹⁵³ “**Brasil, Urgente**”; n.º 38, p. 02

¹⁵⁴ “**Brasil, Urgente**”; n.º 38, p. 02

“A palavra da ordem do povo, condena quaisquer articulações golpistas e sepulta as pretensões criminosas da direita neofascista do Brasil: reformas, sim; golpes, não.”¹⁵⁵

Apesar do clima anticomunista crescente na sociedade brasileira do período (1963-1964), o BU mantinha sua linha de críticas, severas ao capitalismo, e mais tênues ao comunismo, propondo como alternativa reformas executadas por cristãos, trazendo um caráter de “missão” em implementar a justiça social no Brasil.

Assim, no texto “Padre Hélio: Brasil marcha para as reformas”, apontava:

“Padre Hélio acha que a reforma está nas mãos dos cristãos. Eles podem fazê-la, mas atentos no Capitalismo, que não é cristão mas mente que é, e no Comunismo, que se diz dono de todas as idéias sociais, inclusive as cristãs. O cristão tem uma missão no Brasil: compreender que não é o Papa que vai fazer a reforma brasileira e tratar de fazê-la ele próprio.”¹⁵⁶

O BU estava convencido de que o povo desejava a reforma agrária, por meio de mudanças na Constituição, via poderes legislativo e executivo federais. No entanto, com a falta de determinação de Goulart em promover as reformas, que não avançavam, perdido em meio a medidas políticas conciliatórias, paulatinamente, as esquerdas e direitas rompiam com os apoios políticos ao presidente, isolando-o cada vez mais, muito embora, o BU ainda o apoiasse.

Os reflexos dos radicalismos e dos conflitos sociais atingiam o BU e no n.º 39 (de 8 de dezembro de 1963), o texto “Vandalismo contra o BU”, denunciava: “*Ontem à noite, indivíduos a serviço dos inimigos, arremessaram contra portas e janelas, pedras e tijolos, causando prejuízos materiais.*”¹⁵⁷

Além disso, esse texto criticava severamente os falsos políticos e moralistas, que usavam erradamente o cristianismo, para sustentar as estruturas desiguais do capitalismo, nessa passagem:

“Nada mais imoral do que o moralismo dos defensores de privilégios. Nada de mais anticristão do que a utilização do cristianismo para sustentar

¹⁵⁵ “**Brasil, Urgente**”; n.º 38, p. 02

¹⁵⁶ “**Brasil, Urgente**”; n.º 38, p. 18

¹⁵⁷ “**Brasil, Urgente**”; n.º 39, p. 07. Ver primeira página deste número no Anexo 2 desta dissertação.

estruturas iníquas e coonestar um super-capitalismo, assassino, fraudulento e mentiroso por todos os poros.”¹⁵⁸

Com a derrota de seu projeto conciliador em torno das reformas, Goulart, com cautela, aproximava-se dos trabalhadores sindicalizados, dos camponeses e suas Ligas, dos estudantes e suas organizações e das esquerdas e seus partidos, como o PCB e o PTB.

Assim, em dezembro de 1963, buscando apoio desses setores, Jango editou medidas que estendiam os benefícios da Previdência Social aos trabalhadores rurais, que determinavam à obrigatoriedade das empresas com mais de 100 empregados de oferecerem o ensino elementar gratuito aos funcionários, além de enviar mensagem ao Congresso concedendo o 13º salário ao funcionalismo público e instituindo a escala móvel de seus vencimentos.¹⁵⁹

O BU acompanhava todas essas medidas de Goulart com alegria, mas com especial cautela, pois percebia a má vontade da maior parte do Congresso em implementá-las. Não obstante, o maior desafio do jornal, neste momento, estava dentro da Igreja, pois o Cardeal Jaime Câmara, arcebispo de Rio de Janeiro e presidente da CNBB, não aprovava e nem abençoava o que era publicado no jornal.

Frente a essa questão, o BU publicava um artigo do Padre Hélio Maranhão intitulado “Brasil, Urgente: CNBB e o Cardeal”, no qual não atacava diretamente o cardeal do Rio, mas reafirmava a independência do jornal:

“Dizer que o BU não é Imprensa Católica, é repetir o que já foi dito tantas vezes. A nota do cardeal do Rio não veio refutar nem veio condenar, pois a CNBB só poderia autorizar ou desautorizar um jornal que se afirmasse como interprete da Igreja no Brasil e porta-voz de seus legítimos representantes. Não afirmou nem poderia afirmar que seus diretores não são católicos que não são fiéis às grandes linhas mestras da DOUTRINA SOCIAL CRISTÃ do Evangelho e da Igreja. O grupo dirigente de BU é cristão mas porque suas atividades não se desenvolvem em âmbito das sacristias, dos presbitérios e das cúrias, é de se compreender as “grandes dificuldades” do Cardeal Câmara em não aprovar e abençoar tudo o vem sendo dito e divulgado no Brasil, Urgente.”¹⁶⁰

O BU deixava bem claro, mais uma vez, que não fazia parte da Imprensa Católica, espaço este preenchido no estado de São Paulo, pelo “periódico” da Igreja, “O São Paulo”. Dessa maneira, o jornal dizia que não era de propriedade nem responsabilidade da Igreja, mas

¹⁵⁸ “**Brasil, Urgente**”; n.º 39, p. 07

¹⁵⁹ FERREIRA, Jorge, op cit., p. 376

¹⁶⁰ “**Brasil, Urgente**”; n.º 39, p. 15. Datado de 8 de dezembro de 1963.

apenas uma iniciativa de católicos leigos e alguns clérigos, ou seja, não estava sob o julgo direto de punições ou sanções da alta hierarquia católica.

Em meio a todo esse quadro, em dezembro de 1963, era perpetrado o mais duro golpe contra a organização do BU, tendo a Ordem Dominicana, sob o mando da Santa Sé, “convidando” o Frei Carlos Josaphat para uma viagem forçada a Paris, França, sem perspectiva de retorno próximo. A insatisfação com tal medida, por considerá-la arbitrária e como nítida tentativa de desarticular o BU, *associada às pressões do capital estrangeiro e nacional contrários às reformas de base*, levou o seu número 40º (de 15 de dezembro de 1963) a publicar na primeira página “Frei Carlos parte para o exílio” e o editorial “Uma vitória aparente”, dizendo: “*Os grupos econômicos nacionais e estrangeiros estão festejando a expulsão do frei Carlos Josaphat do território brasileiro.*”¹⁶¹

Continuando, o editorial criticava severamente as autoridades da Igreja que decidiram pelo “exílio” de Josaphat:

“O poder econômico dobrou de fato as autoridades vaticanas, tão sensíveis ao fascínio do poder político e aos encantos das forças do dinheiro. Contou de fato para o êxito de sua empreitada, com a frouxidão surpreendente da Ordem Dominicana, tão valente na defesa de teses e tão medrosa no processo de luta. Conseguiu realmente afastar do Brasil, em hora tão grave e decisiva para os destinos nacionais, um líder da envergadura de Frei Carlos Josaphat, autêntico apóstolo do cristianismo verdadeiro, fundador, impulsionador e orientador de BRASIL, URGENTE – jornal e movimento.”¹⁶²

Pela primeira vez em sua história, o BU fazia acusações e críticas muito severas à Igreja, mais diretamente à Ordem Dominicana, deteriorando intensamente o clima entre as instituições.

O BU mantinha-se firme aos seus princípios e concluía o artigo com as seguintes palavras:

“BRASIL, URGENTE está tranqüilo e pode mandar ao povo do Brasil uma mensagem de fé. Os rumos traçados por Frei Carlos Josaphat não serão alterados. Este jornal que não cedeu e não cederá à pressão do poder econômico, não se acovardará diante do farisaísmo e da covardia. Continuaremos no mesmo caminho. Um jornal do povo a serviço da justiça social. Um jornal comprometido apenas com a verdade. Um jornal inserido

¹⁶¹ “**Brasil, Urgente**”; n.º 40, p. 02.

¹⁶² “**Brasil, Urgente**”; n.º 40, p. 02.

na luta de todo o povo brasileiro, pela libertação da pátria e por um cristianismo mais autêntico e menos demissionário.”

Nesse mesmo número, o jornal não admitia a expulsão de Josaphat em pleno processo de abertura da Igreja Católica Apostólica Romana para as questões do mundo moderno, em diálogos com outras filosofias e religiões, por meio do Concílio do Vaticano II (1962-1965) tão bem iniciado por João XXIII e continuado pelo promissor Paulo VI.

Assim, demonstrando essa indignação, publicava um artigo de Dorian Jorge Freire, um de seus diretores, intitulado - “Diretores de Brasil, Urgente: frei Carlos foi exilado”:

“Aconteceu mesmo depois de João XXIII. No pontificado tão promissor de Paulo VI. A Igreja Católica, em meio ao seu Concílio Ecumênico, cujo objetivo é o seu rejuvenescimento, o retorno às suas origens, uma melhor compreensão do Cristo, uma atitude mais lúcida em face ao mundo moderno, cedeu diante do poder econômico, recuou diante da força do dinheiro e do prestígio político, silenciou em face do arbítrio, transigiu com o erro, se acomodou tolerou, foi conivente. A viagem de Frei Carlos é um episódio desalentador.”¹⁶³

Dessa maneira, o BU era ainda mais duro com a Igreja, valendo-se do próprio discurso da Igreja Romana para defender a volta de Josaphat, pregando a tolerância e o ecumenismo, tão valiosos ao Concílio Vaticano II e denunciando que o ato de sua expulsão estava indo de encontro ao novo rumo da Igreja, que parte dos cardeais reunidos em Roma estava se propondo a construir.

No entanto, no número 41º, de 22 de dezembro de 1963, o jornal percebia que suas agressões desmedidas à Igreja estavam causando uma forte desaprovação entre clérigos importantes, podendo levar o periódico a perda de assinantes e de outros leitores (que compravam avulso nas bancas de jornal, que adquiriam nas portas de fábricas e em outros locais de venda).

Assim, temendo ter a Igreja como sua inimiga e reafirmando a devoção ao catolicismo, o BU se retratava, reconhecendo o equívoco de suas duras palavras dirigidas à Instituição e à Ordem Dominicana e, também, admitindo seus erros, buscava se redimir frente aos seus fiéis leitores e colaboradores, no editorial “Frei Carlos Josaphat”, nestas passagens:

¹⁶³ “**Brasil, Urgente**”; n.º 40, p. 05.

“É aos outros, aos que realmente contam aos sinceros e honestos aos leais amigos, irmãos e homens de boa vontade, que dirigimos agora, a nossa palavra num esclarecimento que eles realmente merecem e a que de fato, estamos obrigados.” (...)

“Em verdade, a grandeza de nossa magoa, a extensão de nossa tristeza, a demonstração de quanto a ausência de Frei Carlos Josaphat nos empobrece, apareceram como uma declaração de guerra à Igreja Católica, da qual este jornal não é órgão, mas à qual pertencem todos os seus diretores. Ou princípio de luta contra a ordem Dominicana da qual é filho exemplar, o nosso fundador.”¹⁶⁴

O jornal apontava suas falhas e destemperos, levados pelo descontentamento e revolta na perda de Josaphat, justificando o equívoco pela emoção e pelos excessos que não estariam endereçados à Igreja, mas sim aos antigos e contínuos críticos do Frei:

“Trata-se, evidentemente, de um equívoco. Para o qual, confessamos, termos contribuído em grande e considerável parte. Na realidade, fomos levados pela emoção que não pudemos controlar e envolvidos num clima de grande passionalismo, o que determinou, confundíssemos, naquele instante, pelas palavras nunca pelas intenções, a Igreja Católica e a Ordem Dominicana, com todos aqueles que há vários anos, cruelmente, vêm desafiando uma parcela de nossa população cristã, mas digna de respeito e consideração.”¹⁶⁵

Dessa forma, o BU objetivava transferir, de maneira muito habilidosa, suas palavras rudes aos declarados e correntes críticos de Josaphat e, ao mesmo tempo, considerava as agressões contra a Igreja, da qual fazem parte seus diretores, como uma confusão em um clima de desespero e irracionalidade e, em um tom conciliador, de desculpas e de esclarecimentos, concluía:

“Esta é a explicação sincera, cordial e honesta que queremos dar aos nossos amigos. A reafirmação de princípios que eles esperam e que mercê de Deus, podemos fazê-la. Trairíamos o povo que em nós acredita e não seríamos dignos da confiança de Frei Carlos Josaphat, agíssemos de outra forma.”¹⁶⁶

Não obstante, para felicidade dos leitores, o mesmo número do BU anunciava um “movimento” que Josaphat iniciara em Paris, “O França, Urgente”¹⁶⁷, que reunia pessoas simpáticas aos princípios do jornal, como a luta pela justiça social, contra o imperialismo e o neo-colonialismo, pelas reformas estruturais na sociedade que propiciassem um

¹⁶⁴ “**Brasil, Urgente**”; n.º 41, p. 02.

¹⁶⁵ “**Brasil, Urgente**”; n.º 41, p. 02

¹⁶⁶ “**Brasil, Urgente**”; n.º 41, p. 02

¹⁶⁷ “**Brasil, Urgente**”; n.º 41, p. 07

desenvolvimento com justa distribuição de renda. Tal “movimento”, não se concretizava como um jornal, mas sim por meio de debates e palestras sobre aqueles princípios e, ainda, a respeito de outras questões da realidade francesa do período, envolvendo grupos, como dos seguidores do humanismo do padre Lebreton e outros da linha Jaquet-Maritain e Emmanuel Mounier, afinados com as idéias de Josaphat, que assim, continuava expondo seus pensamentos.¹⁶⁸

Muito embora o BU, nos discursos aos seus leitores continuasse a defender as reformas em seus princípios cristãos, a partida de Josaphat acentuaria uma crise no periódico.

O jornal (formado como uma empresa) apresentou, ao longo de sua existência (março de 1963 até março de 1964), divergências entre os seus diretores, que na ocasião de sua fundação eram: Frei Carlos Josaphat, Ruy do Espírito Santo, Roberto Freire, Alfredo C. B. Gandolfo, José Raul B. Carneiro, Gilberto Moreira, Dorian Jorge Freire, Josimar Moreira, Fausto de Mello e Maria Olímpia França. Alguns desses diretores se afastariam do BU por não concordarem com as formas de financiamento da empresa e por temerem o acirramento das oposições ao jornal, dentro e fora da Igreja.

Os desentendimentos acentuavam-se após a partida do Frei Josaphat, levando mais diretores a se afastarem do BU (ao longo da sua trajetória, até dezembro de 1963, cinco Diretores: Maria Olímpia França, Gilberto Moreira, José Raul B. Carneiro, Alfredo C. B. Gandolfo e Roberto Freire), com alguns problemas se tornando críticos: como financiar a máquina administrativa do jornal que se tornava mais dispendiosa com a inflação crescente no país; como direcionar o periódico sem seu mentor intelectual e perdendo progressivamente simpatias de membros da Igreja; como lidar com as críticas e ameaças sofridas.

A partir desses desafios, o BU aceitava mais ajuda financeira de empresários, vendia novas assinaturas, divulgava novos livros em parceria com a livraria Brasiliense, cobrava mais pelas propagandas políticas expostas no jornal, apenas de candidatos que se mostravam comprometidos com as reformas de base em seus discursos, principalmente do PTB e PDC.

O BU ao estabelecer relações mais próximas com empresários, partidos, candidatos e outros tipos de organizações, como sindicatos e as Ligas Camponesas, ameaçava arranhar a sua imagem de independência.

No plano político, Goulart, entre fins de dezembro de 1963 e janeiro de 1964, buscava uma aproximação maior com as esquerdas, no intuito de recuperar suas bases entre operários

¹⁶⁸ Maiores informações foram adquiridas por meio de uma entrevista com o fundador e diretor do jornal “Brasil, Urgente”, Frei Carlos Josaphat, realizada no dia 31/10/07, no Convento da Sagrada Família, em São Paulo. A entrevista na íntegra está no Anexo 1 desta dissertação.

e estudantes, tendo assinado decreto concedendo o monopólio da importação de petróleo e derivados à Petrobras e regulamentou a lei de Remessa de Lucros para o Exterior, controlando a saída de capital do país via multinacionais.¹⁶⁹

O BU via com bons olhos esta aparente progressiva opção de Goulart pelas esquerdas, em pleno processo de radicalização social, e também se preocupava na busca de apoio entre membros da Igreja, em palavras que legitimassem suas ações. Nesses sentidos, a declaração do Frei Atico da Luz, da Ordem de São Francisco, no texto “BU: Sinal de Contradição”, mostrava sua consideração pelo periódico:

“Na qualidade de religioso e pertencente à Ordem de São Francisco, que professa a pobreza do Evangelho, não poderia ficar à margem dos problemas sociais e nem deixar de lado os pobres. Não para que eles, dominados de hoje, dominem amanhã. Mas para que não haja dominantes nem dominados.” (...)

“Procuo imaginar se há uma coisa que haja surgido com mais oportunidade que este jornal. O próprio nome é uma escolha feliz o que destina a ser o jornal preferido das massas.”

O frei exagerava ao apontar o BU como “preferido das massas”, no intuito de exaltar e incentivar a venda do jornal, em um momento de dificuldades financeiras, com a perda de assinantes e colaboradores, acentuando a importância do periódico, nas seguintes palavras:

“BRASIL, URGENTE é uma arma do povo e veio a testar a mentalidade daqueles que se dizem cristãos ...” (...) Veio medir o peso específico de muitas mentalidades do clero inclusive. Constituiu-se numa espécie de sinal de contradição. E isto é necessário.”¹⁷⁰

Essa questão levantada pelo frei Atico, da necessidade de debates entre membros da Igreja sobre os problemas da sociedade brasileira, corroborava com o espírito de abertura ao mundo moderno ampliada pelo Concílio do Vaticano II, linha de atuação do BU, que demonstrava seu lado católico, em sintonia com o novo rumo que apontava a Igreja Romana. Assim, a necessidade de um jornal que trouxesse a crítica histórica ao cristianismo frente às sociedades do século XX, justificava a existência do Brasil, Urgente.

¹⁶⁹ FERREIRA, Jorge, op. cit., p. 377

¹⁷⁰ “Brasil, Urgente”; n.º 42, p. 15

Nesse contexto, toda a trajetória do BU se aproximava das propostas que cresciam ainda mais na América Latina nos princípios da década de 1960, em defesa dos pobres do campo de e das cidades, por uma “Igreja dos pobres”, defendida pelo movimento multifacetado do “cristianismo da libertação”¹⁷¹, que não reunia apenas católicos, mas também evangélicos e outras vertentes do cristianismo.

Para alegria de seus admiradores e tristeza dos seus críticos, que acreditavam ter silenciado sua voz, Josaphat continuaria a escrever seus editoriais no BU, mesmo estando fora do país, com um tom bastante radical, com uma base próxima ao socialismo, em prol das lutas imediatas pelas reformas de base, contra os reacionários que almejavam o golpe de direita e o imperialismo que contribuía para pobreza no país, defendendo uma de Revolução Social Brasileira Cristã¹⁷², no texto “Fora da radicalização não há salvação”:

“A consciência cristã não há de hesitar face à atitude certa e na escolha do termo próprio: radicalização. Não condenamos mais ou menos o imperialismo. Nós o condenamos de uma maneira total e irremediável. A concentração das riquezas e a socialização da miséria, lei inexorável do capitalismo não nos é mais ou menos aceitável. Ele é abominável e diabólica. Não nos faltam líderes autênticos. Apesar da conspiração reacionária e de sua engrenagem publicitária o povo não se deixa iludir. Está vigilante. Chegou a hora da revolução Social Brasileira e Cristã.”¹⁷³

Dessa forma, Josaphat e o BU valiam-se de termos adotados pelo socialismo, como “Revolução” e “Consciência”, no objetivo de conceber o catolicismo, de origem e história conservadoras, por meio de sua Igreja Católica Apostólica Romana, como uma força transformadora radical das estruturas vigentes, tanto do capitalismo liberal quanto do comunismo em sua ditadura do partido único.

A Revolução Social Cristã proposta pelo BU, não consistia na quebra da democracia ou da ordem legal e nem na instauração de uma ditadura de esquerda ou de direita, mas sim na construção de uma democracia verdadeira, plena, nos planos político, econômico e social, na qual a ordem e a justiça social caminhariam juntas aos princípios do Evangelho. Dessa maneira, Josaphat em seu artigo intitulado –“Revolução Social”, explicava a natureza do cristianismo, em sua concepção:

¹⁷¹ Ver: **LOWY**, Michael, op. cit., p. 69-72

¹⁷² A idéia aqui proposta é do “cristianismo e revolução”, ou seja, são revolucionários porque são cristãos, pois compreendem que ser radicalmente cristão é ser revolucionário.

¹⁷³ “**Brasil, Urgente**”; n.º 42, p. 07

“Isto nos encaminha à questão fundamental: o cristianismo por sua natureza não é conservador ou revolucionário; êle é proclamação e sêde de Justiça. Exige dos seus fiéis que se empenhem por uma ordem justa, conservando aquela porventura existente, e buscando introduzir uma nova estrutura, quando a antiga é iníqua ou caduca no seu conjunto.” (...)

“A Revolução Social pode portanto constituir um imperativo para a consciência cristã em determinada conjuntura histórica. A fidelidade ao Evangelho postula objetividade no diagnóstico de situação, coragem de optar mesmo contra os próprios interesses e os preconceitos inveterados.”¹⁷⁴

A visão de Revolução Social do BU estava associada a uma ruptura dos privilégios a favor da democracia, em prol da igualdade social, contexto em que, para o jornal, o regime democrático brasileiro perdia legitimidade, no momento em que não mais atendia os clamores populares pelas reformas.

As hostilidades ao governo Jango se acentuavam, na medida em que as pressões sociais aumentavam, tanto à esquerda quanto à direita, tendo San Tiago Dantas, seu ex-ministro das Relações Exteriores, liderado um grupo de moderados do PTB e de outros partidos, na formação da Frente Progressista de Apoio às Reformas de Base, qualificada por Dantas de “esquerda positiva”, diferenciando-a da “esquerda negativa”, referindo-se à Frente de Mobilização Popular (FMP) de Leonel Brizola. Com isso, o movimento de Dantas procurava impedir o crescimento da conspiração da direita civil-militar, reagrupando as forças de centro no sentido de apoiar o governo.¹⁷⁵

Enquanto Dantas, ainda via Congresso Nacional, em uma espécie de “política da conciliação”, buscava a formação de um consenso pela aprovação das reformas de base, as esquerdas radicais da FMP (Frente de Mobilização Popular) comandadas por Brizola repudiavam quaisquer tentativas de negociação com o PSD e a UDN, não acreditando na aprovação das reformas pelo Congresso, em maioria conservador.

Goulart ainda se mostrava ambíguo entre a Frente Progressista e a Frente de Mobilização Popular, desagradando às esquerdas e ainda mais às direitas, levando o projeto conciliador de Dantas ao fracasso, em pleno crescimento do clima de anticomunismo na sociedade.

Posicionando-se frente a esse medo do comunismo em ascensão, pregado pela grande mídia, por parte da Igreja e por movimentos sociais de direita, o BU apontava que a “ameaça do terror comunista” era mais imaginário e construído, do que real e claro. Assim, mesmo

¹⁷⁴ “**Brasil, Urgente**”; n.º 43, p. 07

¹⁷⁵ FERREIRA, Jorge, op. cit., p. 378

suscetível a mais críticas, o jornal ainda defendia o diálogo aberto e tolerante entre cristãos e comunistas, à luz da Igreja deixada por João XXIII, no artigo de Ruy do Espírito Santo, diretor administrativo do BU, intitulado “O Cristão e o Comunista ou o Jesus e a Samaritana”, no qual destacava:

“Quando João XXIII se dirigiu aos homens de boa vontade, causou espanto e o escândalo de muitos, que se apressaram a dizer que um comunista - não pode ser homem de boa vontade.” (...)

“Todavia, para dar dimensão exata da época em que vivemos e a atualidade do Evangelho, diria que o diálogo de Jesus com a samaritana, transportado para os nossos dias, é o diálogo do cristão com o comunista. Não que os comunistas sejam os únicos afastados da verdade cristã. Mas também eles se apresentam com o espírito da procura do bem comum, e de certa forma se enquadram na perspectiva dos que têm sede e fome de justiça. São de homens de boa vontade.”¹⁷⁶

Dessa forma, o periódico continuava a rejeitar o capitalismo liberal, taxando-o no artigo como “pagão capitalista”, encontrando na aproximação entre cristãos e comunistas as fórmulas explicativas para os problemas da sociedade, e, a assegurar que das inabaláveis verdades cristãs poderiam ser extraídas as soluções para as querelas que afligiam o povo brasileiro.

Registrava-se um desgaste crescente do BU, levando-o, gradativamente, a perda de assinantes, ao afastamento de empresários dispostos a apoiá-lo, à redução das suas vendas e, conseqüentemente, ao agravamento da sua crise financeira interna.

A fim de manter sua existência como empresa, quitar salários atrasados de funcionários que se acumulavam, pagar dívidas, o BU incentivaria a formação de uma sociedade de amigos, a Sociedade dos Amigos do Brasil Urgente (SABU), em um clamor a seus leitores no texto “Convocação Urgente”, presente no caderno número 44 (de 12 de janeiro de 1964), no qual justificava tal atitude:

“A partir de sua fundação – e até mesmo antes – BRASIL, URGENTE tem sofrido uma terrível guerra de provocações, de calúnias, de boicote total econômico e financeiro. Sua sobrevivência deve-se aos esforços – esforços sobrehumanos – de muitos, desde os seus diretores aos seus amigos, muitos deles anônimos. Sua sobrevivência deveu-se principalmente, ao fato de BRASIL, URGENTE ser uma idéia – plantada e cuidada por essa figura ímpar do clero brasileiro que é Frei Carlos Josaphat. E, por ser idéia, seu jornal não morreu. Nem morre. E todas as forças começam agora a ser

¹⁷⁶ “Brasil, Urgente”; n.º 43, p. 15

mobilizadas, a todo vapor, para uma contra-ofensiva que dará ao BU os meios necessários para resistir a essa guerra de peçonha.”¹⁷⁷

Valendo-se de um forte tom de “guerra contra seus inimigos declarados”, a imprensa de direita (como os jornais “O Globo” e o “O Estado de São Paulo”), a UDN e todos que eram contrários às reformas de base, o BU apelava para uma convocação salvadora, da mesma forma que um exército clama pelo alistamento de soldados para o front, em meio a maior crise de sua história. Essa convocação aparecia no trecho, no qual justificava o aumento do preço do BU nas bancas e para os assinantes, de 30 (trinta) cruzeiros para 50 (cinquenta) cruzeiros:

“Você leitor, está convocado. Uma Associação dos Amigos do BRASIL, URGENTE foi, está sendo ou será fundada em cada cidade brasileira. Participar dela, pode à sua maneira, se engajar nas nossas fileiras. Há, ainda, a campanha de assinaturas: faça dela sua campanha também. Nas páginas 8 e centrais, você encontrará tudo dessa mobilização popular em defesa do seu jornal. A partir do próximo número, BRASIL, URGENTE passará a custar 50 cruzeiros.”¹⁷⁸

Não obstante a luta para sobreviver e os ataques e ameaças cada vez mais duros de seus opositores, o BU não saía de seu rumo e continuava a criticar o imperialismo, a apoiar abertamente algumas iniciativas do governo Fidel em Cuba, a clamar pelas reformas de base e a denunciar as conspirações golpistas e revolucionárias contra Goulart, tanto da extrema direita (chamada pelo BU de fascista) quanto da extrema esquerda (chamada pelo BU, em alguns momentos, de socialista).

Esse ponto era tema do artigo –“Brasil, 64: Revolução e Contra-Revolução”, no qual o autor opõe-se a ambas as idéias de revoluções iminentes contra o governo federal, nestas palavras:

“Ninguém duvida, hoje, da existência de condições objetivas para uma revolução no Brasil. As dúvidas residem, sim, na avaliação qualitativa dessa revolução ...” (...)

“De forma geral há dois grupos interessados em que as coisas mudem: os socialistas e os fascistas. Ambos se subdividem nas partidárias, circunstanciais da via pacífica e da via violenta.”¹⁷⁹

¹⁷⁷ “**Brasil, Urgente**”; n.º 44, p. 03

¹⁷⁸ “**Brasil, Urgente**”; n.º 44, p. 03

¹⁷⁹ “**Brasil, Urgente**”; n.º 45, p. 10

O BU, deparado com uma revolução iminente, podendo ser tanto da direita quanto da esquerda radicais, colocava-se ao lado do povo pobre do campo e da cidade, ou seja, ao lado dos movimentos comprometidos em fazer as Reformas de Base (pregação da esquerda). Assim, o BU passava a admitir a tomada em armas para a construção de uma democracia social plena em luta contra a ameaça de golpe da extrema direita, pois o levante contra um governo tirânico instalado por uma revolução de caráter fascista (como o BU denominava a direita golpista) seria legítimo.

O jornal propunha “uma espécie de terceira via revolucionária” (a Revolução Social Cristã), em resposta à via golpista da extrema direita que crescia, proposta que ia de encontro à história da Igreja Católica e às próprias palavras da maior parte do clero brasileiro da época, até então favoráveis à harmonia social, ao respeito à Constituição, ao poder legalmente formado, desde que não seja de caráter comunista, e à manutenção da ordem estatal.

O conceito de Revolução para o BU era expresso no artigo do Padre Milton Santana intitulado “O conceito de Revolução”:

“Revolução, no sentido dos moderados, significa mudança, reestruturação social de forma que as camadas sociais se integrem na participação dos bens da comunidade, bem como explica Josaphat: O termo vem se precisando ultimamente, numa acepção bem distinta do levante militar ou de guerra civil, significa primordialmente a mudança radical das estruturas econômico-político-sociais”.¹⁸⁰

Continuando, o artigo explicava que o recurso às armas não era essencial, devendo ser adotado somente em último caso, como consequência do descaso das elites dominantes para com os clamores dos pobres das cidades e do campo. Assim, o BU justificava uma eventual ação armada como decorrência da postura das elites e também da inoperância de Goulart, desde que visasse realmente reestruturar a democracia brasileira em princípios cristãos, pela justiça social.

Dessa maneira, Padre Santana fazia suas as palavras de Josaphat, justificando a Revolução Social Cristã, neste trecho:

¹⁸⁰ “**Brasil, Urgente**”; n.º 45, p. 15

“Revolução armada pode ser recurso extremo para remover uma estrutura iníqua e possibilitar o início de uma revolução social radical e duradoura.”¹⁸¹

Em meio ao clima de radicalização de propostas da esquerda e da direita, que ameaçavam a democracia brasileira, o BU tendia, caso a quebra da democracia fosse efetivada, a estar ao lado dos movimentos comprometidos com as reformas e o desenvolvimento sustentável da economia brasileira, fora da dependência do capital externo, ou seja, o da esquerda radical de Brizola, mesmo que essa postura fosse contrária à posição da Igreja. Assim, o BU incitava os cristãos a abraçarem a causa, pois o tempo de omissão havia terminado e a ação pela transformação social se tornava urgente.

Essa guinada do BU para a esquerda radical se dava no início de 1964, no momento em que o periódico não mais acreditava na capacidade e na força política do governo para implementar a Reforma se Base, estando Goulart cada vez mais isolado e sob críticas ferrenhas da direita.

Não obstante, o BU ainda confiava que o “dispositivo militar” de Jango e as poucas forças legalistas pudessem repelir qualquer tentativa de golpe da direita, tendo divulgado no n.º 46 de 26 de janeiro de 1964, o texto “Anticomunismo é chantagem da direita contra o Brasil”:

“Ninguém ignora, contudo, que a oposição não tem qualquer condição de desfechar um golpe vitorioso. Qualquer tentativa seria fulminantemente derrotada pelas forças legalistas.”¹⁸²

Apesar dessa aproximação com as esquerdas, o BU reafirmava sua devoção ao catolicismo à luz do Concílio do Vaticano II, ou seja, disposto a trocar experiências com outras filosofias e se apropriar de conceitos de ideologias e ciências distintas ao cristianismo, em um clima ecumênico, de diálogo, tolerância com o diferente, em prol do bem comum dos povos.

Dessa forma, o BU, consciente de que nunca se afastara do Evangelho e do respeito a Igreja Católica, possibilitava um olhar crítico do catolicismo no tocante às suas posições perante a realidade social brasileira, muito embora tal conduta gerassem inimizades, levando

¹⁸¹ “**Brasil, Urgente**”; n.º 45, p. 15

¹⁸² “**Brasil, Urgente**”; n.º 46, p. 08

o jornal a responder as críticas de sacerdotes contrários a suas posturas, como no texto de Padre Milton Santana nomeado “B.U.: Salvação e Perdição de Muitos”:

“Acusam o jornal de irreverência para com a Igreja; sacerdotes e Bispos não vem sendo poupados. O B. U. é cristão, não há de negar. A linha de seu cristianismo é seguida não pelos cristãos que êle não poupa, mas, a linha é tirada do Evangelho, Doutores da Igreja, Santos Padres, Encíclicas Sociais.”(...)

“A linha do cristianismo dos que fazem o B.U. é o do Evangelho socialmente vivido e seguido até as suas últimas conseqüências, de cristãos com os riscos.”¹⁸³

Carlos Josaphat, mesmo longe do Brasil, em Paris, continuava escrevendo editoriais e as chamadas “Cartas de Paris” (no total foram três cartas publicadas em diferentes números do jornal), nas quais trazia informações sobre o “movimento” “França, Urgente”¹⁸⁴.

Para Josaphat, a questão agrária despertava uma reflexão para além da distribuição de terras e construção de condições dignas de moradia e trabalho para os homens do campo e das cidades, pois, para a real construção de uma sociedade mais justa, o que estava em jogo era a criação de um “homem novo”, que abandonasse a ganância e a individualidade do espírito do capitalismo e as substituísse pela solidariedade e amor ao próximo do catolicismo. Dessa forma, tornava-se necessário uma “renovação cristã interna e externa”, que atingisse ao homem e as instituições do Estado. Frei Carlos esclarecia tal reflexão no artigo “Questão de Reformas”:

“A renovação cristã é interna e externa. A pregação evangélica visa a convicção e a opção que são atitudes fundamentais da consciência individual. Mas estende-se às estruturas de todas as dimensões: pequenas, médias e grandes.”¹⁸⁵

Acompanhando a radicalização das direitas e esquerdas contrárias a Goulart, o BU denunciava a ação de forças estrangeiras no país em conluio com o IPES (Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais) e o IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática) que desestabilizavam o governo e articulavam o golpe da direita. Assim, o jornal acusava a CIA (Central Intelligency Agency – Agência Central de Inteligência) de financiar o movimento

¹⁸³ “**Brasil, Urgente**”; n.º 46, p. 15

¹⁸⁴ Para maiores informações ver a entrevista com o fundador e diretor do jornal “Brasil, Urgente”, Frei Carlos Josaphat realizada no dia 31/10/07, no Convento da Sagrada Família, em São Paulo. A entrevista na íntegra está no Anexo 1 desta dissertação.

¹⁸⁵ “**Brasil, Urgente**”; n.º 46, p. 07

golpista, no artigo –“João Dorian denuncia: EUA financiam golpe da direita” no qual afirmava que a CIA:

“... financiou e executou os planos do IBAD no Brasil e segue alimentando, sob novos rótulos, a mesma organização nazi-fascista que conspira contra a segurança, a independência e o desenvolvimento do povo brasileiro.”¹⁸⁶

A esperança do BU em meio ao avanço da conspiração da direita golpista, estava nos movimentos cristãos, muitos deles dispostos a defender as reformas de base, que buscavam uma “renovação espiritual e apostólica” calcada em análises da realidade brasileira com, foco na degradante situação dos pobres da cidade e do campo, e no Evangelho, que só possuía sentido se aplicado e levado aos mais necessitados. Dessa forma, Josaphat, em seu editorial intitulado “Evangelho e Dimensão Social”, frisava:

“Tarefa difícil mais tentadora: refletir sobre os fundamentos doutrinários e espirituais da ação social dos cristãos a partir das fontes evangélicas, e tendo em conta a atual realidade brasileira.” (...)

“Num empenho honesto de não fugir às questões embaraçosas, assinalamos inicialmente as tomadas de posição dos grupos e movimentos cristãos. É incontestável a renovação espiritual e apostólica em todos os recantos da cristandade, entre a mocidade universitária ou operária, bem como entre a geração madura, particularmente nos meios trabalhadores, nas profissões liberais e mesmo em setores patronais.”¹⁸⁷

Em fevereiro de 1964, as crises econômica, política e social se agravavam com a recusa dos EUA (Estados Unidos da América) em conceder mais ajuda financeira ao Brasil. Segundo o Prof. Jorge Ferreira, Jango possuía quatro alternativas muito restritas:

“Uma opção seria a de nada fazer até o final do seu governo, deixando o país afundar no total descontrole monetário e financeiro; uma outra implicaria em aliar-se ao PSD e a UDN, aceitar as condições do FMI e implementar uma política conservadora à custa de repressão ao movimento operário e do rebaixamento dos salários dos trabalhadores; uma terceira incluiria apoiar incondicionalmente a Frente Progressista de San Tiago Dantas, subordinando-se aos limites impostos às reformas pelo PSD e afastando-se, definitivamente dos grupos mais a esquerda de seu próprio partido; por fim, aliar-se às esquerdas, acreditar nas forças que elas diziam

¹⁸⁶ “**Brasil, Urgente**”; n.º 47, p. 13. Ver primeira página deste número no Anexo 2 desta dissertação.

¹⁸⁷ “**Brasil, Urgente**”; n.º 48, p. 07. Datado de 9 de fevereiro de 1964.

dispor e, embora contrariando o seu estilo, partir para radicalização e o embate. Essa última foi a sua opção.”¹⁸⁸

Ao tomar essa posição, Goulart incendiava a crise política e o ímpeto da extrema direita em implantar seu projeto de nação, calcado no capitalismo liberal, de associação aberta entre os capitais estrangeiro e nacional e contrário as reformas de base, pela via do golpe civil-militar de estado.

O tema central do BU era a “Revolução”, pois para o periódico ela era inevitável, podendo ser executada pela direita ou pela esquerda radicais, cabendo assim aos cristãos, tomar o rumo desse processo em combate à “direita reacionária” e em apoio a uma revolução pelo povo e para o povo pobre. Dessa forma, o artigo “Revolução, Revolução”, dava as diretrizes para a participação dos cristãos nesse processo, explicando que os movimentos já começaram no campo e que o exército teria papel decisivo no desfecho:

“A primeira fase dessa revolução e dessa contra-revolução jogar-se-á (já se joga aliás) no campo. Depende da capacidade de centralização dos camponeses sob a liderança única e revolucionária o primeiro lance insurrecional violento e depende do atraso ou presteza da repressão armada (em que o Exército terá um papel capital) a vitória imediata ou derrota imediata do foco insurrecional.”¹⁸⁹

Apesar de envolvido no clima tenso da política brasileira, o jornal acompanhava atenciosamente os passos dados pelos padres conciliares no Concílio do Vaticano II (1962-1965), regido pelo Papa Paulo VI. Assim, o BU divulgava e comentava a entrada em vigor (no dia 9 de fevereiro de 1964) da primeira Constituição do Concílio, a “Constituição sobre a Santa Liturgia” (dentre outras medidas permitia a missa em língua nacional), por meio de Josaphat, nos textos “Nova Fisionomia da Igreja”¹⁹⁰ e “Carta de Paris III”¹⁹¹, nos quais resumia o importante passo dado pela Santa Sé para a maior penetração do catolicismo entre os povos, nesta passagem:

“Em resumo, a nova Constituição sobre a Liturgia manifesta em empenho constante de autenticidade, um desejo de levar o evangelho ao

¹⁸⁸ FERREIRA, Jorge, op. cit., p. 381

¹⁸⁹ “**Brasil, Urgente**”; n.º 49, p. 10. Datado de 16 de fevereiro de 1964. Ver primeira página deste número no Anexo 2 desta dissertação.

¹⁹⁰ “**Brasil, Urgente**”; n.º 50, p. 07

¹⁹¹ “**Brasil, Urgente**”; n.º 51, p. 07

povo, de criar comunidades cristãs que rezam junto e junto queriam viver a palavra de Cristo”¹⁹²

Dessa maneira, as expectativas de João XXIII estavam sendo contempladas e a Igreja realmente acentuava seu processo de abertura de diálogo com o mundo moderno. O BU louvava tal iniciativa e justificava sua aproximação com as tendências da esquerda radical no Brasil, a partir dessa “permissão” da Igreja Romana ao envolvimento de católicos na vida política. Não obstante, o jornal ia muito além das idéias propostas no Concílio, ultrapassando os limites dessa “liberdade e abertura”, que embora disposta ao diálogo, não reconhecia os conceitos e métodos marxistas de interpretação das sociedades e condenava tanto o socialismo ateu quanto o capitalismo liberal (individualista, logo anti-cristão).

Apesar desse processo de auto-compreensão da Igreja em seu papel no mundo em pleno século XX, a Cúria Romana mantinha-se essencialmente conservadora, limitando esse movimento de abertura e analisando com cautela os avanços dos setores mais progressistas que, em momento algum, conseguiram reunir a maioria dos cardeais e comandar os rumos do Concílio Vaticano II.

No Brasil, a radicalização política tomava proporções que ameaçavam, segundo segmentos da direita, a ordem democrática, principalmente após a realização do Comício da Central do Brasil, no dia 13 de março de 1964, no qual os aliados de Goulart reuniram mais de 200 mil pessoas, operários, servidores públicos, membros e partidários do PTB e PCB, dentre outras. Nesse comício, Goulart mostrava-se *defensor da democracia*¹⁹³ e da Reforma Agrária neste trecho:

“Democracia, trabalhadores brasileiros, é o que meu governo vem procurando realizar, como é do meu dever interpretar os anseios populares pelo caminho da paz. Não há ameaça mais séria à democracia do que estrangular a voz do Povo, fazendo calar as justas reivindicações desta Nação e destes reclamos que, de norte a sul, de leste a oeste levantam seu clamor pelas reformas de base, sobretudo pela Reforma Agrária, que será o complemento da abolição do cativo de milhões de brasileiros que vegetam no interior em condições miseráveis.”¹⁹⁴

¹⁹² “**Brasil, Urgente**”; n.º 51, p. 07

¹⁹³ Nesse momento, a *defesa da democracia* aparecia nos discursos de variadas tendências políticas da sociedade. Assim, tanto Goulart quanto os militares e civis articuladores do golpe atuavam *em nome da democracia*.

¹⁹⁴ Texto: “Discurso de 13 de março”, In: MUNTEAL, Oswaldo, VENTAPANE, Jaqueline e FREIXO, Adriano (orgs.), op. cit., p. 38

Apesar de defender a democracia, Jango admitia o avanço gradual das reformas de base via decretos, como o de desapropriação de terras às margens das rodovias, ferrovias e açudes federais, alegando que o Congresso, de maioria PSD, barrava o seu real andamento. Além disso, o presidente aproximava-se ainda mais do petebista radical Leonel Brizola, que afirmava que as reformas sairiam na “lei ou na marra”, atizando ainda mais os conflitos sociais, e clamava pelo apoio dos trabalhadores urbanos e rurais, dos quais, historicamente, recebia seus votos, desagradando à direita que, mais do que nunca, cogitava o golpe.

Essa postura do presidente levou os setores conservadores golpistas da sociedade a interpretarem o Comício como o início de uma radicalização sem volta pelas reformas, que o presidente estaria disposto a executar a qualquer custo, junto com a esquerda radical. Não obstante, no dia seguinte Jango valia-se dos trâmites legais ao enviar uma mensagem ao Congresso explicando a razão e a importância das reformas para o desenvolvimento do país e os artigos constitucionais que deveriam ser alterados para esse fim ¹⁹⁵, mostrando-se, aparentemente, inapto para quebrar as vias democráticas, enquanto que a direita golpista já arquitetava o golpe final ao seu governo.

O BU de número 55º, de 28 de março de 1964, que veio a ser a sua última edição, em editorial aplaudia Goulart que se colocava realmente ao lado do povo, elencava os grupos favoráveis às reformas e rotulava a parte do clero anti-reformas, como “não autenticamente cristãos”, atraindo, assim, mais opositores às suas idéias dentro da Igreja:

“O presidente João Goulart demonstrou grande espírito público e sensibilidade às causas da Nação, quando resolveu integrar-se, em ato público como outro jamais conheceu o Brasil – o comício de 13 de março, na Guanabara na Frente popular, já constituída pelas mais poderosas e expressivas representações de operários, camponeses, estudantes, intelectuais, sargentos e oficiais democratas, classe média e clero autenticamente cristão.” ¹⁹⁶

No entanto, o BU percebia a iminência de um golpe da direita contra Jango, alertando o presidente para o reforço de seu “dispositivo militar”, nesta passagem: “*Resta ao presidente João Goulart, na defesa da ordem democrática e da segurança de todos os brasileiros, consolidar o dispositivo militar, o dispositivo militar a serviço do Brasil.*”¹⁹⁷

¹⁹⁵ Ver texto em: MUNTEAL, Oswaldo, VENTAPANE, Jaqueline e FREIXO, Adriano (orgs.), “O Brasil de João Goulart: um projeto de nação”, op. cit. p. 47.

¹⁹⁶ “**Brasil, Urgente**”; n.º 55, p. 02. Ver primeira página deste número no Anexo 2 desta dissertação.

¹⁹⁷ “**Brasil, Urgente**”; n.º 55, p. 02

Esse dispositivo não funcionou e, em 31 de março de 1964, o golpe da direita é iniciado pelo general Olímpio Mourão Filho, que partia de Minas Gerais para o Rio, no intuito de depor o presidente.

Jango decidiu não reagir ao golpe, apesar de contar com o apoio de Leonel Brizola, de sindicatos de trabalhadores e de militares fiéis dispostos a resistir.

Após o golpe (no dia 29 de maio de 1964), alguns bispos, arcebispos e cardeais, atenuando a posição oficial da Comissão Central da CNBB, que apoiara Goulart e as Reformas de Base, preferiam se declarar em seus nomes como pastores, em um documento que salvaguardará as futuras negociações da Igreja com o novo Estado, neste trecho:

“O Brasil foi, há pouco, cenário de graves acontecimentos que modificaram profundamente os rumos da situação nacional. Atendendo à geral e angustiosa expectativa do Povo Brasileiro, que via em marcha acelerada do comunismo para a conquista do poder, as Forças armadas acudiram em tempo e evitaram se consumasse a implantação do regime bolchevista em nossa Terra. Seria, além do mais que se pode imaginar, a supressão das liberdades as mais sagradas e, de modo especial, da liberdade religiosa e civil.”¹⁹⁸

Com isso os setores mais “conservadores” da Igreja venciam os “progressistas” e adaptavam o seu discurso a nova situação política vigente. Dias posteriores, lideranças das “alas avançadas (progressistas)” da CNBB são removidas¹⁹⁹ e o “Brasil, Urgente” era fechado pelos seus próprios diretores sob pressão da polícia, pois temiam forte repressão, com perseguições políticas, registrando-se, inclusive, ida da polícia atrás de Josaphat, sendo que a Ordem Dominicana de São Paulo alegou que o frei estava em estudos em Paris, não permitindo o seu retorno ao Brasil, pois receava pela sua integridade.²⁰⁰

¹⁹⁸ **BOTAS**, Paulo Cezar Loureiro, op. cit., p. 312

¹⁹⁹ Após o golpe militar, em menos de um mês a liderança da CNBB foi removida de suas posições. Dom Mota foi transferido para Aparecida do Norte e Dom Helder Câmara foi nomeado Arcebispo de Olinda e Recife. Ver **BOTAS**, Paulo Cezar Loureiro, op. cit., p. 312

²⁰⁰ Ver entrevista com frei Carlos Josaphat, que está na íntegra, no Anexo 1 desta dissertação.

Capítulo 3 - O BU e a REB (Revista Eclesiástica Brasileira) frente à questão agrária.

3.1- O BU e a REB e o desafio da Reforma Agrária de Goulart: aproximações e distanciamentos.

Pela hierarquia, a Revista Eclesiástica Brasileira (REB), voltada para o clero católico, de publicação trimestral, nos meses de março, junho, setembro e dezembro, era reconhecida pela CNBB como da Igreja, não obstante, não ser considerada como “porta-voz da CNBB”. Esse periódico trazia reflexões de clérigos brasileiros e estrangeiros sobre as questões inerentes à teologia católica, à Igreja em diversos países do mundo, à Igreja e os problemas sociais no Brasil e a assuntos internacionais e nacionais em destaque. Em especial, no período de 1959 a 1965, o periódico acompanharia as movimentações da Igreja na construção do Concílio do Vaticano II e frente à Reforma Agrária de Goulart. Além disso, a revista objetivava influenciar o clero católico, para a formação de pensamentos comuns e alinhados no interior da Igreja sobre várias questões internas e externas.

A REB tinha como redator o Frei Boaventura Kloppnerburg e como gerente o Frei Frederico Vier, ambos do Convento dos Franciscanos, editada pela Vozes Ltda, da cidade de Petrópolis, Rio de Janeiro.

A Reforma Agrária ao longo do governo Juscelino Kubitschek (JK: 1956-60) já era projeto encampado pelo vice, João Goulart, não sendo, entretanto, foco das atenções nacional. A partir do governo de João Goulart (1961-64), o debate sobre a terra se intensificaria e a REB não poderia ficar sem se manifestar.

No Nordeste, as Ligas Camponesas de Francisco Julião e de outras vertentes, arregimentavam os trabalhadores rurais em meio à miséria do povo, devido à ampliação das desigualdades capitalistas no campo. Assim, para a REB, o socialismo se aproveitava da incapacidade do capitalismo em promover a igualdade social.

A Reforma Agrária, dentro da lei, era urgente para a REB e o socialismo e o comunismo, a princípio, não deveriam ser visto como maior inimigo e sim a miséria, ficando isso evidente em um artigo intitulado “Reforma Agrária” (junho de 1961), de Dom Fernando Gomes, Arcebispo de Goiânia, na parte II, denominada “Preocupações de ver o socialismo em quase tudo”, no qual apontava:

“O socialismo não é o único nem o mais grave problema a enfrentar se queremos levar o fermento cristão ao mundo rural. Há toda uma realidade viva e gritante no pauperismo, no subdesenvolvimento, na ignorância, na doença, nas injustiças sociais, nos males, enfim, que atormenta o homem do campo e que nada tem com o socialismo, porque lhe são anteriores.”(...)

“Se o socialismo e o comunismo despertaram para essas realidades e exploram a miséria dos camponeses, propondo-lhes suas máximas e seus métodos, não seremos nós, os cristãos, que fecharemos os olhos às soluções concretas, para perder-nos em especulações minuciosas e unilaterais” (...).

“Enquanto os métodos socializantes avançam, seria para lamentar da parte dos cristãos, qualquer palavra ou atitude que, mesmo de longe desse a impressão de sermos menos firmes e veementes no combate aos erros do capitalismo laicista, fonte de energia e de inspiração para o comunismo.”²⁰¹

Nesse artigo, Dom Fernando responsabilizava o capitalismo pelas desigualdades sociais, pelo avanço do comunismo no mundo e reforçava que os cristãos deveriam se inserir mais nas lutas pela igualdade social. Dessa forma, todo cristão precisava sair do discurso especulativo sobre a pobreza e partir para ações concretas para combatê-la, pois se o comunismo despertava o povo para sua consciência do estado de exploração com seus métodos próprios, cabia aos cristãos fazerem o mesmo se valendo do Evangelho.

Além disso, para o Arcebispo de Goiânia, o Estado deveria ceder algumas de suas terras para a reforma agrária e em seguida desapropriar apenas as terras não produzidas pelos seus donos, ou seja, uma reforma lenta, gradual e segura, mas com início imediato.

Assim, no mesmo artigo na parte III, intitulada “Razões por que não considero a Revisão Agrária de São Paulo incompatível com a Doutrina da Igreja”, Dom Fernando Gomes mostra a conformidade entre a desapropriação não arbitrária e a doutrina católica neste trecho:

“O Brasil inteiro se volta para a Assembléia Legislativa de São Paulo, desejando a aprovação do projeto de revisão agrária. Quem conhece, por observação e vivência “in loco”, as condições dos nossos trabalhadores do campo. Anseia por medidas urgentes e substanciais, que reformem o ambiente rural.”(...)

“A desapropriação de terras inproveitadas: parece-me exagerado dizer que a Revisão do Estado de São Paulo se afigure, nesse particular, em desacordo com a doutrina católica. É certo que o Estado só poderá desapropriar essas terras em casos especiais, no sentido de não poder fazê-los arbitrariamente. Mas compete ao poder competente, em vista da situação, por lei especial, com as cautelas e moderações das leis justas. Foi o que aconteceu a meu ver. Em nada ficou prejudicado o direito natural de

²⁰¹ REB (Revista Eclesiástica Brasileira); Junho de 1961, volume 21, p. 389-399

alguém possuir terras inaproveitadas, tando assim que, em cada passo, se o Estado não intervir, o proprietário continua dono delas. (...) A maneira de desapropriar também me parece correta. Não foi violado o direito à propriedade, será alienada por imposição de uma lei justa, para o bem de outros ou da sociedade, pelo preço justo.”²⁰²

Dessa maneira, a REB apoiava uma reforma agrária de terras inaproveitadas e por um preço justo, corroborando com a proposta de Goulart em alterar o artigo 141 da Constituição, substituindo a indenização em dinheiro por títulos da dívida.

A REB, em 1961, ia ao encontro do posicionamento do BU em toda a sua existência (março de 1963 até março de 1964), a favor do pagamento da terra em títulos e de uma reforma agrária urgente e plena.

Continuando, Dom Fernando reforçava seus argumentos, analisando alguns artigos da proposta de lei em tramite na Assembléia paulista, da seguinte maneira:

“Razões por que não considero a Revisão Agrária de São Paulo incompatível com a Doutrina da Igreja:

1- O direito de propriedade não me parece negado, nem multilado, mas disciplinado (tanto a grande e a média, como a pequena propriedade. Esta última será incentivada e facilitada sua aquisição. – art.1)

2- Conveniência do bem comum: para atender ao bem comum o Estado deve recorrer à distribuição de suas próprias terras, antes de lançar mão das próprias terras, antes de lançar mão das que pertencem a particulares. Nesse ponto a lei em estudo determina que assim se faça (art. 2-I) e chega a comprar mais terras para essa finalidade (art. 2-III), sem prejuízo do dever que lhe assiste, no sentido de coibir possíveis abusos de proprietários que, senhores do dinheiro, compram sempre mais terras, praticamente impossibilitando os mais pobres de também se tornarem proprietários, para cultivá-las”.²⁰³

Com essas palavras, a REB, pela voz de Dom Fernando, mostrava-se defensora de uma Reforma Agrária harmoniosa, controlada pelo Estado (dentro da lei) e em sintonia com a Doutrina Social Cristã, de maneira que possibilitasse o bem comum.

Esse periódico se envolvia cada vez mais nas questões políticas, econômicas e sociais do Brasil de seu tempo, acompanhando uma tendência de Roma em buscar o entendimento da dimensão histórica da Igreja, às vésperas do Concílio Vaticano II. Essa percepção da importância da Igreja em seu papel na história da humanidade ocorria a partir da progressiva

²⁰² REB (Revista Eclesiástica Brasileira); Junho de 1961, volume 21, p. 389-399

²⁰³ REB (Revista Eclesiástica Brasileira); Junho de 1961, volume 21, p. 389-399

tomada de consciência do dever dessa Instituição em se inserir nessa história (na esfera temporal), pelo bem comum de todos.

Dessa forma, em setembro de 1961, o Frei Romeu Dale, do Convento dos Padres Dominicanos do Rio de Janeiro, publicava um artigo na REB, intitulado “A Igreja Católica às Vésperas do Concílio”, no qual dizia:

“Um dos aspectos muito ricos do mundo em que estamos vivendo é a redescoberta e o aprofundamento do sentido da história, isto é, de que a humanidade vive uma história com uma significação própria e que segue a caminho em busca de algo.” (...)

“Essa redescoberta vem servindo grandemente a nós católicos no sentido de tomarmos uma consciência viva de que a Igreja, como o seu próprio Chefe Jesus Cristo, está efetivamente inserida na história da humanidade, no seu desenrolar, ainda que ao mesmo tempo a transcenda; e que, em última análise, é Jesus Cristo que dá a história o seu definitivo total significado.”²⁰⁴

A REB afirmava o papel da Igreja na esfera espiritual em sua “missão na salvação das almas”, entretanto, apontava para o compromisso da Igreja em se tornar uma consciência viva de Cristo na terra, continuando seus passos. Isso remete à idéia da Igreja como uma instituição que deveria atuar nas esferas temporal e espiritual.

Continuando, o Frei Romeu frisava:

“Daí a importância para nós católicos de mantermos uma consciência histórica que nos permita encarar fielmente em cada época a mensagem transcendente e por isso mesmo sempre nova, a boa nova, que é o próprio Jesus Cristo revivido e presente na sua Igreja, e com ela e por ela ao mundo de ontem como o de hoje.” (...)

“Assim sendo a Igreja de Jesus Cristo, e cada um de nós nela, tem que olhar de frente ao mundo atual, e se dar conta das correntes de pensamento que “trabalham”, dos fatos da civilização que marcam a tal ponto que sugerem uma mudança em andamento – e a que ritmo! – da própria civilização. Só assim ela estará à altura de continuar a concretizar para a humanidade de nossos dias a Encarnação Redentora.”²⁰⁵

Ou seja, para REB, a Igreja não poderia dar as costas para o mundo contemporâneo, mas sim, inserir-se em suas querelas e, a partir do evangelho, estudar, compreender e propor soluções para tais problemas. Nesse trabalho de análise, poderiam ser usados novos pensamentos filosóficos (que não o marxismo), no intuito de dar conta das mudanças que

²⁰⁴ REB (Revista Eclesiástica Brasileira); Setembro de 1961, volume 21, fascículos 3 e 4, p. 593-600

²⁰⁵ REB (Revista Eclesiástica Brasileira); Setembro de 1961, volume 21, fascículos 3 e 4, p. 593-600

ocorriam na civilização ocidental de base cristã, pois somente uma Igreja aberta para novas idéias teria condições de continuar a concretizar as mensagens de Cristo.

Esclarecendo algumas dessas querelas enfrentadas pela Igreja nessa busca de maior diálogo com o mundo contemporâneo, a beira do Concílio do Vaticano II, Frei Romeu apontava as principais:

“... uma viva e dolorosa consciência da divisão religiosa dos cristãos e da humanidade;” (...)

“... a consciência que a totalidade dos povos vem tomando da injustiça do colonialismo e do subdesenvolvimento; e de esforço ingente e justificado, e que precisa ser apoiado, que os povos colonizados e subdesenvolvidos realizam para se libertar, seja de um, seja de outro, seja dos dois ao mesmo tempo. Fenômenos que comportaram com facilidade uma exarcebação do nacionalismo.” (...)

“... a clara visão que explicita e espalha cada vez mais de que uma autêntica democracia política só se poderá concretizar quando comportar também uma democracia econômica e social;” (...)²⁰⁶

Apesar do discurso de abertura do diálogo com outras vertentes filosóficas e da busca da justiça social por meio da concretização de uma democracia econômica e social, ainda havia certa intolerância na REB com determinadas expressões religiosas, como o espiritismo e a macumba (denominada de vulgar)²⁰⁷, fazendo com que, o periódico não correspondesse plenamente, a princípio, ao espírito ecumênico pregado por João XXIII na ocasião da convocação para o Concílio do Vaticano II.

Em maio de 1961, a atenção da REB se voltava para Roma por ocasião da publicação da Encíclica de João XXIII, na seção de Crônicas Eclesiásticas, no texto “Repercussão da Encíclica Mater et Magistra”, dizendo:

“Anunciada há mais de meio ano e ansiosamente aguardada saiu, finalmente, a 15 de julho passado, embora trazendo a data de 15 de maio, a encíclica social de Sua Santidade João XXIII comemorativa do 70 aniversário da Rerum Novarum.”²⁰⁸

Analisando a repercussão da Carta pelo Brasil e pelo Mundo, além das interpretações que dela fizeram, frisava:

²⁰⁶ REB (Revista Eclesiástica Brasileira); Setembro de 1961, volume 21, fascículos 3 e 4, p. 593-600

²⁰⁷ Ver: REB (Revista Eclesiástica Brasileira); Setembro de 1961, volume 21, fascículos 3 e 4, p. 593-600

²⁰⁸ REB (Revista Eclesiástica Brasileira); Setembro de 1961, volume 21, fascículos 3 e 4, p. 778-779

“... Assim alguns viram a nova Encíclica como um libelo contra o colonialismo e o capitalismo; outros descobriram nela um passo da Igreja em direção ao socialismo; e no Brasil, houve mesmo quem encontrasse nas palavras do Papa um apoio à política exterior do Sr. Jânio Quadros, especialmente ao reatamento com a União Soviética.”²⁰⁹

Após a exposição de manchetes de grandes jornais brasileiros, como o “O Globo” e o “Jornal do Brasil”, e estrangeiros, a REB apontava a declaração da CNBB, nessas palavras: “*Bastam certamente esses dados para nos inteirarmos da enorme repercussão da nova Encíclica, que ficará para a História como um dos mais importantes documentos pontifícios.*”²¹⁰

Dessa forma, o periódico percebia as diversas concepções da nova Encíclica como algo de certa forma positivo, pois essa Carta precisava tocar a todos, católicos e não-católicos, em sua mensagem de paz e justiça social para os povos.

No Brasil, as lutas entre trabalhadores rurais e latifundiários aumentavam, assim, ainda em seu caderno de setembro de 1961, a REB mostrava-se preocupada com a situação no campo brasileiro, na medida em que cresciam as Ligas Camponesas de Francisco Julião e de outras vertentes. Expressando essa aflição, Dom Manuel da Sibéria D` Elboux, Arcebispo de Curitiba, publicava seu artigo “A ofensiva das ligas Camponesas”, a partir do que observou o Sr. Dom Antônio Morais, no Recife, no seio das Ligas Camponesas:

“Disse sua Excia, que o problema era gravíssimo e que, não tomadas providências a tempo, o Brasil haveria de assistir a dramas sangrentos de violência e vandalismo iguais às cenas dantescas de que foram teatro os países dominados pelos agentes comunistas.” (...)

“... Tinham as ligas camponesas como chefe o Deputado Francisco Julião, homem maneiroso e astuto, preparado carinhosamente por Moscou, Pequim e Havana, nos diversos cursos de aperfeiçoamento a que se submeteu no estudo aprofundado da doutrina Comunista.”²¹¹

A REB afirmava e denunciava enfaticamente uma possível *infiltração no campo dos comunistas seguidores de Moscou e de outros centros como Havana e Pequim*”, “*espalhando a semente da Revolução Socialista*”, e, se apropriando do clima e dos discursos da direita anticomunista da época, procurava mobilizar os bispos para o combate a essa ameaça, que para a revista tornava-se real. Esse discurso anticomunista não estava somente presente no interior da Igreja, mas também na grande imprensa, que instigava o ódio e o medo do comunismo na população.

²⁰⁹ REB (Revista Eclesiástica Brasileira); Setembro de 1961, volume 21, fascículos 3 e 4, p. 778-779

²¹⁰ REB (Revista Eclesiástica Brasileira); Setembro de 1961, volume 21, fascículos 3 e 4, pág. 778-779

²¹¹ REB (Revista Eclesiástica Brasileira); Setembro de 1961, volume 21, fascículos 3 e 4, pág. 779-780

Dando prosseguimento, o artigo criticava as doutrinas marxistas e apontava que apenas nas palavras da Igreja, expressa por meio de seus Papas através dos tempos, poderia se encontrar a solução para os males no campo:

“... Não serão as doutrinas marxistas atérias e desumanas, que irão salvar o homem do campo e o operário de um país cristão e de tradições pacíficas como é o Brasil. Ai está a Doutrina Social da Igreja consubstanciada na Rerum Novarum, na Quadragesimo anno e agora no oportuníssima Mater et Magistra, de João XXIII, capaz de resolver todos os problemas que afligem o homem do trabalho em nossa querida Pátria.”²¹²

Dessa maneira, a REB, ao longo dos anos seguintes de 1962, 1963 e 1964, seria terminantemente contrária às Ligas Camponesas, diferentemente do jornal “Brasil, Urgente” (BU: 13 de março de 1963 a 28 março de 1964)) que construiria um diálogo com estes e outros movimentos de inspiração marxista.

Ainda envolvida com as querelas do campo, a REB publicava em dezembro de 1961, um artigo intitulado “A Igreja e a Situação no meio Rural Brasileiro”, no qual comentava a primeira declaração da Comissão Central da CNBB sobre a situação no campo brasileiro, à luz da Mater et Magistra (de maio de 1961):

“Grave situação no meio rural brasileiro – Por hoje nossa atenção se volta, de preferência ao meio rural cuja situação é grave e que mereceu todo um longo Capítulo da Encíclica, a propósito de “exigências da justiça em relação aos setores de produção”. (...)”²¹³

Dessa maneira, a revista resgatava as palavras do Pontífice, que se referiam à busca da justiça social no campo, para denunciar o grave problema no meio rural brasileiro, tomado por conflitos entre trabalhadores rurais e senhores de terras. Além disso, o artigo aproveitava para difundir entre o clero brasileiro, os “apontamentos” levantados pela encíclica “Mater et Magistra”, de João XXIII, sobre a “Rerum Novarum”, destacando que a “função social da propriedade privada” era oportuna para a análise da estrutura fundiária no país, em acordo com os pronunciamentos da CNBB. Assim, divulgava, no mesmo artigo, as palavras da CNBB sobre a encíclica:

“Introdução: regozijo pela Mater et Magistra – A Comissão Central da CNBB aproveita o ensejo de sua primeira reunião após a publicação da

²¹² REB (Revista Eclesiástica Brasileira); Setembro de 1961, volume 21, fascículos 3 e 4, p. 779-780

²¹³ REB (Revista Eclesiástica Brasileira); Dezembro de 1961, volume 21, p. 661-662

“Mater et Magistra” do Santo Padre João XXIII para, oficialmente, em nome de todo o Episcopado brasileiro, manifestar-se, de público, seu regozijo pelo surgimento desta Encíclica, oportuna para o mundo inteiro, oportuníssima para o Brasil.”²¹⁴

Concluindo, a REB acentuava a importância das mãos da Igreja no campo, por meio da Ação Católica e suas especializadas, na luta contra os comunistas, neste fragmento:

“Ação Católica Rural, a Juventude Agrária Católica (JAC) e a Liga Agrária Católica (LAC) são dignas de apoio prioritário, traduzindo em tempo, interesse e sacrifício. São por excelência a presença de Cristo entre os trabalhadores do Campo.”²¹⁵

Em 1962, a REB se dedicaria ao recém convocado Concílio do Vaticano II (1962-1965), em março, publicava um texto intitulado “Constituição Apostólica Humana Salutis – O Papa convocando para 1962, o Concílio Ecumênico Vaticano II”, no qual apontava:

“O Concílio Ecumênico Vaticano II – Diante deste Duplo espetáculo: um mundo que revela um grave estado de indigência espiritual e a Igreja de Cristo, tão vibrante de vitalidade, Nós, desde quando subimos ao Supremo Pontificado, não obstante nossa indignidade e por um desígnio da Providência, sentimos logo o urgente dever de conclamar os Nossos filhos para dar à Igreja a possibilidade de contribuir mais eficazmente na solução dos problemas da idade moderna.”²¹⁶

Desse modo, a Igreja no Brasil apoiava a iniciativa do Papa em abrir canais de diálogo com o mundo moderno, reconhecendo e respeitando as diferenças de religião, de crença, de opções políticas (menos o comunismo) e culturais, no intuito de aproximar-se de todos os cristãos e não cristãos, ressaltando que as semelhanças devem prevalecer sobre as divergências, pela construção do bem comum para toda a humanidade.

Apesar desse clima de tolerância crescente em Roma, a REB mantinha-se contrária a qualquer contato com o comunismo no Brasil, alegando que se aproveitavam da humildade do povo do campo, para conduzi-los de acordo com seus interesses subversivos, contra a família e a ordem. Assim, Dom Vicente Scherer, Arcebispo de Porto Alegre em seu texto “Nossos problemas agrários e rurais”, alegava:

²¹⁴ REB (Revista Eclesiástica Brasileira); Dezembro de 1961, volume 21, p. 661-662

²¹⁵ REB (Revista Eclesiástica Brasileira); Dezembro de 1961, volume 21, p. 661-662

²¹⁶ REB (Revista Eclesiástica Brasileira); Março de 1962, volume 22, fascículo 1, p. 217

“Nota-se facilmente que o comunismo, tendo fracassado nas tentativas de penetração no meio operário, procura agora conquistar os trabalhadores da terra e os estudantes. Os agricultores assalariados nas fazendas e nas grandes lavouras, bem como os pequenos proprietários, pouca ou nenhuma assistência até agora tiveram da parte dos poderes públicos e viveram mais ou menos entregues à sua própria sorte.”²¹⁷

A REB percebia uma parcela de culpa no Estado Brasileiro, que permitia situação tão degradante do homem rural, exigindo do governo medidas para minimizar a aflição dos camponeses e, ao mesmo tempo, combater o comunismo no campo.

Entre essas medidas deveria estar a Reforma Agrária, possibilitando o acesso à terra a todos que nela desejassem trabalhar, por meio de uma distribuição controlada pelo Estado, na manutenção da ordem pública. Nesse tom, Dom Vicente apontava no seu mesmo artigo:

“Concordamos plenamente que o poder público tem o direito e o dever de desapropriar terras por interesse social, mediante razoável retribuição, quando as áreas extensas, parceladas e distribuídas, aumentam a produção ou reverterem em benefício de maior número de trabalhadores e do bem coletivo.”²¹⁸

Dessa maneira, a REB apoiava a Reforma Agrária de Goulart, desde que com base cristã na *manutenção da paz e ordem públicas*, visto que contribuiria para a resolução de grandes problemas do país como: as desigualdades sociais, o êxodo rural, os conflitos entre trabalhadores rurais e latifundiários, a alta dos produtos agrícolas, a inflação e o comunismo.

Frente ao avanço dos comunistas no campo, a REB se tornava uma trincheira da Igreja e, mesmo não sendo seu porta-voz, divulgava as palavras dos bispos reunidos na CNBB, objetivando uma unidade do clero na luta diária contra o comunismo, por meio de uma penetração mais efetiva da Igreja entre seus fiéis. Esse era o tema da Declaração dos Cardeais, Arcebispos e bispos do Brasil, da qual a revista extraia o seguinte trecho:

“... queremos realizar no Brasil uma presença vital da Igreja, que salvará as almas e a nação de todas as ameaças contra ela, se levantam o comunismo ateu e demolidor dos valores mais autênticos do homem.”²¹⁹

A REB reforçava o clima anticomunista crescente na sociedade brasileira do período, alinhando-se aos discursos de grandes jornais de direita do país (como o “O Globo” e o “O Estado de São Paulo”), entretanto, também, fazia críticas ao capitalismo liberal (liberalismo

²¹⁷ REB (Revista Eclesiástica Brasileira); Março de 1962, volume 22, fascículo 1, p. 217-219

²¹⁸ REB (Revista Eclesiástica Brasileira); Março de 1962, volume 22, fascículo 1, p. 217-219

²¹⁹ REB (Revista Eclesiástica Brasileira); Junho de 1962, volume 22, , fascículo 1

econômico) e seus males como o egoísmo e o individualismo, que iam de encontro às idéias de solidariedade e bem comum da Igreja. Desse modo, em meio aos “avanços” do comunismo e das desigualdades inerentes ao capitalismo, a Igreja temia uma radicalização das lutas sociais no campo e nas cidades que pudessem culminar em uma revolução de caráter comunista no Brasil.

Nesse contexto, a Igreja se incumbia de trazer mais camponeses para sua esfera de influência, destacando-se as ações dos bispos no campo, pois além de combater os comunistas, reuniam os trabalhadores rurais incentivando-os a desenvolver uma pressão popular por uma reforma agrária cristã, na paz e na ordem democrática. A REB via com bons olhos essas ações e em setembro de 1962, trazia o artigo “A Força de nossas Frentes Agrárias”, esclarecendo:

“As Frentes Agrárias promovidas em vários Estados por Exmos. Senhores Bispos não estão apenas salvando os agricultores dos agitadores comunistas, mas estão introduzindo no país a verdadeira reforma agrária cristã.”²²⁰

Além disso, o artigo chamava a atenção para o descaso do governo com os trabalhadores do campo, pois não possuíam sistema de previdência social adequada, deixando-os ainda mais propensos a se aproximarem do comunismo.

Com a polarização progressiva da sociedade entre movimentos radicais de direita e de esquerda em conflitos no Governo Goulart (1961-64), setores da Igreja se posicionariam divididos entre essas “propostas tendências políticas”, que encontrariam terreno fértil na Igreja Católica no Brasil. Todavia, cabia à CNBB²²¹ manter a ordem calcada na hierarquia e, ao mesmo tempo, no clima pré-Concílio Vaticano II, permitir debates internos e interação com a sociedade, nas discussões sobre temas de seu tempo.

O governo Goulart, até as vésperas do golpe, reuniu apoio de grande parte da Igreja, manifestado em declarações e alguns artigos da REB, que o considerava *um homem bom em busca de justiça social para o Brasil*, principalmente através da Reforma Agrária.

Para melhor compreensão da trajetória da REB no tocante a Reforma Agrária de Goulart, será interessante analisarmos por meio de algumas comparações, a partir de 1963, as posturas dessa revista com as manifestas pelo jornal BU (Brasil, Urgente), sobre o tema.

²²⁰ REB (Revista Eclesiástica Brasileira); setembro de 1962, volume 22, fascículos 3 e 4, p. 752-753

²²¹ A CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) é concebida neste trabalho como um órgão colegiado de discussão dos bispos do Brasil em relação às diversas questões nas esferas religiosas, política, econômica e social, presentes no Brasil e no Mundo. Dessa forma, o órgão não pode impor coisa alguma a seus bispos, pois não possui essa autoridade. A estrutura católica é Roma, os bispos e as paróquias.

No início de 1963, a REB e o BU possuíam discursos semelhantes no tocante à reforma agrária, pois ambos eram a favor de uma reforma imediata, a fim de tranquilizar a situação no campo, que se agravava com novos conflitos. Assim, a REB no texto “I Semana Rural de Minas e do Espírito Santo”, divulgava a declaração final desse encontro promovido pelo Secretário Regional Leste II da CNBB, no qual se reuniram prelados, sacerdotes e leigos para estudar, juntos, os problemas no meio rural: *“Chega de promessas e de demagogia. Até hoje não se faz nada de expressivo pelo meio rural. Queremos, de imediato, a reforma agrária.”*²²²

A REB mantinha-se com um discurso moderado sobre a reforma agrária, apoiando, indiretamente, a “política de conciliação”²²³ levada por Goulart e San Tiago Dantas até o final de 1963, objetivando uma harmonia social por meio de mudanças no campo, realizadas dentro da ordem e sem alterar profundamente a estrutura rural do país, fundamentada no latifúndio. Em via oposta, o BU caminhava para o radicalismo aproximando-se das esquerdas, no diálogo com as Ligas Camponesas, CGT, UNE e membros de partidos (como do PTB e PDC) favoráveis a uma reforma agrária autêntica, que distribuísse terras, renda e dignidade para os agricultores pobres, em detrimento das grandes propriedades.

Em maio de 1963, a Encíclica *Pacem in Terris* de João XXIII era publicada como um clamor pela união de cristãos e não-cristãos por uma causa maior que suas divergências, a paz mundial. Assim, em junho de 1963, o padre Bertrand de Margie em seu artigo –“*Pacem in Terris*” anunciava:

“*Pacem in Terris* apresenta-se como a continuação da *Mater et Magistra* no domínio jurídico, político internacional, talvez com maior unidade de composição e de redação. O tom da encíclica que pode ser resumida em uma frase; um apelo apaixonado a cada liberdade para contribuir pela libertação de todas as outras na comunhão dos valores, e construir com elas o bem comum universal posto ao serviço do desenvolvimento total de cada pessoa humana.”²²⁴

Dessa forma, na concepção da Igreja de João XXIII, a construção da paz no mundo começaria com a harmonia e o amor entre os homens em cada nação, de maneira que a ordem

²²² REB (Revista Eclesiástica Brasileira); março de 1963, volume 23, fascículo 1, p. 221-222

²²³ O objetivo dessa “política da conciliação” era unir as esquerdas e o centro em uma força capaz de deter a direita golpista, implementar via congresso as reformas de base, garantir a estabilidade do regime democrático. Ver FERREIRA, Jorge, op. cit., p. 366-369.

²²⁴ REB (Revista Eclesiástica Brasileira); junho de 1963, volume 23, fascículo 2, p. 290-332

em cada país levaria a uma ordem mundial favorável ao desenvolvimento equilibrado entre as nações do planeta. Assim, a construção do bem comum deveria ser um esforço de todos independente das religiões, das crenças, das culturas e dos regimes políticos.

Para a REB, valendo-se das palavras de João XXIII, o crescimento de uma nação estava vinculado ao desenvolvimento da pessoa humana, indicando a reforma agrária como fundamental para a paz social, trazendo bem estar ao homem do campo e da cidade, a partir de uma melhor distribuição de renda.

O BU admitia, gradativamente, em seus discursos, uma Revolução Social Cristã, podendo reunir de cristãos a comunistas, como uma forma de alterar a estrutura fundiária do país na construção da justiça social, em detrimento da democracia de privilégios (como o BU concebia a democracia no Brasil).

Já a REB possuía uma concepção de mudança social apenas calcada no cristianismo católico, negando aliança com os comunistas. Além disso, a REB via Marx como um judeu sem fé que outrora se aproveitara dos princípios cristãos para conceber, erradamente, a sociedade como regida por lutas de classes, a partir do materialismo histórico.

No início de 1964, a REB, seguindo em parte a tendência do Concílio do Vaticano II (1962-1965), estudava o marxismo, no intuito de mostrar que as verdades católicas davam conta de todas as questões levantadas pelos comunistas e socialistas. Assim, apenas uma “revolução” (usava esse termo com sentido de mudança) com Cristo e sem derramamento de sangue poderia trazer o bem comum a todos. Essa proposta de mudança construir-se-ia pelo viés democrático e não pela quebra da democracia (com destituição do Governo Goulart), pelo menos até março de 1964.

Esses estudos do marxismo foram expostos na REB pelo Frei João Batista Santos de São Paulo, em seu texto “A Revolução de Cristo”, nestas passagens:

“Na verdade é mesmo que o primeiro a fazer da revolução social uma doutrina, o primeiro a apresentar esse tipo de luta exterior como um meio de suprimir a injustiça e de abrir caminho para a redenção final e a felicidade de todos na perfeita igualdade, foi Karl Marx.”²²⁵

Continuando, propunha um movimento genuinamente cristão de mudança social, com base no amor pelo próximo pregado por Jesus Cristo na construção da paz:

²²⁵ REB (Revista Eclesiástica Brasileira); março de 1964, volume 24, fascículo 1, p. 123-125

“Façamos pois a revolução de Cristo dirigindo a humanidade não para um impossível paraíso terrestre mas para a terra da promessa onde haverá paz e tranqüilidade e bens suficientes, tudo isso como penhor de uma felicidade maior, total e definitiva, herança suprema dos filhos de Deus.”²²⁶

A REB “acatava” esse conceito de “revolução” em um contexto histórico de polarização, posicionando-se em relação aos projetos de país da esquerda e da direita radicais, que ameaçavam a democracia no Brasil, muito embora procedesse denúncias das ações do comunismo no Brasil, corroborando com a atmosfera de medo do comunismo, pregado e inflamado pela grande imprensa de direita. Assim, o comunismo era “divulgado”²²⁷ como um inimigo poderoso e com reais condições de executar uma Revolução Socialista no Brasil, impulsionando manifestações dos setores mais conservadores da sociedade brasileira, como da organização Tradição Família e Propriedade (TFP) contra o Governo Goulart, que se aproximava da esquerda radical de Brizola, principalmente, a partir do Comício da Central do Brasil, de 13 de março de 1964.

Nesse contexto, a REB colaborava com o anticomunismo, apontando a preocupação da Igreja com o que considerava ação do comunismo no Brasil, no artigo “Manifesto e Denúncias contra a Ação do Comunismo no Brasil”, nesta passagem:

“Até a pouco tempo o comunismo não era tido como perigo do momento. Nos últimos meses, contudo, uma quantidade muito grande de testemunhos e manifestos vieram a alterar, seja da parte da Igreja, seja da parte dos civis e militares, as consciências de brasileiros contra o perigo vermelho.”²²⁸

Além disso, apenas terminada a segunda sessão do Concílio do Vaticano II, Sua Eminência o Cardeal Primaz do Brasil, Dom Augusto Álvaro da Silva dizia em carta pastoral:

²²⁶ REB (Revista Eclesiástica Brasileira); março de 1964, volume 24, fascículo 1, p. 123-125

²²⁷ Ver FERREIRA, Jorge, op. cit., p. 384-85. Entre os trabalhadores que estiveram no Comício da Central, por exemplo, não havia um movimento revolucionário comunista forte. Segundo Jorge Ferreira: O governador Carlos Lacerda buscando saber o que pensavam aqueles trabalhadores, utilizando as modernas técnicas de pesquisa de opinião, infiltrou na multidão uma grande e experiente equipe de pesquisadores profissionais, utilizando a metodologia do flagrante. O resultado estarreceu os próprios patrocinadores da equipe. Ali não estavam, como se supunha, uma maioria de janguistas e comunistas como claqué. Esses, na verdade, compunham apenas 5% do público, o restante, os 95%, demonstrava um pensamento legalista, reformista e portador de um alto grau de politização: queria eleições presidenciais em 1965, bem como as reformas de base, mas não admitia o fechamento do Congresso e nem a reeleição de Goulart.

²²⁸ REB (Revista Eclesiástica Brasileira); março de 1964, volume 24, fascículo 1, p. 207

“O perigo está as portas, dizer-se-ia inevitável, iminente, talvez. Dizem vozes credenciadas que há presença de forças dirigidas pelo comunismo internacional nas altas funções administrativas do País; que a marcha dos comunistas e socialistas em direção ao governo se acelerou; que isso é fato consumado.”²²⁹

O setor mais conservador da Igreja, não homogêneo e dividido em tendências ²³⁰, afastava-se e desconfiava ainda mais de Goulart, por vê-lo caminhar com a esquerda radical de Brizola e tê-lo como uma ameaça à democracia no Brasil, a partir de uma possível instalação de um sistema comunista no país.

Nesse tom, a REB, poucos dias antes do golpe, colocava-se favorável a intervenção dos militares e civis em favor da democracia, da família e da ordem pública, pois, segundo ela, as forças comunistas poderiam ocupar o poder se valendo de Goulart, que se corrompera pela esquerda radical. A confiança no presidente, que outrora fora visto como esperança de conciliação em torno das reformas, chegava ao fim, e o Cardeal Primaz alertava e pedia medidas de combate ao comunismo neste trecho de sua declaração: “*uma onda vermelha avassaladora se precipita sobre o País.*”²³¹

Enquanto a REB clamava pela ação dos militares contra Goulart em sua edição de março de 1964, o BU aplaudia o comício da Central, pois se convencera de que as reformas de base eram iminentes e que o presidente finalmente havia parado de titubear entre o Congresso conservador, que emperrava as reformas, e a população que as desejava, atendendo aos clamores do povo e das esquerdas sedentos pela mudança na estrutura fundiária do país. Não obstante, o golpe civil-militar de direita, de 31 de março de 1964, calava algumas dessas vozes a partir da tomada do poder.

Em sua primeira edição após o golpe, a REB apoiava a intervenção das Forças Armadas na derrubada de Goulart, pois segundo ela, impedira a formação de uma república alinhada ao comunismo de Moscou. O periódico via a Igreja, as Forças Armadas e a grande imprensa nacional de direita como guerreiros combatentes dos inimigos da pátria e da religião, e, por meio do artigo “A Revolução de Abril e as Comprovantes da subversão Comunista”, justificava a ação dos militares e elogiava sua prontidão em defesa da democracia, da família, da tradição e da Igreja:

²²⁹ REB (Revista Eclesiástica Brasileira); março de 1964, volume 24, fascículo 1, p. 207-208

²³⁰ Ver: **BOTAS**, Paulo Cezar Loureiro, op. cit., p. 17. Uma minoria **ultra-reacionária** representada pelos bispos D. Sigaud e D. Castro Mayer, de Diamantina e de Campos; uma maioria **conservadora** que representava uma grande parte dos católicos nas Congregações Marianas e na Associação de Educação Católica, tendo como porta-voz o Cardeal Barro Câmara do Rio de Janeiro.

²³¹ REB (Revista Eclesiástica Brasileira); março de 1964, volume 24, fascículo 1, p. 207-09

“Era por demais evidente a linha comunizante do governo do Sr. João Goulart, que através de fatos como o reatamento das relações com a Rússia, a unificação de todos os trabalhadores do País obedecendo ao CGT, e este com atuação política, mais que sindical, a desmoralização crescente das Forças Armadas e a iminente legalização do Partido Comunista, pretendia levar o Brasil para uma República Sandinista, caudatária do imperialismo soviético. Mas contra este plano de comunização levantaram-se a Igreja, a imprensa nacional e o Exército.”²³²

A REB colocava-se ao lado do setor mais conservador da Igreja, formando um bloco de resistência ao comunismo, tendo como um de seus líderes o arcebispo do Rio Dom Jaime Câmara. Assim, o artigo concluía:

“No Rio, Dom Jaime quase que semanalmente denunciava as tramas vermelhas e concitava os brasileiros a formarem um “bloco único de resistência” e a ficarem a postos, prontos para repelirem qualquer investida dos inimigos da Pátria e da Religião.”²³³

A revista, assim como a Igreja, não desejava se indispor com o novo governo que se constituía, legitimava o golpe contra Goulart, não visto como uma quebra do processo democrático, mas justamente o inverso, como mantenedor da democracia contra o avanço comunista no país, segundo ela, propiciado por Jango, em suas aproximações com a esquerda radical.

²³² REB (Revista Eclesiástica Brasileira); junho de 1964, volume 24, fascículo 1, p. 491-497

²³³ REB (Revista Eclesiástica Brasileira); junho de 1964, volume 24, fascículo 1, pág. 491-497.

Conclusão

Ao concebermos a Igreja Católica no Brasil como uma instituição que, “*se move no tempo com um profundo sentido de permanência e atua no campo do político com uma lógica própria a seus objetivos de hegemonia no campo do transcendente*”²³⁴, como sendo um “*corpo místico*” que possui um projeto “*teológico-político*”, dotado de coerência própria em construção de um discurso comum sobre o mundo, reconhecemos sua capacidade de se adaptar às questões de seu tempo. No entanto, nessa Instituição, não homogênea, permeia um campo de lutas entre conservadores e progressistas, divididos em tendências ²³⁵, respaldados nos mesmos princípios católicos, interpretados de maneiras “diferentes”, pela hegemonia do poder.

Esses embates internos se acentuavam às vésperas do Concílio do Vaticano II (1962-1965), pois o clima de maiores liberdade e tolerância com opiniões distintas instalava-se entre alguns teólogos, padres, arcebispos, bispos e leigos católicos no Brasil. Além disso, a crescente politização de setores sociais em perspectivas de país divergentes, envolvidas nas questões políticas, econômicas e sociais, levava o clero e os leigos a, paulatinamente, envolverem-se nessas querelas nacionais, tentando a Igreja, por meio de seus bispos, construir um consenso interno sobre a origem dos males sociais e econômicos do Brasil, propondo meios para solucioná-los. Para Roberto Romano, “*para os bispos, antes de 1964, a libertação econômica do povo passaria necessariamente pelos fatores do desenvolvimento nacional: planejamento e ação do Estado na economia da região, acompanhados de largo consenso político no país.*”²³⁶

Dessa forma, a Igreja, em um processo de auto-compreensão de seu papel na sociedade brasileira, aproximava-se do governo Goulart (1961-1964) em sua proposta de Reformas de Base, por considerá-la um importante passo para tirar o Brasil da condição de subdesenvolvimento.

Não obstante, clérigos e leigos católicos possuiriam, ao longo dos anos de 1961 a 1964, concepções distintas e dissonantes sobre os meios de implementar essas reformas,

²³⁴ ROMANO, Roberto, op. cit., p. 20-44. ok

²³⁵ BOTAS, Paulo Cezar Loureiro, op. cit., 17. Segundo frei Paulo Cezar Loureiro Botas, a Igreja neste período está dividida em: uma minoria **ultra-reacionária** representada pelos bispos D. Sigaud e D. Castro Mayer, de Diamantina e de Campos; uma maioria **conservadora** que representava uma grande parte dos católicos nas Congregações Marianas e na Associação de Educação Católica, tendo como porta-voz o Cardeal Barros Câmara do Rio de Janeiro; os **moderados** sob a liderança do Cardeal Mota de São Paulo que apoiava as Reformas de Base do Governo Goulart, mas temiam o comunismo e a legalização do PCB; a **ala avançada** liderada por Dom Helder Câmara, bispo auxiliar do Rio e secretário da CNBB.

²³⁶ ROMANO, Roberto. op. cit., p. 32-44.

principalmente a agrária, fartamente observadas nos discursos e trajetórias dos periódicos “Brasil, Urgente” (BU) e “Revista Eclesiástica Brasileira” (REB).

O BU, entre a sua fundação (março de 1963) e o seu fechamento (março de 1964), desenvolveu seus discursos baseando-se no diálogo entre a Doutrina Social Cristã²³⁷ e filosofias exteriores ao cristianismo, como o marxismo. A partir desta aproximação, catolicismo e marxismo, o jornal se apropriava, dentre outros, de conceitos como “revolução” e “luta de classes”, de forma a melhor compreender a realidade brasileira do início da década de 1960, percebendo conflitos sociais no campo e nas cidades, principalmente no tocante à propriedade privada.

O jornal inseria-se nas questões políticas, econômicas e sociais, a favor do governo João Goulart e de seu projeto de Reformas de Base, principalmente, na proposta de Reforma Agrária, pois acreditava que apenas com uma distribuição de terras atrelada à criação de uma infra-estrutura que possibilitasse o trabalhador rural cultivá-la, seria possível o desenvolvimento autônomo do Brasil com justiça social. Assim, o BU criticava as instituições, partidos e organizações civis contrárias às reformas de base, como o IBAD, o IPES, a UDN, o PSD, no intuito de mostrá-las como forças reacionárias, representativas das elites privilegiadas no poder do país, não dispostas a uma verdadeira transformação da estrutura agrária nacional. Não obstante, com a progressiva radicalização das esquerdas (pelas reformas) e direita (contra as reformas) que almejavam impor seus interesses, em detrimento da ordem democrática, o BU, gradativamente, entraria em sintonia com a esquerda radical.

Em paralelo, a REB também via na reforma agrária de Goulart uma forma de minimizar as desigualdades sociais no campo e, por isso, apoiava-a, sendo que em nenhum momento, a desejou por via que não fosse à institucional, pacífica, consensual e feita unilateralmente pelo Estado, diferentemente do BU que, paulatinamente, desacreditaria no Congresso e no presidente a ponto de reivindicar reformas mesmo sem consentimento do parlamento.

Percebe-se que dois periódicos formados por leigos e clérigos católicos, o BU (jornal católico, mas não pertencente à Igreja) e a REB (revista católica, reconhecida pela CNBB como da Igreja, mas não como o seu porta-voz) expressavam pensamentos comuns com relação à importância da Reforma Agrária para construção de uma sociedade mais justa, entretanto, ao longo dos anos de 1961 a 1964, possuiriam visões distintas de como deveria ser implementada, ressaltando-se que o BU funcionou somente de março de 1963 a março de 1964.

²³⁷ Iniciada em Leão XIII, mas adaptada as questões do século XX, principalmente, por Pio XI (1922-39), Pio XII (1939-58) e João XXIII (1958-63).

Esses posicionamentos distintos levaram o BU a construir um projeto de “Revolução Social Cristã”²³⁸, baseado na aliança entre católicos e não católicos (inclusive comunistas), alegando que suas divergências não eram maiores que suas semelhanças na luta pela justiça social, em defesa da Reforma Agrária de Goulart e contra as forças golpistas de direita, enquanto, a REB, temendo a guinada de Goulart para a esquerda no início de 1964, preferiria apoiar a intervenção armada civil-militar, no que para ela, viria em defesa da democracia e contra a ameaça comunista no país.

Ambos os periódicos valiam-se das palavras e encíclicas dos Papas Pio XI e Pio XII e das cartas *Mater et Magistra* (A evolução da questão social à luz da Doutrina Cristã) e a *Pacem in Terris* (A paz de todos os povos na base da verdade, justiça, caridade e liberdade) de João XXIII, que ascendia ao trono de Pedro em 1958, com uma proposta de ampliar o diálogo da Igreja com as questões do mundo moderno, por meio do Concílio do Vaticano II (1962-1965).

Dessa forma, as mesmas diretrizes de Roma, que caminhavam para um Concílio Ecumênico, eram interpretadas de maneiras distintas, pois o BU admitia uma aliança tática com os socialistas pela construção do bem comum, ao passo que a REB pregava o anticomunismo com veemência e cogitava, inclusive, a derrubada do presidente para evitar uma potencial “Revolução Socialista no Brasil”, segundo ela, perpetrado por Goulart sob os mandos de Moscou.

Assim, a Igreja Católica no Brasil, via CNBB, permitia algumas posturas divergentes entre clérigos e leigos católicos, prezando, contudo, à harmonia e o respeito à sua hierarquia. Neste contexto, observava-se o Cardeal Jaime Câmara (arcebispo do Rio de Janeiro), não reconhecendo o BU como jornal católico e como da Igreja, enquanto o Cardeal Motta de São Paulo, vinha em defesa do periódico, alegando que seus diretores eram verdadeiros católicos, apesar do jornal não ser da Igreja.

Dessa maneira, compreendemos a existência de um campo de lutas no interior da Igreja, que ficava mais evidente no momento em que se pregava uma postura de diálogo, com respeito à liberdade e tolerância ao “diferente”, temas objeto de discussões na Roma de João XXIII, que ensejaram o crescimento do “cristianismo da libertação”, que surgira na América Latina dos anos 1950, como proposta de alguns clérigos e leigos católicos para a formação de uma “Igreja dos pobres”.

²³⁸ Para maiores informações sobre essa proposta “revolucionária” do BU, ver a entrevista de Frei Carlos Josaphat, na íntegra que está no Anexo 1 desta dissertação.

Não obstante, em defesa da hierarquia e da tradição, a Igreja no Brasil, na construção de uma *cultura política*²³⁹, insere-se tanto no plano cultural quanto nos político e econômico, em defesa de seus interesses, valendo-se para isso, de manobras e expurgos de membros, a fim de silenciar as vozes de clérigos dissonantes ao seu projeto de luta contra o comunismo e manutenção da paz e ordem públicas.

A Igreja Católica no Brasil, no período de 1961 e 1964, concedia aos seus clérigos e leigos católicos uma liberdade de opinião limitada e vigiada, enquanto, apoiava o governo que garantisse *a ordem pública e a paz social, distante do que considerava ameaça comunista*. Assim, a Igreja, via Ordem Dominicana, sob mandos da Santa Sé, forçava o exílio na França do fundador e diretor do BU, Frei Carlos Josaphat, com o claro objetivo de enfraquecer o jornal e, posteriormente, apoiava o golpe civil-militar de 1964, entrando em negociações com o novo governo.

A Comissão Central da CNBB divulgou, em julho de 1964, a “Declaração da CNBB sobre a Situação Nacional” na qual se colocava:

“Logo após o movimento vitorioso da Revolução, verificou-se uma sensação de alívio e de esperança, sobretudo, porque, em face do clima de insegurança e quase desespero em que se encontravam as diferentes classes ou grupos sociais, a Proteção Divina se fez sentir de maneira sensível e insofismável. De uma à outra extremidade da pátria transborda dos corações o mesmo sentimento de gratidão a Deus, pelo êxito incruento de uma revolução armada. Ao rendermos graças a Deus, que atendeu às orações de milhões de brasileiros e nos livrou do perigo comunista, agradecemos aos Militares que, com grave risco de suas vidas, se levantaram em nome dos supremos interesses da Nação, e gratos somos a quantos concorreram para libertarem-na do abismo iminente”.²⁴⁰

Enfim, a Igreja, como Instituição, mostrava-se essencialmente conservadora e, apesar de momentos de maior avanço do setor progressista²⁴¹, a hierarquia impunha suas interesses e

²³⁹ Ver: KUSCHNIR, Karina e PIQUET-CARNEIRO. “As dimensões subjetivas da política: Cultura Política e Antropologia da Política”. In: *Revista Brasileira de História*. 1999. p.1.

Os autores analisam o conceito de cultura política a partir da referência às obras de Almond e Verba (1963 e 1980) e Pye e Verba (1998), Kruschke (1997) e Rennó (1998). ALMOND G. & VERBA, S. *The civic culture*. Princeton: Princeton University Press, 1963. Apud: KUSCHNIR, Karina e PIQUET-CARNEIRO, Leandro. “As dimensões subjetivas da política: Cultura política e Antropologia da política”. *Revista Brasileira de História*, 1999.

²⁴⁰ Ver: DENISE, Rollemberg, texto: “Caminhos para o passado. Memórias da Associação Brasileira de Imprensa (1964-1974)”. A íntegra do documento “Declaração da CNBB sobre a Situação Nacional” está publicada em Luiz Gonzaga de Souza Lima. *Evolução política dos católicos e da Igreja no Brasil*. Hipóteses para uma interpretação. Petrópolis, Vozes, 1979, pp. 147-149; cit. p. 147

²⁴¹ Esclarecimento: o setor progressista é dividido em várias tendências e o próprio “rótulo de progressista” dado a alguns bispos, deve ser concebido com precauções, porque um bispo pode ser ao mesmo tempo progressista com relação ao apoio a greves de trabalhadores e conservador no tocante à teologia moral.

assimilava ou desarticulava movimentos internos e externos de clérigos e leigos católicos, de acordo com seus interesses na sociedade e perante o Estado.

Referências Bibliográficas:

Arquidiocese de São Paulo, “Brasil: Nunca Mais”, 10ª edição, Rio de Janeiro: Vozes, 1965.

ALMOND G. & VERBA, S. “The civic culture”. Princeton: Princeton University Press, 1963. Apud: KUSCHNIR, Karina e PIQUET-CARNEIRO, Leandro. “As dimensões subjetivas da política: Cultura política e Antropologia da política”. Revista Brasileira de História, 1999.

ARNS, Paulo Evaristo, “Em defesa dos direitos humanos; encontro com o repórter.”, Rio de Janeiro: Brasília, 1978.

AUBERT, Roger, “A Igreja na Sociedade Liberal e no Mundo Moderno”, Rio de Janeiro: Vozes, 1975.

AZZI, Riolando, “A Igreja Católica no Brasil no período de 1950 a 1975”, Religião e Sociedade, 2ª edição, São Paulo, 1977.

BANDEIRA, Moniz, “O Governo Goulart, as lutas sociais no Brasil de 1961-1964”, 5ª edição, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

BEOZZO, Jose Oscar, “A IGREJA ENTRE A REVOLUÇÃO DE 1930, O ESTADO NOVO E A REDEMOCRATIZAÇÃO”, in H.G.C.B. Vol. XI; O Brasil Republicano – Economia e Sociedade (1930-64), org. Boris Fausto, São Paulo: Difel, 1984.

_____, Jose Oscar, “História da Igreja no Brasil”, 2ª edição, Petrópolis: Paulinas, 1985.

_____, José Oscar, A Igreja do Brasil. De João XXIII a João Paulo II, de Medellín a Puebla. Petrópolis: Vozes, 1994.

BETO, Frei, “Fidel e a Religião, conversas com o Frei Beto”, São Paulo: Brasiliense, 1985.

BOTAS, Paulo Cezar Loureiro, “A Bênção de Abril – Brasil Urgente: memória e engajamento católico 1963-64”, Petrópolis: Vozes, 1983.

BOFF, Leonardo, “Jesus Cristo Libertador: ensaio de cristologia crítica para o nosso tempo”. Petrópolis: Vozes, 1972.

_____, “Teologia do cativo e da libertação”, São Paulo, ed. Vozes, 1980.

_____, “Igreja: carisma e poder”. Ensaio de Eclesiologia militante. Petrópolis: Vozes, 1981.

_____, e BOFF, Clodivis, “Teologia Orgânica: teologia da libertação no debate atual”, Petrópolis: Vozes, 1985.

_____, “A fé na periferia do mundo”, Petrópolis, ed. Vozes, 1986.

BRUNEAU, Tomas, “O Catolicismo Brasileiro em Época de Transição”, São Paulo, ed. Loyola, 1974.

_____, Tomas, “Religião politização no Brasil”, SP, ed. Loyola, 1979.

CALADO, Antônio. “Tempo de Arraes: “Padres e Comunistas na Revolução sem Violência”, São Paulo: José Álvaro, 1965.

CAMACHO, Ildfonso, “Doutrina Social da Igreja, abordagem histórica”, São Paulo: edições Loyola, 1995.

CAMARGO, Cândido P. F., **PIERUCCI**, Antônio F. O., **SOUZA**, Beatriz M., “IGREJA CATÓLICA”: 1945-1970, in H.G.C.B. Vol. XI; O Brasil Republicano – Economia e Sociedade (1930-64), org. Boris Fausto, São Paulo, ed. Difel, 1984.

CAMPOS, Renato Carneiro, “A Igreja, Política e Religião”, Inst. Joaquim Nabuco, Recife, 1967

CARAMURU, Raimundo de B., “Brasil, uma igreja em renovação (uma experiência brasileira de planejamento pastoral)”, Petrópolis, ed. Vozes, 1967.

CARDOSO, Pe. José, “Traição à Igreja: O Eclesial e a Intromissão revolucionária em Medellín e Puebla”, Rio de Janeiro, ed. Nórdica, 1989.

CEHILA, “Para uma história da Igreja na América Latina: marcos teóricos” Tradução: Jaime Clasen, Petrópolis, Vozes, 1986.

COSTA, Marcelo Timotheo, “Um Itinerario no século: mudança, disciplina e ação em Alceu Amoroso Lima”, edições Loyola, São Paulo, ed. PUC Rio, 2006.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves e **PASSOS**, Mauro. “Catolicismo: direitos sociais e direitos humanos (1960-1970)”. In FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. O Brasil republicano. O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

DREIFUSS, René Armand. 1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis, Vozes, 1981.

FERREIRA, Marieta de Moraes e **AMADO**, Janaína (org.) intitulada “Usos e abusos da História Oral”. Rio de Janeiro, ed. FGV, 1996.

FERREIRA, Jorge e **DELGADO**, Lucília de Almeida Neves (Org.), “O Brasil Republicano: v.3. O tempo da experiência democrática - da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964”, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

FLORIDI, Ulisses A. “O Radicalismo Católico Brasileiro”, São Paulo: Hora Presente, 1973.

GASPARI, Elio, “A Ditadura Envergonhada”, São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

- _____, Elio, “A Ditadura Escancarada”, São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- GOTAY**, Samuel Silva, “O Pensamento Cristão revolucionário na América Latina e no Caribe”, São Paulo: Paulinas, 1985.
- GRAMSCI**, Antonio, “Maquiavel, a Política e o Estado Moderno”, 2º edição, São Paulo: Civilização Brasileira, 1976.
- GUIMARÃES**, Almir Ribeiro, “Comunidades de Base no Brasil”, Petrópolis: Vozes, 1978.
- HERMANN**, Jacqueline. “História das religiões e religiosidades”. In **CARDOSO**, Ciro Flamarion e **VAINFAS**, Ronaldo (orgs.). “Domínios da História – Ensaio de teoria e metodologia”. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- HOBSBAWM**, Eric. “Era dos extremos – o breve século XX: 1914 – 1991”. Tradução: Marcos Santarrita; revisão técnica: Maria Célia Paoli, São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- FERREIRA**, Marieta de Moraes e **AMADO**, Janaína (org.) intitulada “Usos e abusos da História Oral”. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- JOSAPHAT**, Frei Carlos, “Evangelho e Revolução Social”, 1º edição, São Paulo: Duas Cidades, 1962.
- KADT**, Emanuel, “Católicos radicais no Brasil”, ed. Universidade UFPB, 2003.
- KUSCHNIR**, Karina e **PIQUET-CARNEIRO**. “As dimensões subjetivas da política: Cultura Política e Antropologia da Política”. In: Revista Brasileira de História. 1999.
- KENNETH**, P, Serbin, “Diálogos na Sombra”, São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- LIMA**, Alceu Amoroso, “A Marcha Social da Igreja”, coleção O Moderno Pensamento Social, Vol. I, Rio de Janeiro: Encontro LTDA, 1967.
- LIMA**, Luiz Gonzaga de Souza. Evolução política dos católicos e da Igreja no Brasil. Hipóteses para uma interpretação. Petrópolis: Vozes, 1979.
- LOWY**, Michael, “A Guerra dos Deuses”, Petrópolis: Vozes, 2000.
- _____, Michael. “Marxismo e Teologia da Libertação”, São Paulo: Cortez, 1991.
- MAINWARING**, Scott. “Igreja Católica e Política no Brasil: 1916-85”, São Paulo: Brasiliense, 2004.
- MARIA**, Julio, “A Igreja e a República”, Brasília DF: Universidade de Brasília, 1981.
- MENDES**, C., “Movimento dos Vivos: a esquerda católica no Brasil”. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1966.
- MICELI**, Sergio. “A Elite Eclesiástica Brasileira”. Rio de Janeiro, ed. Bertrand do Brasil SA, 1988.

MUÑOZ, Ronaldo, “Nova Consciência da Igreja na América Latina”. Petrópolis: Vozes, 1979.

MUNTEAL, Oswaldo, **VENTAPANE**, Jaqueline e **FREIXO**, Adriano (orgs.), “O Brasil de João Goulart: um projeto de nação”. Rio de Janeiro: PUC Rio, 2006.

NAVARRO, Caio, “O Governo Goulart e o Golpe de 1964”. São Paulo: Brasiliense, 1982.

OLIVEIRA, Franklin, “Revolução e Contra-Revolução no Brasil”. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

OLIVERA, Pedro A. Ribeiro (org.), “Fé e Política”. São Paulo, ed. Idéias & Letras, 2004.

REIS, Daniel Aarão Filho (org.), “Intelectuais, História e Política, séculos XIX e XX”. Rio de Janeiro: 7 letras, 2000.

REMOND, René (org.). “Por uma história política”, 2ª edição, Rio de Janeiro, EdUfrj / Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2003.

ROLLEMBERG, Denise. “Esquerdas revolucionárias e luta armada”. In FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. “O Brasil Republicano. O tempo da ditadura”. V. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

ROMANO, Roberto. “Brasil: Igreja contra o Estado (críticas ao populismo católico)”. 1ª edição, São Paulo: Kairós, 1979.

SANTOS, Almir dos, “Cristo e o Processo Revolucionário Brasileiro”. Vol. I, Rio de Janeiro: Loqui, 1962.

SKIDMORE, Thomas, “Brasil: de Getúlio a Castelo”. 8ª edição, São Paulo: Paz e Terra, 1985.

Teses, dissertações e artigos

BEOZZO, Jose Oscar. “Padres Conciliares Brasileiros no Vaticano II: participação e prosopografia 1959-65”. São Paulo, 2001, 463 páginas, Tese de Doutorado, USP, 2001. Encontra-se em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis>

DENISE, Rollemberg, texto: “Caminhos para o passado. Memórias da Associação Brasileira de Imprensa (1964-1974)”.

KRUGER, João, “Moral e poder nas Comunidades Eclesiais de Base”. Vol. 1., Mestrado, São Paulo: PUC-SP – HISTÓRIA, 1992.

KUSCHNIR, Karina e PIQUET-CARNEIRO. “As dimensões subjetivas da política: Cultura Política e Antropologia da Política”. In: Revista Brasileira de História. 1999.

SEMERARO, Giovanni, “Esquerda Católica do Brasil: Formação na Prática Político-Educativa e no Horizonte Teórico dos Anos 1959-64”. Dissertação de Mestrado, Departamento de Filosofia da educação, Instituto de Estudos Avançados em Educação, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas (FGV), 1991.

SCHUNEMANN, Rolf, “Do Gueto à Participação a Emergência da Consciência Sócio-política na Igreja Evangélica Da Confissão Luterana no Brasil entre 1960-75”. Tese de Doutorado, Rio de Janeiro, Departamento de Teologia da PUC, 1989.

Fontes Primárias:

Periódico “Brasil, Urgente”, em seus 55 números pesquisados na Biblioteca Nacional e no Convento Sagrada Família, na cidade de São Paulo.

Periódico “Revista Eclesiástica Brasileira”, volumes 21 ao 29, correspondentes aos anos de 1961 a 1964, pesquisados da Biblioteca Nacional.

Discurso do Presidente João Goulart no Comício da Central de 13 de março de 1964. In: FICO, Carlos. Além do golpe. Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar. Rio de Janeiro: Record, 2004.

A Constituição de 1946 encontra-se no site: www.planalto.gov.br

Encíclicas Papais: Quadragesimo Anno (1931)

 Mater et Magistra (1961)

 Pacem in Terris (1963)

Estas encíclicas encontram-se no site:

http://www.vatican.va/holy_father/john_xxiii/encyclicals/ e no livro de

Alceu Amoroso Lima, “A Marcha Social da Igreja”, coleção O Moderno Pensamento Social, Vol. I, Rio de Janeiro, ed. Encontro LTDA, 1967.

Anexos:

Anexo 1 – Entrevista com o Frei Carlos Josaphat, fundador do “Brasil, Urgente” (BU).

Anexo 2 – Primeiras páginas de algumas edições do “Brasil, Urgente”(BU).

Anexo 1 – Entrevista com o Frei Carlos Josaphat, fundador do “Brasil, Urgente” (BU).

Transcrição da entrevista na íntegra, que realizei com o Frei Carlos Josaphat no dia 31/10/07, no Convento da Sagrada Família, em São Paulo.²⁴²

Guido: O que levou o Senhor e outros diretores do “Brasil, Urgente” a construir esse periódico e quais autoridades civis e eclesiásticas apoiaram esse movimento?

Josaphat: O Jornal BU surgiu pela verificação da necessidade que tinha a imprensa de poder então realizar um trabalho de ação social, quer dizer que nós começamos por um grande interesse nesse tempo: a possibilidade de uma democracia social no Brasil, não apenas uma democracia liberal que assegurasse assim esses direitos individuais, mas que de fato tivéssemos no país, uma democracia que assegurasse para toda população, condições de vida que hoje nos chamamos e são consagrados na constituição como direitos sociais.

Então o movimento foi feito nesse sentido. Ele tinha começado já um pouco nos fins dos anos 50, veio o Papa João XXIII com a encíclica Mater et Magistra e depois Pacem in Terris que nos deu um grande ânimo no sentido de dizer que a Igreja não estava apenas propondo uma Doutrina Social teórica, mas que a Igreja católica estava mesmo querendo uma mobilização do povo no sentido dessa promoção social.

Então, o que aconteceu foi que nós começamos e, é muito importante notar isso, trabalhando com os estudantes, particularmente os universitários, trabalhando com os trabalhadores sindicalizados e em contatos com aqueles que às vezes não estavam sindicalizados e tinham problemas, daí resultou um movimento bastante grande, entorno do social.

Esse movimento compreendendo sobre tudo então, trabalhadores da indústria e também dos campos, no tempo que Francisco Julião estava muito ativo com as Ligas Camponesas. Aqui em São Paulo havia mobilização de alguns sindicatos nessa linha social e de inspiração cristã com o Doutor Mario Carvalho de Jesus com sua chamada frente sindical que comportava, assim, uns doze sindicatos organizados nessa perspectiva de reivindicações. Então nós notamos que a imprensa era muito contrária, seja na parte que guardamos silêncio absoluto em tudo que a gente fizesse, seja deturpar e de dar qualificações tendenciosas ao movimento. Então nós sentimos a necessidade de ter um órgão que fosse desse movimento. Isso aconteceu quando nos fizemos uma greve aqui, houve uma greve dos trabalhadores, nos

²⁴² Procurei intervir o mínimo possível no original, ou seja, nas palavras e na organização da fala do autor.

apoiamos essa greve e vimos então que a polícia interveio e o noticiário que foi dado, completamente oposto a realidade e então todos em assembléia, nós dizemos do que precisamos, precisamos de um jornal.

Então ai, esse jornal foi pensado em ser um jornal do povo, portanto, com financiamento popular, o que era uma grande dificuldade, porque não queríamos qualquer capital que viesse então algemar o jornal nos seus interesses, então o jornal é popular pelo lado do financiamento e o jornal popular no sentido de que todos os grupos e movimentos das diversas partes do país, apoiassem o jornal.

Apoiassem, reconhecendo nele o jornal do movimento social brasileiro e reconhecendo também a necessidade de difundir o jornal de tal maneira que sem capital, a não ser as ações que nós conseguimos com uma fundação de uma entidade mantenedora do jornal. Além desse capital nos conseguimos sem pagar ninguém uma divulgação no país todo, de forma que a gente dizia: é um jornal nacional, é o único jornal nacional lido no mesmo dia em Porto Alegre, em Manaus, em Belém, em Recife, em outras palavras em outros pontos do Brasil.

O Jornal é uma resultante de um movimento social e depois, então, poderá dizer que tínhamos mais ou menos ai umas 30 pessoas que construíram um núcleo de fundação e depois então as Assembléias que tomavam as decisões e finalmente se constituiu, propriamente, a redação do jornal que se responsabilizava pela elaboração de cada um dos números.

Com relação à questão que você coloca, nós nunca tivemos apoio propriamente de autoridades. Na Igreja o cardeal arcebispo de São Paulo, Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta foi muito amigo de toda a equipe. Ele ajudava com conselhos, orientações, mas não era um apoio oficial, mas havia um só bispo que era o Dom Jorge, bispo de Santo André, esse sim participava mas não propriamente como autoridade de bispo, como líder, participava das reuniões nos apoiava, mas não jogava a autoridade episcopal em favor do jornal de modo que houve uma ocasião que a CNBB declarou que o jornal não era da Igreja, era um jornal de responsabilidade do grupo que eu sustentava, o que era a pura verdade. Com inspiração cristã.

Guido: O jornal prezava pela liberdade, entretanto, em alguns de seus números eram divulgadas propagandas de candidatos de partidos como o PTB, o PDC, PSB. Assim, qual era a relação do jornal com esses partidos?

Josaphat: Bem, na verdade, nós não faríamos publicidade de políticos que fossem contra nosso ideal social, mas em geral essas publicidades eram pagas. Não era compromisso do jornal com nenhuma força política, agora é preciso notar o seguinte.

De fato havia publicidade que tinham um caráter na linha da tendência do jornal, por exemplo a Petrobrás, a Petrobrás nos dava a matéria, pagava a matéria e no entanto nos estávamos de acordo em lutar pela Petrobrás e então, nesse caso, coincidia que o jornal não só dava uma publicidade que ela recebia, mas fazia uma cobertura para sustentar a Petrobrás, no momento em que havia da parte dos adversários dela todo um empenho de privatizá-la, de chegar e impedir um pouco a expansão da Petrobrás, então nesse sentido poderíamos dizer o seguinte: não havia uma opção partidária, mas havia, sem dúvida, uma certa opção do ponto de vista de políticos que estavam na linha do que nos chamamos Reformas de Base. Nesse caso, o jornal seria sempre simpático o que nos chamávamos naquele tempo de Frente Nacionalista. O Nacionalismo entendidos aqueles que eram contra o predomínio das sociedades transnacionais no Brasil, não era um nacionalismo vago não.

Nesse sentido economicamente nós queríamos uma economia na linha que fosse no sentido de uma autonomia da economia brasileira, uma economia solidária com os países que chamávamos de subdesenvolvidos ou países, hoje se fala emergentes.

Com toda lealdade nos tínhamos que reconhecer que havia políticos que contavam com a simpatia do jornal, não porque eles pudessem com poder nos ajudar, mas porque pelas posições deles, eles já significavam aquilo que nos queríamos realizar: a realização de uma eleição democrática em 1964 que levasse ao parlamento, deputados que sustentassem as idéias das Reformas de Base.

Guido: Nesse contexto, 1961-64, havia uma intensa mobilização popular no campo e nas cidades por meio dos sindicatos, do MEB, dos SARs, das Ligas Camponesas, organizando os trabalhadores rurais, articulando lutas pela Reforma Agrária. Na opinião do BU, a revolta armada em prol da Reforma Agrária seria legítima, caso o Congresso não a implementasse ou havia uma confiança no Congresso e no Presidente, que iriam em breve implementar essa reforma?

Josaphat: Bem, não havia uma confiança no parlamento na ocasião que era majoritariamente conservador, não havia também uma confiança no Presidente Goulart que fizesse as Reformas. A idéia era de que as Reformas seriam implementadas por um novo congresso, então a idéia era partir de uma mobilização popular, de que o jornal seria mais um

instrumento, só que mais ampla, inclusive utilizando, oportunamente o trabalho de educação popular na linha Paulo Freire, tanto que dizia: vocês querem fazer uma força política?

Não, seja que partido for, mas a gente própria para as eleições de 1964, um programa e exigiria um compromisso dos candidatos de modo a tentar levar uma maioria compromissada com as Reformas de Base. Nesse sentido, nós sempre falamos que uma Revolução militar não significaria nada, a não ser que ela fosse portadora de um programa, o que importa é esse programa é esse projeto e forças políticas que levassem esse projeto para o Congresso. Mas naquele momento nos pensávamos que havia uma dezena de deputados que já merecia nossa confiança, mas não a maioria e que não convenceríamos essa maioria e, portanto, era preciso novas eleições.

Por outro lado nos apoiavam todos os movimentos da esquerda no sentido de dizer assim: nós apoiamos vocês à medida que vocês apóiam esse programa das Reformas, mas não entramos na questão particular de vocês. Então o PCB recebia um apoio na medida em que eles levavam para o público uma formação popular, mas nós criticávamos a idéia de partido único em que dizíamos: olha, nós estamos de acordo com vocês não só na questão doutrinal mais na questão política pois nos achávamos que o país deveria ir numa linha democrática e a prioridade de partido deve fazer parte dessa democracia.

Guido: No seu livro “Evangelho e a Revolução Social”, o senhor faz uma aproximação da “mística cristã com o marxismo”. Havia uma aproximação entre cristianismo e marxismo, o cristianismo poderia dialogar com o marxismo na década de 1960 e usar conceitos como “luta de classes” e “conscientização de classe”?

Josaphat: Nesse tempo o que havia era o seguinte: muitos dos nossos liam, Gramsci, um marxista mais difundido, porque analisava a questão da revolução dizendo que há uma época que não há interesse revolucionário por parte do povo, há uma época pré-revolucionária e há uma época revolucionária e ele analisava esse processo, então isso nos interessava, mas nós entendíamos sempre que era no sentido de uma revolução que não seria na linha de levar um partido único, menos ainda militares ao poder e que seria então uma revolução democrática.

Agora com relação ao marxismo, nós dialogávamos com os marxistas, no sentido de ser, por exemplo: para nós cristãos não havia nenhuma vantagem do ateísmo para mobilizar o povo no sentido de uma verdadeira revolução social e por outro lado, havia um contato caso por caso.

Por exemplo, quando havia uma greve feita por sindicatos que estavam dominados pelos comunistas e nós víamos que a greve era justa, nós apoiávamos a greve. De modo geral quando eles iam fazer uma greve eles sempre nos consultavam, diziam que iam fazer uma greve assim, assim, então havia uma reunião e a gente dizia: bom primeiro, vocês tomaram todas as medidas legais antes, depois, vocês procuraram contatos com os patrões etc ... etc.

Bem assim sendo, nós apoiávamos, nós podíamos dizer o seguinte: que havia de parte a parte dos comunistas e de nós, uma crítica muito lúcida e muito bem informada de uns e de outros, de modo que nós não chegávamos a apoiar o comunismo.

Nós analisávamos, por exemplo: quando na guerra do Vietnã, nós fomos contra; na invasão de Cuba (na tentativa de invasão) na Baía dos Porcos, nós fomos contra os EUA e a favor de Cuba, mas cada caso analisado.

Bem, quando houve a morte de Kennedy, nós a interpretamos que foi um crime político. Então a questão que eu acho que foi errado ter acontecido e que era um grupo de intelectuais e de militantes, comprometidos com a causa, que podia fazer uma análise. Então, nesse caso, não havia uma espécie de inclinação de seguir tal ou tal linha, como relação a Igreja, eles chegavam e diziam: tal e tal documento da Igreja é muito bom, outros é menos bom ou não nos serve então essa seria atitude de um grupo de cristãos na base e um grupo grande que queria uma democracia social e a possibilidade de dialogar.

A gente não dialogava com todos aqueles, como IPES e outros, que estavam preparando o golpe, esses de jeito nenhum, nós criticávamos e eles nos criticavam e destruíam o mais possível também. A reciprocidade era total, mas com relação às forças de esquerda, nós procurávamos sim entender, mas respeitando as diferenças.

Guido: A partir do nº. 24 do periódico BU, o senhor deixava de aparecer como diretor, passando a aparecer apenas como fundador. Botas²⁴³ atribuiu isso as pressões sofridas pelo senhor da Ordem Dominicana e da CNBB. Havia essas pressões e desaprovações, quais eram os autores?

Josaphat: Nesse ponto eu acho que é uma interpretação que Botas faz, mas não há nenhum documento. Da parte da CNBB o que houve foi uma declaração dizendo que o jornal não era católico, mas de um grupo de cristãos que tinha sua liberdade etc, foi a única coisa, única declaração, nunca houve pressão nenhuma.

²⁴³ **BOTAS**, Paulo Cezar Loureiro, “A Bênção de Abril – Brasil Urgente: memória e engajamento católico 1963-64”, ed. Vozes, Petrópolis, 1983.

Agora, sim, na parte de certos clérigos, padres que estavam em paróquias mais ricas, em que as vezes o poder econômico pressionava um pouco assim o clero, então o que eles faziam é não deixar o jornal circular no ambiente religioso, ser vendido na porta da Igreja esse tipo de coisa, mas não havia qualquer pressão.

Naturalmente o jornal contava com a oposição, sem dúvida nenhuma de bispos que tomavam oposição contra a Reforma Agrária, como Dom Castro Meir, como Dom Sigo, mas isso é compreensivo, porque eles tinham uma posição de ser contra a reforma agrária e nós a favor da reforma agrária e claro que havia oposição, mas eles não exerciam nenhuma influência, eles faziam as declarações deles, mas não havia pressões.

Na Ordem Dominicana, o que a ordem fazia questão de dizer é que nós tínhamos um espaço de liberdade, dentro da ordem dominicana, mas que o jornal não era da ordem dominicana, nem ela estava implicada com sua responsabilidade dentro do jornal.

Bem daí então, uma pressão muito grande exercida sobre a ordem, sem dúvida, sobre o Convento das Perdizes, ameaças. A violência que eles praticaram depois do golpe, ela tinha sido preparada já antes mesmo do golpe, por intimidação, telefonemas, etc.

O provincial sobre cuja orientação que fundamos o jornal, foi o Frei Mateus Rocha, que estava ligado ao Darcy Ribeiro, para organização da Universidade de Brasília, pensando em termos uma faculdade de teologia numa linha social, dentro da própria Unb, o que acabou mesmo com o Golpe. Porque o Darcy Ribeiro queria isso e ele então quando ele estava como assessor do presidente, durante um tempo nosso provincial foi reitor provisório da Universidade de Brasília. Bem então para você ver aí que as ligações eram de pessoas, de tendências, não tanto de instituições.

Guido: O nº. 40 do BU noticiava: “Frei Carlos parte para o Exílio” e, na página 3 usava-se a expressão “Expulsão, expulsava-se um frei que não se dobrava aos interesses políticos e econômicos”. Quais forças levaram o senhor ao “exílio”? Outros foram com o senhor? A Ordem Dominicana nesse momento tomava posturas conservadoras, alinhadas a CNBB?

Josaphat: Bem, há uma coisa que seria interessante, que nesse momento houve um pronunciamento do Congresso Brasileiro, protestando contra a minha partida, já ainda em Dezembro, porque eu partia lá para o dia 13 de dezembro, por aí de 1963. Pronunciamento esse dos Partidos de Esquerda, aliados a João Goulart, fazendo um apelo para que o governo fizesse uma ação diplomática.

Essa minha saída foi exatamente o seguinte: uma pressão exercida diretamente pelos católicos mais ligados ao capital e ao medo do comunismo, então eles pressionaram a nunciatura apostólica, e a nunciatura então, se comunicou então com Roma, vindo uma ordem da Santa Sé para eu deixar o Brasil. A pressão foi do capitalismo paulista sobre a nunciatura, a mesma então cedeu.

É delicado porque, naturalmente, hoje você afirmando isso, todo mundo vai negar, porque eles não vão deixá-lo ver a correspondência, pena, de modo que eu não me interesse muito, mas o fato foi esse, o provincial me chamou dizendo: eu recebi essa carta de Roma dizendo que você deve partir, nós podemos negociar o mais possível e daí então eu falei: vou consultar os leigos, então consultei os leigos, nossos amigos todos. Daí então eles tomaram posição dizendo isso nós denunciaremos como uma pressão, como uma expulsão, o que é verdade. Ai eu disse olha nesse caso ai o menor mal é partir para não haver divisões, etc. Então estou de acordo com vocês, vocês tem a independência de vocês e também não digo nada a respeito das pressões, bem essa foi a posição diante de uma situação delicada consultando os amigos, e achamos o menor mal, porque bem não era.

De lá da França procurarei manter sempre contatos com vocês, mas daí o jornal continuou a funcionar até o famoso 1 de abril de 1964.

Guido: O jornal se baseava e se legitimava teologicamente, principalmente nas encíclicas Mater et Magistra e Pacem in Terris de João XXIII. Como o jornal via o Concílio do Vaticano II? O jornal tinha contatos na Santa Sé?

Josaphat: Olha, o jornal acompanhava, nosso grupo acompanhava com muito entusiasmo, mas note o seguinte:

O Concílio começou em 11 de outubro de 1962, quer dizer que ele teve uma primeira sessão que terminou então em fins de novembro de 1962. E ele só foi abrir depois, de novo, lá em outubro de 1963, ficou-se sobre um tempo não havia Concílio. O Concílio era sessões de um mês e meio, mas ou menos, cada uma, então durante esse tempo o jornal já estava rodando e o Concílio ainda não tinha conseguido tomar uma expressão.

De modo que, nós acompanhávamos sobre tudo, graças a informações de teólogos como Padre Chenu, o padre Congar, com os teólogos que eram os animadores do lado mais ativo e renovador do Concílio. Então nesse tempo nós torcíamos pelo Concílio, mas ele estava ainda como os bispos sendo formados pela liderança.

De modo que, a decisão mesma do Concílio vai ser quando ele em 1964 promulga a Constituição sobre a Igreja a dando as perspectivas da Igreja: o Ecumenismo, a Igreja e a liberdade, a Igreja e as outras religiões, a Igreja e a cultura, as grandes linhas.

Bem, então a gente pode dizer que o jornal não teve tempo de chegar e assumir o Concílio, quando o Concílio estava ai agora, verdadeiramente, plenamente em forma e em pleno élan para realizar o projeto de Reforma da Igreja. Mas sem dúvida nenhuma nós acompanhávamos e a nossa idéia era essa, há uma renovação na Igreja e na sociedade hoje, há uma abertura ao social e nós pertencemos a isso dentro da Igreja e fora da Igreja.

Guido: Em minha pesquisa, tenho analisado também a Revista Eclesiástica Brasileira (REB), uma revista do clero de circulação interna. Muitos bispos e teólogos, via REB, apoiavam as Reformas de Goulart, respeitando à ordem democrática, à Constituição, dentro da ordem legal. No entanto, a Igreja, em julho de 1964, fez uma declaração de apoio ao golpe, dizendo que o golpe veio em boa hora, que os militares salvaram o Brasil de um movimento comunista. Na opinião do senhor, o que mudou na Igreja que, em 1963 apoiava Goulart nas Reformas de Base e em 1964 apoiou o golpe civil-militar?

Josaphat: Primeiramente é preciso notar que a REB não é uma revista dos bispos, é uma revista de eclesiásticos uma revista de teólogos e padres que não transmite necessariamente nos seus artigos a posição de todos os bispos, há os vários documentos da CNBB. Bem o que a gente nota é o seguinte: houve um primeiro momento em que a CNBB, como mais de 60% da população brasileira, da opinião pública brasileira apoiava o Golpe, pensando que o comunismo era uma ameaça, interpretando os gestos errados de João Goulart, como o de apoiar os sargentos, porque a final de contas é um erro o Presidente apoiar os sargentos contra a hierarquia militar.

Bem, quer dizer que houve um momento que os bispos acharam que o Golpe seria passageiro, que seria simplesmente uma remoção da ameaça comunista, então eles fizeram esse documento. Mas imediatamente, depois de pouco tempo, eles viram a marcha, a CNBB voltou atrás e ai que começa por exemplo, no Brasil, um fenômeno muito pouco conhecido, que vem a ser essas Campanhas da Fraternidade que começam em 1964.

Esse foi o único movimento democrático que atravessou todo esse período até hoje, a mais de 40 anos, porque os bispos tinham essa idéia, por exemplo há muitas campanhas são diretas sobre direitos humanos dentro da ditadura.

De fato a força democrática mais autêntica que o Brasil teve nesse tempo ao lado de muitos grandes juristas, ao lado sem dúvida de alguns grupos, foi o episcopado brasileiro. Eu naturalmente acompanhei de fora do Brasil e a impressão que se tinha era essa, que o episcopado brasileiro representava de fato uma oposição pacífica à ditadura.

De modo que eu acho que nos deve considerar essa aprovação como sendo mais significação do que um grande erro de apreciação, mas um erro no dia em que toda imprensa do Brasil estava de um lado, em que o Brasil silenciou, quem não aprovou ficou calado. Então nesse caso, o que a CNBB considera é que ela errou, mas errou dentro de um contexto, em que o erro é muito compreensível.

Guido: O BU termina sua última edição antes do Golpe com o último número anunciando o Golpe. Houve perseguições a membros do BU por parte dos militares, por parte da polícia, por parte da direita? As pessoas foram ameaçadas?

Josaphat: Olha, no dia mesmo que a revolução triunfou, o polícia foi e fechou o jornal e disse: olha vocês fechem à boca e nós silenciamos e não mexemos mais com vocês. Bem agora, depois então, houve vários que foram perseguidos, que foram torturados, mas eu não posso dar um testemunho direto porque eu não estava aqui, no país.

De modo que eu sei que por exemplo, eu fui intimado a comparecer, mas eu estava na Europa, então a autoridade dominicana aqui no Brasil, provincial disse: ele está na Europa, está em estudos lá, se vocês mandarem a passagem de ida e volta e garantir que ele volta, ele vem e dá o testemunho que vocês quiserem etc. Então eles não fizeram mais nada.

Agora, havia um por menor muito engraçadinho, que é pitoresco, é que de fato ao partir daqui do Brasil, nós tínhamos uma sucessão de amizades franco-brasileira e eles me deram um pequeno, uma pequena bolsa, que era insignificante como dinheiro, mas era simbólica, eu era bolsista do governo francês.

Então naturalmente eles disseram, vocês avisam o governo francês, que embora sendo bolsista o governo brasileiro quer que ele venha aqui. Eu acho, tenho impressão, que foi esse por menor que teve uma influência diplomática indireta na decisão de eles me deixarem em paz.

Guido: Nas suas atuações na França, o senhor chega a falar em “França, Urgente”, nas suas cartas enviadas de Paris. Houve a formação desse movimento “França, Urgente”?

Josaphat: Não, o que havia era o seguinte, naturalmente, na França havia muitos movimentos, como movimento humanismo do padre Lebret, nós tínhamos uma ligação como esses movimentos sociais, tipo assim de tudo aquilo que era da linha Jaque-Marritan, na linha Emanuel Mounier.

E também uma coisa que foi interessante, por exemplo, o diretor do Le Monde ele veio aqui e visitou o jornal. O Le Monde um grande jornal mundial, bem e quando fui lá visita-lo, eu fui para fazer uma tese.

Nós tínhamos uma estima e havia então pelo jornal que fora fundado pelos jesuítas que tinham lutado contra o hitlerismo etc. Como ele lutou contra a ditadura, nós considerávamos como modelo, “o testemunho cristão”.

A “França, Urgente” era essa amizade que eles tinham para nós, principalmente, quando nós precisávamos de alguma coisa, eles mandavam despachos de lá para o jornal, é nessa linha. Uma amizade de franceses que estavam numa linha social ou de cristianismo social.

Havia muito nesse tempo assim, um relacionamento por afinidades, afinidades doutrinárias, de tendências, de um modo geral a gente pode dizer que havia muito disso assim, de um lado os dois blocos, havia os países não alinhados e havia no mundo inteiro muitos movimentos, muitas personalidades que se diziam não alinhadas.

Esses querendo um mundo na linha da liberdade, na linha da justiça social, que não fosse nem alinhado ao capitalismo liberal nem alinhado ao golpe comunista. Então é nesse caso por exemplo, na França nós contávamos muitos, havia uma linha toda socialista, a gente tinha mais simpatia com ela.

Guido: O BU denunciava que o Golpe era iminente, que o Golpe estava em Marcha, o Golpe da direita, e via como grandes mentores do Golpe o IBAD e o IPES. O BU confiava que Goulart conseguiria frear esse golpe, que os movimentos populares conseguiriam impedir esse movimento da extrema-direita?

A gente achava que haveria um Golpe, ou o governo conseguiria vencer, mas na verdade nós éramos muitos sensíveis às fraquezas do governo: as incoerências, aos golpes de publicidade, por exemplo assinar em praça pública uma lei. Mas a gente não tinha confiança em uma ação seguida e não achávamos que João Goulart seria capaz de fazer. Agora, que talvez, o que ele poderia era deter essa direita e abrir o caminho para um trabalho de esquerda, mas a fazer.

Nossa atitude era tanto de esperança como de medo, de modo que havia, por exemplo, Brizola que falava muito que estava muito seguro de si, mas que a gente via que não tinha ninguém atrás dele. Por outro lado, por exemplo, nos conversávamos com tais e tais militares, como Geraldo Zerbini, que era comandante aqui em São Paulo, pois bem e ele dizia: olha cada vez mais o exército está cedendo e o Presidente Jango está enganado, ele já não tem mais apoio militar. Então nós estávamos conscientes que nós tínhamos que cumprir nosso dever até o fim, mas com risco. De tal maneira que quando veio o Golpe, nós já tínhamos preparados o jornal para que eles não encontrassem nada que pudesse comprometer ninguém. Outra coisa interessante, é que houve um grande comício em Porto Alegre, que eu participei para dizer que a Igreja não estava rezando pelos comunistas, que Maria Santíssima era mãe dos pobres, do povo.

Voltando, com deputados que estavam na linha nacionalista, disse: olha se provavelmente vier um Golpe de direita, nós estaremos excluídos da política por vinte anos. Essa era a conversa no avião da volta de Porto Alegre para São Paulo. Nós tínhamos ido daqui lá, com Tarso, Plínio de Arruda Sampaio, Armínio Afonso, esse grupo que foi ao comício muito marcado pelo vermelho, muito comunismo, mas que era de esquerda, para protestar contra essa preparação do golpe de direita. Então estava claro, eles me convidaram pra dizer: olha, a final de contas, aquelas mulheres rezadeiras, que desfilavam ai, com terço, as Marchas da Família, e tal. Então eu fui lá para dizer NÃO, com o terço e o BU nas mãos, nós podemos dizer a vocês que o terço não está ligado a nada, a religião não está ligado a nada, isso é exploração que estão fazendo da religião.

Guido: A partir do Comício da Central, temos as Marchas da Família promovidas pela TFP. Como o BU via esses movimentos?

O que acontece é o seguinte, nós éramos completamente contra esse movimento, mas ele era poderosíssimo. O Cardeal Arcebispo de São Paulo, Vasconcelos Mota disse: olha sou contra isso, mas eu não posso, porque todo o clero do centro da cidade está nessa linha, quer dizer então, eles compraram a Igreja, como compram o resto, como compraram a imprensa. Ela se deixou levar pelo medo do comunismo, e depois o seguinte, daquele jeito rezando: da mesma forma que nossa Senhora libertou a Europa da invasão dos Turcos, agora nossa Senhora do Rosário vai libertar o Brasil do comunismo, entende, então são coisas que enganam. Hoje, de longe, nós achamos como é que eles podem cair numa coisa dessas, mas na ocasião, quando você via todos os grandes jornais, todas as televisões, tudo, tudo nessa linha, a gente entende que houve uma manipulação globalizada, muito bem feita.

Eu considero que o Golpe, foi um dos Golpes tecnicamente mais bem preparados no mundo, houve a utilização que o exército brasileiro pode fazer, grafo as informações recebidas dos EUA e da França. A França tinha lutado na Argélia então feito a guerra anti-guerrilha e tinha apanhado, recuado, etc, mas havia, eu mesmo tinha essa documentação transmitida ao exército brasileiro. O Golpe foi muito bem preparado.

Em 1974 na comemoração dos 10 anos, houve festejos, etc, e os militares contaram como eles tinham feito. Esses documentos são interessantes.

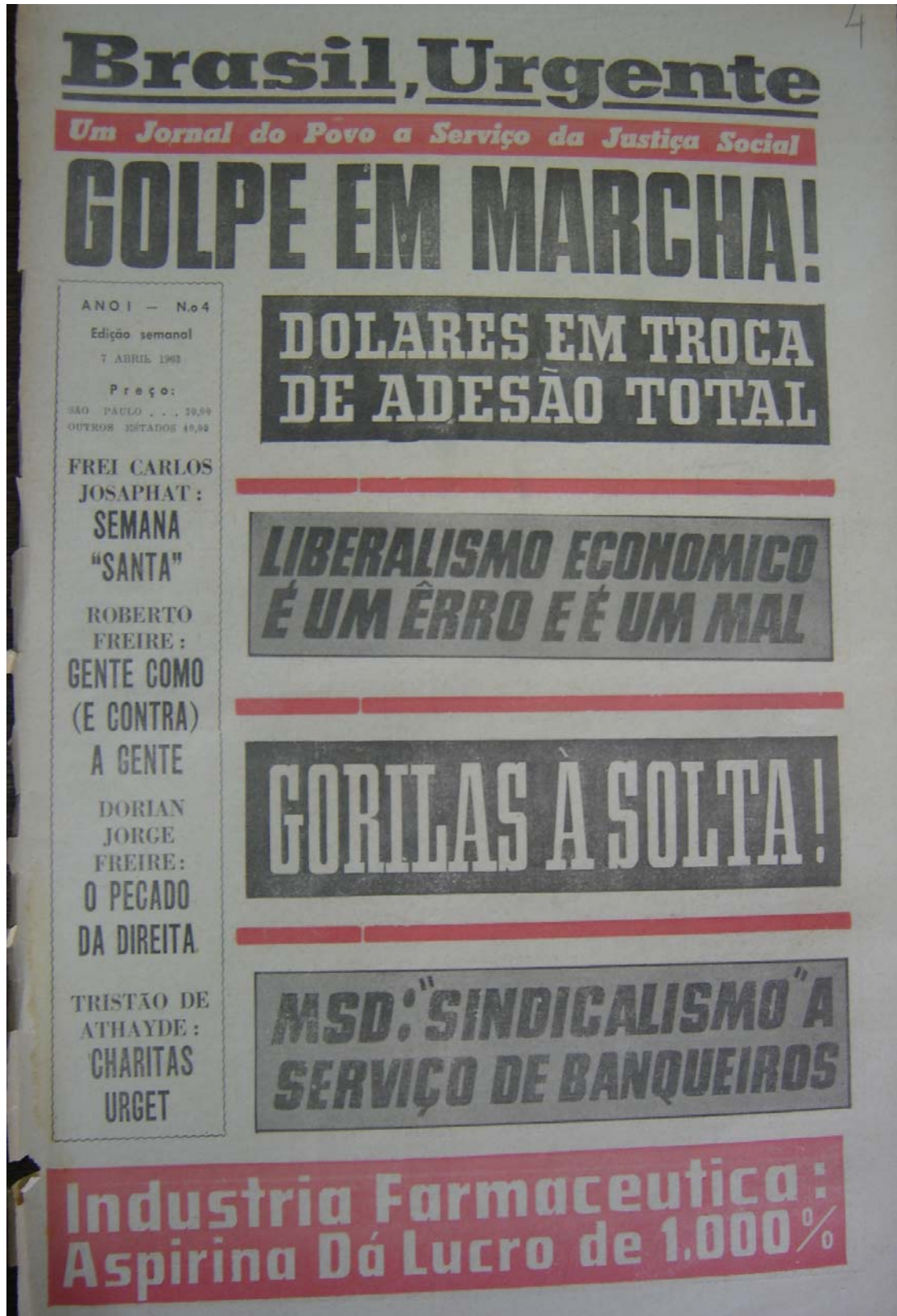
Eu digo: como preparação de golpe e dismantelar o adversário, foi tecnicamente muito bem feito, nesse ponto dou parabéns ao exército, o resto meus pêsames ao Brasil.

Guido: O BU achava que poderia haver uma revolução socialista naquele momento ou não e por quê?

Olha, na verdade, a gente não chegou a fazer uma análise de forças que estavam aí, mas a tendência então do BU era o seguinte: era um movimento de mudança que poderia ser mudança no sentido capitalista financiado pelos EUA do golpe, ou então dizíamos assim: há um perigo comunista em longo prazo, o que nós temos que fazer é entrar na linha de uma Revolução Social, nem militar, nem comunista, então nossa bandeira era as famosas Reformas de Base. Fazer essas Reformas, nós teríamos um país de uma democracia liberal social, do liberal nós guardávamos todas as liberdades do indivíduo e também o pluripartidarismo, pois achávamos que um partido só acaba virando uma ditadura, que foi o que aconteceu de fato no comunismo.

Anexo 2 – Primeiras páginas de algumas edições do “Brasil, Urgente”(BU).

Primeira página do n.º 4 do BU (7 de abril de 1963):



Primeira página do n.º 13 do BU (9 de junho de 1963):



Primeira página do n.º 14 do BU (16 de junho de 1963):



20

SANGUE E VERGONHA NO RASTRO DO IBAD:

**Brasil,
Urgente**
*Um Jornal do Povo a Serviço
da Justiça Social*

**DOLAR E CRUZEIRO
PARA FINANCIAR
BANDITISMO POLITICO**

CAMPONES EXIGE A REFORMA!

ANO I NUMERO 20
EDIÇÃO SEMANAL

PREÇO:
São Paulo . . . 30,00
Outros Estados . 40,00

Frei Carlos:
**PARA
VEREADOR,
BRASILINO**

Dorian:
**Gangsterismo
no Brasil**

Cinema:
**"SEARA
VERMELHA
NA TELA**

Esportes:
**PEQUENOS
E GRANDES**

Arapuá:
— CONTRATEI 20 SUJEI-
TOS PARA JOGAR ARROZ
NO CASAMENTO DA MI-
NHA FILHA.
— 20?!
— 10 PARA JOGAR, E 10
PARA RECOLHER DEPOIS.

**UNE: Estudantes Levam o Povo
A Participar da Vida Publica**

Primeira página do n.º 30 do BU (6 de outubro de 1963):



Primeira página do n.º 34 do BU (3 de novembro de 1963):



Primeira página do n.º 39 do BU (8 de dezembro de 1963):



Primeira página do n.º 47 do BU (2 de fevereiro de 1964):



Primeira página do n.º 49 do BU (16 de fevereiro de 1964):

Atenção - pag. 14

49

**Brasil,
Urgente**
Um Jornal do Povo e Serviço
de Justiça Social

Firma de Publicidade
Americana Organiza
Guerra Aos Camponeses

BRASIL, 64:
REVOLUÇÃO
E CONTRA-
REVOLUÇÃO

Aumento Salarial em Fevereiro
Ou Greve Geral em Todo o País

Primeira página do n.º 55 do BU (28 de março de 1964):

